

DIAGNÓSTICO SOCIAL
2015



BARCELOS
MUNICÍPIO



Rede Social
de Barcelos

Conselho Local de Ação Social de Barcelos

Núcleo Executivo

Câmara Municipal de Barcelos

Instituto da Segurança Social

ACES Cávado III

ACIB - Associação Comercial e Industrial de Barcelos

Agrupamento de Escolas de Barcelos

Casa de Saúde de S. José

Centro de Emprego de Barcelos

APAC – Associação de Pais e Amigos de Crianças

ATAHCA – Assoc. de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave

Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim

IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e Ave

Índice

Índice de Gráficos _____	6
Índice de Figuras _____	6
Índice de Quadros _____	7
Siglas _____	8
Sumário Executivo _____	11
Percurso Metodológico _____	12
I. Território e comunidade _____	17
II. Economia e desenvolvimento _____	23
III. Fatores de risco de exclusão social _____	32
Referencial Estratégico _____	55
Considerações Finais _____	59
Fontes e Bibliografia _____	60
Guia de Recursos _____	62

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Densidade Populacional	17
Gráfico 2 Pirâmide Etária.....	19
Gráfico 3 Taxa de Fecundidade Geral, Taxa bruta de Natalidade e Mortalidade	20
Gráfico 4 Capacidade dos Estabelecimentos Hoteleiros, em 2012, por município.....	29
Gráfico 5 NEET 15 aos 29 anos	48

Índice de Figuras

Figura 1 Distribuição da População no Concelho de Barcelos, por freguesia	18
Figura 2 Relação entre taxas de cobertura das importações, em 2011, por município (%)	28

Índice de Quadros

Quadro 1 Caracterização Agrária do Território	19
Quadro 2 Envelhecimento e Dependência	20
Quadro 3 Índice de Juventude	21
Quadro 4 N.º de alunos, N.º de alunos c/NEE e N.º de estabelecimentos	22
Quadro 5 Capacidade de resposta por concelhos que rodeiam Barcelos	23
Quadro 6 Valor Acrescentado Bruto das Empresas em 2011, por município (%)	25
Quadro 7 Níveis de intensidade tecnológica da IT do Cávado face ao Continente e à Região Norte - 2011	27
Quadro 8 Intensidade em tecnologia e conhecimento da estrutura de serviços, 2011	27
Quadro 9 Perfil de especialização da IT do Cávado por fatores de competitividade, 2011	28
Quadro 10 Trabalhadores por sector de atividade (2011)	31
Quadro 11 Dimensão média das famílias e taxa de variação	32
Quadro 12 N.º de Famílias por N.º de indivíduos	32
Quadro 13 Proporção dos núcleos familiares, famílias unipessoais e famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade	33
Quadro 14 Número de Beneficiários de RSI	34
Quadro 15 Número de Pensionistas	34
Quadro 16 Número de pensionista por tipo de pensões e valor médio das pensões	34
Quadro 17 Processos familiares ativos no CD Braga por concelho de residência	35
Quadro 18 Tipo de problemas/vulnerabilidades dos processos ativos do CD Braga por concelho de residência	35
Quadro 19 N.º de processos por tipologia familiar	35
Quadro 20 N.º de apoios pela idade do requerente	36
Quadro 21 N.º de processos por situação profissional do requerente	36
Quadro 22 Número total de processos acompanhados pela CPCJ	37
Quadro 23 Caracterização crianças/jovens acompanhados pela CPCJ por grupo etário e sexo	37
Quadro 24 Principais Problemáticas nos Processos Acompanhados (2014)	38
Quadro 25 Principais Problemáticas associadas ao acolhimento, em Barcelos	38
Quadro 26 Número de situações de violência doméstica e autor da queixa	40
Quadro 27 Número de Vítimas de Violência Doméstica por Sexo e Grupo Etário	40
Quadro 28 Número de situações de violência doméstica por tipo de violência exercida	40
Quadro 29 Número de situações de violência doméstica por tipo de consequências provocadas nas vítimas	41
Quadro 30 Número de vítimas de violência doméstica por habilitações literárias	41
Quadro 31 Número de vítimas de violência doméstica por situação perante o trabalho	42
Quadro 32 Distribuição dos utentes em tratamento, segundo o concelho de residência e o tipo de utente	43
Quadro 33 População residente com pelo menos uma dificuldade, Proporção da População Residente com pelo menos uma dificuldade e Taxa de Deficiência da População Residente	44
Quadro 34 População residente por dificuldade	44
Quadro 35 Lugares contratualizados da RNCCI na área de influência do ACES Barcelos/Esposende	45
Quadro 36 Taxa média de ocupação das Unidades/Equipas no ano 2014	46
Quadro 37 Desemprego Registado por Concelho Segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego (dados ao fim do mês)	50
Quadro 38 Desemprego Registado por Concelho Segundo o Grupo Etário (situação no fim do mês)	50
Quadro 39 Desempregados Inscritos por motivos de inscrição (movimento ao longo do mês)	50
Quadro 40 Tabela Problemas e necessidades	56
Quadro 41 Eixos Prioritários e Grupos-Alvo Prioritários	57

- AAH – Apoio ao Arrendamento Habitacional
- ABVD – Atividades Básicas da Vida Diária
- ACB – Associação Comercial de Braga
- ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde
- ACIB – Associação Comercial e Industrial de Barcelos
- ACICE – Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende
- AI – Associação Industrial
- AIBD – Atividades Instrumentais da Vida Diária
- ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida
- APAC – Associação de Pais e Amigos de Crianças
- ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave
- AVC – Acidente Vascular Cerebral
- BCL - Barcelos
- CAF – Centro de Apoio Familiar
- CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
- CAOP – Carta Administrativa Oficial Portuguesa
- CAT – Centro de Acolhimento Temporário
- CD – Centro Distrital
- CEI – Contrato de Emprego Inserção
- CIG – Comissão para a Igualdade de Género
- CLAS – Conselho Local de Ação Social
- CLASB - Conselho Local de Ação Social de Barcelos
- CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- CQEP – Centros para a Qualificação e Educação Profissional
- CRI – Centro de Resposta Integradas
- CSCRAV – Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim
- CSSJ – Casa de Saúde de S.José
- CSSJD – Casa de Saúde de S.João de Deus
- DGEST – Direção Geral de Estabelecimentos
- DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária
- DLD – Desemprego de Longa Duração
- ECCL – Equipa de Cuidados Continuados Integrados
- ECL – Equipa de Coordenação Local
- ECPCBEDC – Exposição a comportamento que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança
- EFA – Educação e Formação de Adultos
- ENICC – Estratégia Nacional para a Integração da Comunidade Cigana

EU – União Europeia
EUA – Estados Unidos da América
FAPE – Fundo de Apoio à Estratégia
FCT – Fundação de Ciência e Tecnologia
GASC – Grupo de Ação Social Cristã
GCSSP – Gabinete de Coesão Social e Saúde Pública
GEE/MEE – Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego
GIAA – Gabinete de Informação e Apoio ao Aluno
GIP – Gabinete de Inserção Profissional
GNR – Guarda Nacional Republicana
GPE – Gabinete de Planeamento Estratégico
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPCA – Instituto Politécnico do Cave e do Ave
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo
ISJD – Instituto de S.João de Deus
ISS, IP – Instituto da Segurança Social, Instituto Público
IT – Tecnologia de Informação
NACJR – Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco
NE – Núcleo Executivo
NEE – Necessidades Educativas Especiais
NEET – Youth Not in Employment, Education or Training
NHACJR – Núcleo Hospitalar de Apoio a Crianças e Jovens em Risco
NUIOC – Número Único de Identificação do Processo Crime
NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PDR – Plano de Desenvolvimento Rural
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
PDSS – Plano de Desenvolvimento Social e Saúde
PIB – Produto Interno Bruto
PNI – GJ – Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem
PRI – Projeto de Respostas Integradas
PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural
PSP – Polícia Segurança Pública
PTA – Plano Territorial de Desenvolvimento
RGA – Recenseamento Geral Agrícola
RLIS – Rede Local para a Intervenção Social

Diagnóstico Social – 2015

RNCCI – Rede Nacional

RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSI – Rendimento Social de Inserção

SAU – Superfície Agrícola Útil

SCIE – Sistema de Contas Integradas das Empresas

SCM – Santa Casa da Misericórdia

SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamento Aditivos e nas Dependências

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SPPE – Sociedade Portuguesa de Psicoterapia Existencial

SS – Segurança Social

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Sumário Executivo

Num quadro de incerteza quanto às tendências e à evolução dos indicadores que traduzem risco de pobreza e exclusão social, numa observação multinível, os documentos estratégicos respeitam formatos próprios (diagnóstico, plano de desenvolvimento social e plano de ação) mas o processo de negociação pauta-se por reflexões articuladas e integradas, centradas na inclusão, no emprego e no combate à discriminação.

De acordo com os pressupostos enunciados no quadro 2020, à escala europeia e nacional, o Norte e, em particular, o Cávado acusa alguns sinais que confirmam um crescente empobrecimento das famílias e uma diminuição de oportunidades para determinados grupos específicos, em especial para aqueles que detêm menos competências ou se encontram numa situação de desemprego estrutural (longa e muito longa duração), coincidente com uma idade mais avançada e/ou alguma incapacidade, no padrão de referência para os ativos.

Conhecer e antecipar, passa primeiro por sistematizar informação que nos permite aproximar de uma leitura diagnóstica mais quantitativa e comparativa; mais qualitativa e evolutiva; mais estratégica e prospetiva.¹

No primeiro momento, o balanço crítico advém da manipulação de alguns dados publicados, retirados de fontes oficiais e dos relatórios de projetos/serviços locais, numa análise longitudinal, com pendor territorial.

No percurso, a visão é construída na base da avaliação de resultados e impactos percebidos que argumentam novos rumos, recolocados no potencial dos intervenientes, independentemente do papel que ocupam na relação.

A transição acontece na fase em que os parceiros projetam as ideias e os ideais, com níveis de confiança e de motivação elevados, em mudanças observáveis e determinantes, na definição da estratégia e do quadro operacional.

A identificação das áreas de intervenção futuras, ancoradas em modelos de governação diferenciados e em sistemas de comunicação mais acessíveis e universais, facilmente identificáveis e dinâmicos, subscrevem transversalmente a promoção dos direitos e da cidadania.

¹ “Atendendo aos objetivos preconizados pelas relações de cooperação, ou seja, promover a resposta aos constrangimentos diagnosticados e conseguir alterar a situação presente, prevendo e criando o futuro, parece pertinente trazer para este campo de ação a metodologia da prospetiva estratégica. A mudança planificada assume especial relevância na atualidade porque permite, um plano racional adequado a um projeto de mudança, o conhecimento das causas e possíveis resultados, a realização prática e os meios adequados para a concretização do objetivo (Silva, 2012).

A prospetiva visa antecipar o futuro. Contudo, importa referir que a prospetiva vai além da realização de estudo do futuro. Esta abordagem tem a capacidade de juntar atores sociais, no sentido de promoverem a mudança desejada. Assim, a exploração do futuro efetua-se de forma participada, num processo em que os atores assumem um papel relevante para o desenvolvimento de visões estratégicas para as organizações ou para os territórios. Deste modo, a prospetiva estimula a utilização de métodos participativos, o envolvimento de diversos atores e a partilha de conhecimentos com vista à construção de visões possíveis para o futuro.

Este processo envolve quer a recolha de informações, quer a construção de visões para o futuro. Esta concentração nos futuros possíveis responsabiliza os atores sobre decisões e sobre ações do presente para que seja possível alcançar esses futuros possíveis e desejados. Como refere Godet (1993, p. p 22) “o futuro está aberto às ações de múltiplos atores que agem hoje em função dos seus projectos de futuro”.

Percurso Metodológico

O percurso metodológico desenvolvido congregou técnicas de recolha e análise de informação de base quantitativa (recolha e análise de dados estatísticos) e qualitativa (fórum comunitário com agentes locais e sessões de formação-ação). Esta opção teve como objetivo cruzar e complementar a informação estatística da avaliação diagnóstica com o debate e reflexão junto dos parceiros locais sobre os constrangimentos e potencialidades subjacentes à intervenção que desenvolvem junto da comunidade.

A informação de carácter quantitativo teve por base o referencial e grelha comum de indicadores por área temática, concertados à escala da NUT III Cávado², e a sua recolha tem por base o recurso a diversas fontes de informação nacionais e regionais³.

A abordagem qualitativa assentou na dinamização, em três momentos, de espaços participativos com os parceiros locais.

No período que compreende novembro de 2014 e fevereiro de 2015, o CLAS de Barcelos dinamizou 9 reuniões participativas temáticas orientadas numa perspetiva de avaliação diagnóstica (com referência aos vetores priorizados no PDSS 2015) e de ação futura (com referência ao PDS 2021). A organização e os resultados aparecem sistematizados no quadro seguinte:

² No âmbito da colaboração da CIM Cávado com o ISS, I.P – Centro Distrital de Braga e com apoio de consultoria externa em Planeamento Estratégico, António Batista, e com as Redes Sociais concelhias no acompanhamento à construção do Plano de Desenvolvimento Social concelhios e elaboração do Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio.

³ Fontes de informação: Instituto Nacional de Estatística (INE), Pordata (Base de Dados Contemporânea de Portugal), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P), ISS, I.P – Gabinete de Planeamento Estratégico, Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direcção dos Serviços da Região Norte (DGEST-DSRN) e Agrupamento Regional de Saúde do Norte. Foram ainda disponibilizados por fontes locais os dados referentes à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Centro de Respostas Integradas (CRI) e Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Grupo de Ação Social Cristã (GASC), Centros de Acolhimentos Temporários (CAT), Lar de Infância e Juventude (LIJ) e Gabinete de Coesão Social e Saúde Pública do Município de Barcelos (GCSSP).

Deficiência e Incapacidades

7.Nov.2014
22 participantes
Dinamizadora: Isabel Amorim

- Elaboração de um diagnóstico de proximidade;
- Adequação das respostas sociais às problemáticas e especificidades dos utentes;
- Reconhecimento da categoria profissional de cuidador e a consequente valorização do seu papel;
- Reforço da cooperação e do diálogo interinstitucional;
- Criação de incubadoras sociais baseadas em soluções criativas.

Envelhecimento

21.Nov.2014
22 participantes
Dinamizadora: Carla Faria

- Elaboração de um diagnóstico que reflita as expectativas das pessoas;
- Capacitação/formação das pessoas para aceitar o envelhecimento - educar para o envelhecimento;
- Capacitação/formação dos cuidadores, fomentar o respeito pelo idoso, pela sua dignidade.

Infância e Juventude

5.Dez.2014
27 participantes
Dinamizadora: Gabriela Antunes
Perita: Carla Peixoto

- Contratualização de um Guia de Recursos da Infância e Juventude;
- Carta para a cidadania – subscrição Direitos das Crianças;
- Medidas de proteção delineadas na base do conhecimento, do afeto e das competências.

Dependências

9.Jan.2015
23 participantes
Dinamizadora: Isaura Martins

- Resposta integrada para pessoas com dependência;
- Sensibilização à comunidade;
- A identificação precoce do fenómeno do consumo.

Voluntariado e Cidadania

26.Jan.2015
27 participantes
Dinamizadora: Helena Areias

- Introdução à consciência crítica, nos programas de 1º ciclo;
- Desenvolvimento de aprendizagens formais e informais que favoreçam a consolidação da ideia de tolerância e cidadania;
- Participação dos indivíduos em ações comunitárias;
- Capacitação das crianças e dos jovens.

Saúde Mental

5.Fev.2015
16 participantes
Dinamizador: Constantino Martins

- Partilha/complementaridade de recursos disponíveis no âmbito da saúde mental nas IPSS's;
- Apresentação de proposta de alteração dos regimes de contrato de trabalho, a deliberar em sessão plenária do CLASB;
- Projeto "Peer support" – Quadro Comunitário 2020;
- Projeto ProCuidador – Quadro Comunitário 2020 – âmbito supra-concelhio;
- Programa Local de Combate ao Estigma;
- Constituição de grupo de trabalho/operativo.

Violência

9.Fev.2015
20 participantes
Dinamizadora: Helena Areias
Perita: Marlene Matos

- Ações de sensibilização nas escolas e na comunidade;
- Adoção de programas obrigatórios nas escolas (direitos humanos/direitos fundamentais);
- Implementação de um Centro de Atendimento Urbano;
- Criação de uma equipa multidisciplinar;
- Protocolo de cooperação em áreas especializadas (psiquiatria e apoio jurídico);
- Capacitação técnica;
- Intervenção com as crianças e jovens vítimas;
- Apoio e intervenção com os agressores;
- Disseminação de boas práticas na intervenção com agressores;
- Criação de um Conselho Consultivo para a Coesão e Combate à Discriminação.

Num segundo momento importa referir o envolvimento e a participação de 26 parceiros do CLASB a 29 de janeiro de 2015 no desenho da proposta de candidatura à pré-qualificação da DLBC urbana, materializada na construção partilhada e negociada da análise SWOT.

Forças

- Galo de Barcelos – ícone nacional.
- Localização geográfica privilegiada.
- Capital cultural adquirido e construído (Qualidade da programação cultural; Riqueza e diversidade patrimonial; Fortes manifestações da cultura popular; Recursos turísticos (Caminhos de Santiago).
- Emergência de práticas criativas e artísticas.
- Existência de uma associação empresarial (ACIB).
- Forte tradição associativa ligada à cultura (etnografia/folclore, teatro, música).
- Boa rede de equipamentos coletivos (ex: rede de bibliotecas escolares).
- Políticas locais de apoio ao aluno/família.
- Oferta de formação profissional para ativos como resposta às necessidades diferenciadas das empresas.
- Oferta de ensino cooperativo e artístico.
- Existência de uma instituição de ensino superior (IPCA).
- Evolução positiva dos índices de qualificação da população local, principalmente na população jovem.
- Capacidade e qualidade da oferta educativa/formativa.
- Elaboração da carta social municipal e supramunicipal.
- Existência da Bolsa Solidária de Recursos.
- Boa taxa de cobertura em serviços de apoio social na maioria do território.
- Cultura de trabalho em rede (social).
- Promoção de atividades intergeracionais.
- Projeto Haja Ânimo.
- Universidade Sénior Barcelos.
- Projeto Mediador Municipal e Projeto ROMED 2.
- Adesão à Rede das Cidades Educadoras.
- Projeto Programa Local de Promoção das Acessibilidades.
- Projeto Barcelos Saudável.
- Impacto positivo da responsabilidade social das empresas (protocolos com o município).
- Boas práticas no domínio da intervenção social, no domínio dos comportamentos de risco associados aos consumos (Programa de respostas integradas – Projeto GIRUBarcelos, Projeto Sorrir, Projeto Oficinas do Ser e do Saber).
- Resultados dos projetos “A Teu Lado” e “Sopro Feminino”.
- Respostas específicas no domínio da saúde mental.
- Rede de voluntariado local e internacional.
- Dinâmica de grupos temáticos/operativos no trabalho em parceria.
- Programas de ocupação de tempos livres para as crianças, nas interrupções letivas, gratuitos.

Fraquezas

- Crescimento do desemprego.
- Precariedade do emprego.
- Baixas qualificações dos DLD.
- Falta de competências empreendedoras (gestores/gestão).
- Desajustamento entre a oferta formativa e oportunidades de emprego.
- Tecido empresarial fragilizado e com debilidades ao nível da manutenção do emprego.
- Inexistência de estruturas de I&D e de elevado potencial tecnológico.
- Frac articulação entre a instituição de ensino superior (IPCA) e o tecido empresarial/mercado local.
- Inexistência de espaços informais dedicados para atividades artísticas e culturais.
- Educação base / não formal comprometida.
- Ausência de equipas multidisciplinares de apoio à família/aluno.
- Pouca formação/educação de adultos.
- Frac adesão dos artesãos do concelho ao processo de certificação.
- Frac articulação entre as várias entidades ligadas à formação e ensino.
- Frac e tardia orientação vocacional/profissional dos jovens.
- Falta de reconhecimento e valorização da formação pelas entidades empregadoras.
- Acampamentos das comunidades ciganas.
- Frac sustentabilidade das entidades e das respostas sociais.
- Ausência de uma rede qualificada e qualificante de cuidadores formais e informais.
- Dificuldade em implementar respostas atípicas.
- Frac investimento em programas de prevenção.
- Elevada dependência financeira das IPSS's dos acordos com a Segurança Social.
- Intervenção deficitária com agressores de violência doméstica.
- Ausência de modelos integrados para públicos excluídos.
- Ausência de uma resposta para os imigrantes.
- Dificuldade de inserção profissional de grupos vulneráveis.
- Concentração dos serviços coletivos no centro urbano que dificulta o acesso para quem tem problemas de mobilidade.
- Frac cultura de participação e de parceria efetiva.

Oportunidades

- Incremento no apoio técnico à criação de empresas.
- Setores em expansão (gastronomia/têxtil/vinho).
- Emergência de novos produtos para exportação (setor das malhas).
- Adoção de tecnologias de ponta e de inovação.
- Proximidade a grandes concentrações urbanas e metropolitanas (RUCI Quadrilátero, a Área Metropolitana do Porto e a Galiza).
- Valorização das margens fluviais e emergência de novas atividades de recreio e lazer.
- Implementação de atividades empresariais assentes em elevados níveis de qualificação.
- Políticas de promoção da economia e empreendedorismo social.
- Trabalho em rede.
- Desenvolvimento de políticas conciliadoras da vida profissional e familiar.
- Oferta representativa de produtos turísticos diferenciadores na estratégia de promoção de turismo da Região Norte.
- Erasmus+ (mobilidade).
- Reconversão profissional (costureira).
- Funcionamento futuro dos CQEP's.
- Prioridade às políticas sociais e de educação e de formação no quadro da Estratégia Europeia 2020 e consequente afetação de recursos.
- Reforço da ligação entre empresas e instituições de ensino.
- Revisão dos perfis profissionais.
- Empreendedorismo – Formação.
- Especialização das ofertas formativas e educativas.
- Implementação do projeto Procuidador.
- Melhoria e alargamento das estruturas existentes na saúde e deficiência mental.
- Capacitação institucional.
- Orçamento participativo (projetos válidos).
- Descentralização dos serviços.
- Redimensionamento funcional e organizativo das estruturas de saúde (ACES Cávado III).
- Plano de intervenção de melhoria das acessibilidades no perímetro urbano.
- Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio.

Ameaças

- Conjuntura e instabilidade económica.
- Fracos incentivos à criação de negócios sustentáveis.
- Fraca capacidade financeira e de gestão para investir em novos negócios (ex. jovens, desempregados).
- Melhores condições salariais no mercado externo – emigração.
- Proximidade territorial aos pólos de base tecnológica (Braga, Guimarães, Famalicão) que retiram capacidade concorrencial de atração ao concelho.
- Desvalorização do ensino e da aprendizagem.
- Desvalorização da formação em contexto de trabalho.
- Ausência de impactos das medidas de apoio ao emprego.
- Aumento do abandono escolar e saída precoce da escola.
- Centralização da oferta formativa (ME), nomeadamente nos meios urbanos.
- Descontinuidade das políticas de educação/formação.
- Políticas Educativas dependentes dos ciclos políticos (falta de estratégias de longo prazo)
- Elevado número de alunos por turma.
- Excessiva dependência de financiamento por parte das entidades formadoras.
- Desfasamento entre a oferta de emprego e os perfis profissionais formados no ensino.
- Fraca articulação legal e intersetorial.
- Ausência de uma política programada e concertada de combate ao estigma.
- Ausência de políticas de apoio à natalidade.
- Necessidade de programas de promoção de envelhecimento ativo ajustados às pessoas e aos territórios.
- Prevalência de projetos de curto prazo, em áreas muito específicas.
- Procedimentos burocráticos no acesso aos apoios.
- Manutenção de uma política assistencialista e de emergência.
- Deslocalização e centralização dos serviços de proximidade (ex. escolas, administração pública, saúde).
- Aumento dos níveis de pobreza e exclusão social.
- Falta de sustentabilidade financeira a médio e longo prazo da grande maioria das IPSS's, face aos elevados índices de dependência da população a mecanismos de proteção e assistência social.

Após a auscultação aos parceiros, os membros do Núcleo Executivo (NE do CLASB) e os interlocutores-chave por vetores participaram em três sessões de capacitação técnica, conduzidas pelo consultor externo, com o objetivo de avaliar percursos e intervenções futuras, fundamentadas em necessidades e prioridades estratégicas.

A organização/dinamização das sessões foi orientada no sentido de conceber cenários que sustentem uma visão para o futuro, reportada em pontos críticos, que conjugam ambição e execução traduzidos nos desafios que retomam, compreensivelmente, a decisão e ação presente. Gera-se um ciclo retroativo.

Sessão 1 – 10 março de 2015 – 22 participantes – Casa da Juventude;

Sessão 2 – 14 abril de 2015 – 17 participantes – Escola Secundária de Barcelos;

Sessão 3 – 06 maio de 2015 – 24 participantes – Escola Secundária de Barcelos.

No decurso das sessões procurou-se desenvolver, de forma contínua e articulada, o aprofundamento do diagnóstico de necessidades do território (1ª sessão) e a estruturação negociada de um plano de atuação (identificação de projetos e a concretização destes em termos de ações estruturantes) que vise a promoção do desenvolvimento social do território (2ª e 3ª sessão).

I. TERRITÓRIO E COMUNIDADE

O concelho de Barcelos, fundado em 1140, é um bom exemplo de combinação entre tradição, inovação e modernidade. É detentor de uma beleza única, onde a arte, a história e, sobretudo, **as pessoas fazem de Barcelos** uma cidade ímpar, que se destaca culturalmente no coração da região do Minho. Neste capítulo compreende-se o “ADN Barcelense” pulverizado por diferentes marcadores que polarizam o olhar sobre o território, desencadeando posições mais otimistas e progressistas a par de um desencantamento e conservadorismo mais ortodoxo.

Recentemente, a revisão administrativa ordena Barcelos em 61 freguesias e uniões de freguesia⁴, nos 378,9 Km². De acordo com as últimas contagens, nos censos de 2011, o concelho regista um total de 120.391 habitantes e uma densidade populacional de 317,74 hab./Km². Comparativamente, as mulheres cifram valores superiores aos dos homens, 52,2% contra 47,8%.

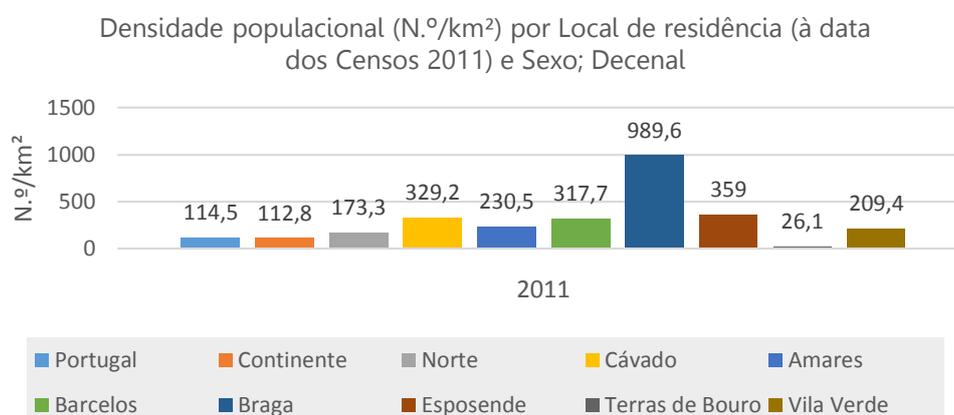


Gráfico 1 Densidade Populacional

Fonte: INE

Em 2013, segundo as projeções do INE, a população residente no concelho terá sofrido uma ligeira redução para 119.824 habitantes (uma diminuição de 0,6%).

⁴ Lei N.º 11 A/2013, de 28 de janeiro (ver mapa em anexo)

Na última década, os dados dos Censos 2011 registam um decréscimo da população em Barcelos, invertendo a tendência e a evolução positiva que marca o Cávado e o Norte Litoral, com uma variação negativa de -1,4%.

Barcelos e Terras de Bouro são, assim, os dois únicos concelhos do Cávado que registam diminuição da população residente entre 2001 e 2011.

A situação demográfica do concelho de Barcelos revela realidades muito diversas, quer no que diz respeito ao número de residentes por freguesia, quer à densidade populacional e à variação da população em cada freguesia. Numa análise comparativa (INE, 2011), a população residente em 1991, 2001 e 2011 regista uma amplitude de residentes nas freguesias do concelho: existem 47 freguesias com população até 1.000 habitantes, 38 freguesias com população entre 1.000 e 2.500 habitantes, 4 freguesias com mais de 2.500 habitantes.

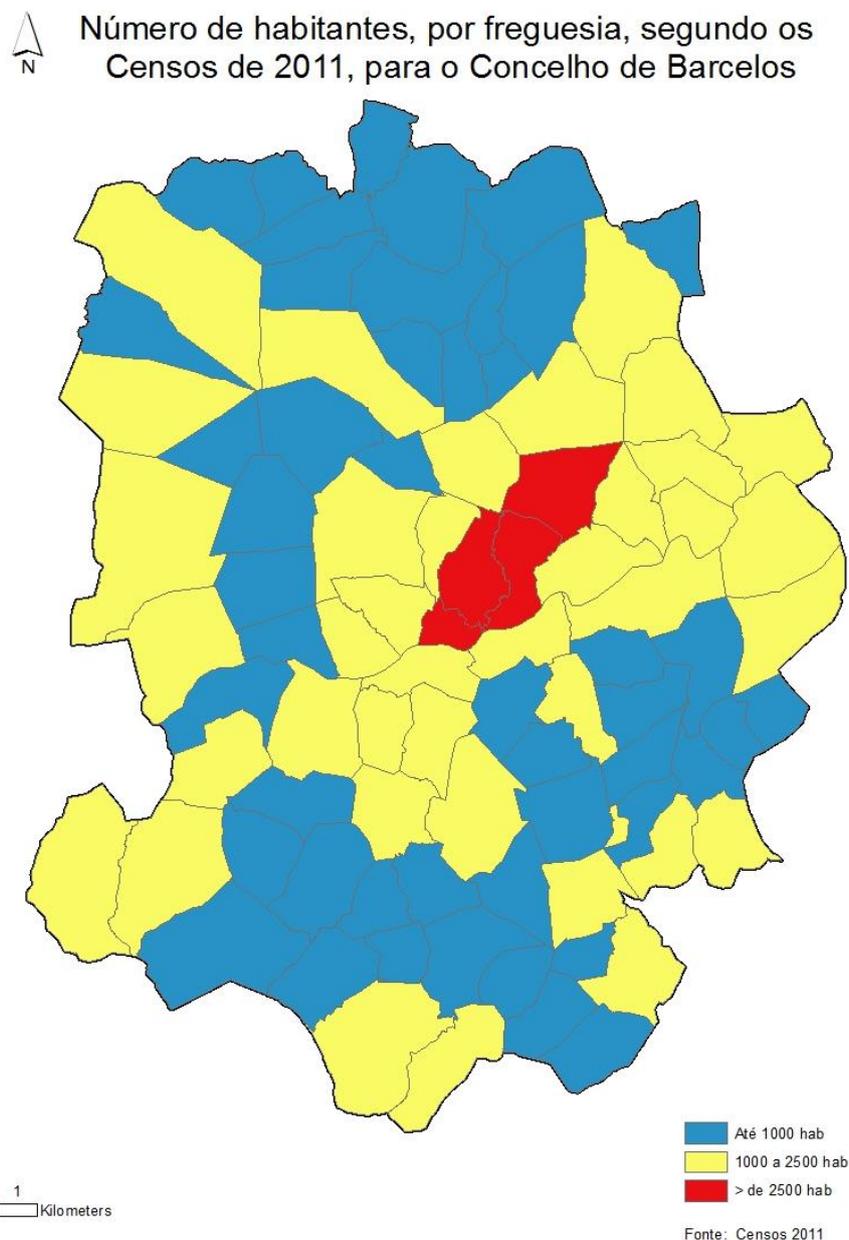


Figura 1 Distribuição da População no Concelho de Barcelos, por freguesia

Esta dispersão compagina contrastes pelo grau de proximidade ao centro urbano ou às zonas periféricas, fortemente influenciadas pelos “apelos” supraconcelhios em matéria de dinâmicas sociais e de prevalência de traços identitários.

Próximo de um aeroporto e acessível através de diferentes meios de transporte terrestre, reflete fluxos que advêm dos roteiros turísticos, festas e romarias e da mobilidade dos trabalhadores e estudantes.

São também inúmeros os monumentos que retratam uma história milenar, como a ponte medieval e o castelo, sob uma paisagem sublime, marcada pelas riquezas naturais, banhadas pelo Rio Cávado, no qual há uma harmonia e

um equilíbrio entre o homem e a natureza. Uma paisagem predominantemente rural, em que a floresta e a zona agrícola representam uma área de 10.985 hectares, cerca de 30% do território do concelho, o que contrasta com um núcleo urbano que divide o concelho em função da zona ribeirinha.

Nesta leitura, a superfície agrícola útil (SAU) de Barcelos representa cerca de 35% de toda a SAU do Cávado, segundo os dados do último Recenseamento Agrícola (RGA/99), enunciados no quadro 1. Esta paisagem ganha relevo e importância na identidade e na economia do concelho.

Quadro 1 Caracterização Agrária do Território

Território	População residente (2011)	Área territorial (km ²)	Densidade pop. (N.º hab./km ²)	Explorações agrícolas (N.º) por Localização geográfica	SAU (ha) por Localização geográfica
Portugal	10.542.398	92.225,24	114,5		
Norte	3.583.442	20.677,68	173,3		
Barcelos	120.391	378,95	317,7	2.730	10.985

Fonte: CENSOS 2011 - Instituto Nacional de Estatística - CAOP 2013 - Carta Administrativa Oficial Portuguesa

Barcelos, inserido no distrito de Braga, conotado como a capital da juventude, não se pode distrair e perder esta característica que lhe confere energia e dinâmica, fonte de atração e fixação para indivíduos, famílias e investidores. Logo, e de acordo com os últimos Censos, regista uma perda notória de indivíduos no intervalo de idades dos 0 aos 14 anos que poderá estar associada à redução da taxa de fecundidade e de natalidade e, eventualmente, alguns dos efeitos da emigração.

A análise da pirâmide de idades permite observar um aumento da população idosa, com particular incidência no grupo dos 65-69 anos de idade.

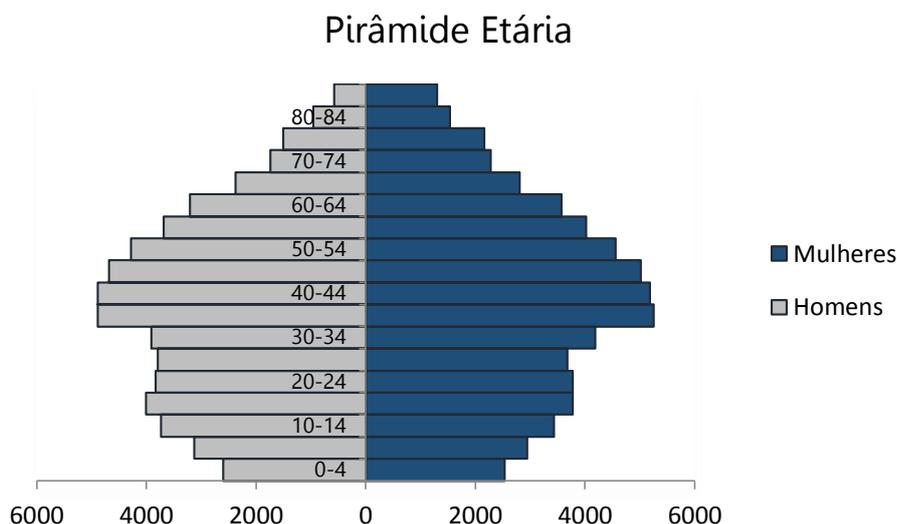


Gráfico 2 Pirâmide Etária

Fontes: Pordata, NUTS, 2002

O índice de longevidade para Barcelos é de 46,6% (2013, INE). À semelhança de outros territórios, este valor está associado ao aumento da esperança média de vida, ao crescente aumento da população com mais de 65 anos e à melhoria dos cuidados de saúde. As mulheres continuam a registar um índice superior aos homens, 48,7% contra 41%.

A taxa de fecundidade geral, em 2013, no concelho, atingiu os 26,4%, relativamente inferior à média nacional de 33,9% e à região norte com 30,2%. Comparativamente, Barcelos em 2002, regista uma quebra acentuada de 15,6 pontos percentuais (42%).

De acordo com os dados disponíveis no INE de 2013, verifica-se uma taxa bruta de natalidade de 6,8% e uma taxa bruta de mortalidade de 6,9%.

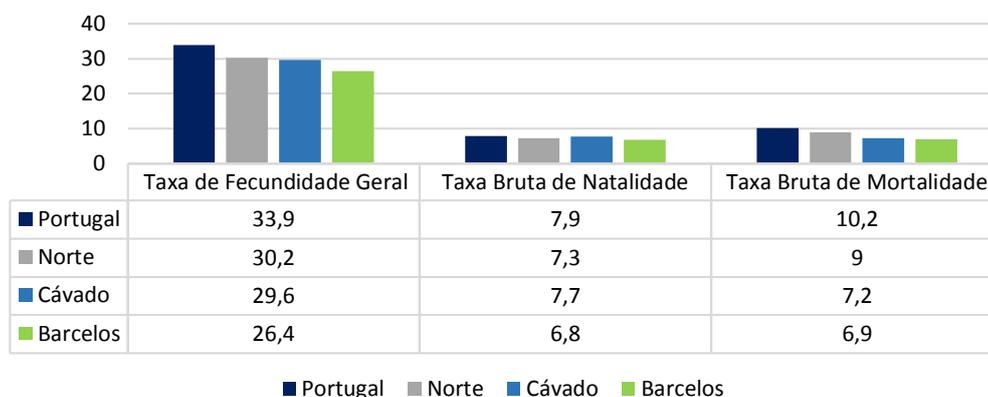


Gráfico 3 Taxa de Fecundidade Geral, Taxa bruta de Natalidade e Mortalidade

Fonte: INE / 2013

Esta tendência é acompanhada pela média nacional e pela região norte, cujas taxas também sofreram uma diminuição. A crise e a recessão económico-financeira, a instabilidade laboral, as novas formas atípicas de emprego e respetiva flexibilidade do mercado de trabalho, a permanência dos jovens em casa dos pais e a crescente aposta e investimento pessoal, académico e profissional poderão ser fatores que estão a contribuir para a diminuição significativa no que concerne à taxa de fecundidade geral. No momento, a emigração de jovens em idade adulta pode também contribuir para esta situação.

À compreensão do decréscimo da população em Barcelos há que associar o decréscimo, ainda que simbólico, da taxa de atração total do município de 3,8% para 3,52%, no período que separa os últimos censos de 2001-2011. Este valor é minimizado se atendermos à taxa de repulsão estimada nos 2,95%, em 2011.

A fixação da população mais velha acontece nas freguesias rurais e limítrofes do concelho e no centro urbano de Barcelos e de Barcelinhos. Quando se atende aos idosos a viver só, Aborim regista 19,3%, Carvalhas 18,9%, Barcelos 17,8%, Cossourado 17,8%, Tregosa 17,6%, e Adães 16,8%.

Segundo os dados do INE (2011), o concelho de Barcelos possui cerca de 42,3% da população idosa a residir só ou com outros idosos, com maior expressão nas freguesias de Arcozelo (643 idosos), Barcelos (440 idosos), Tamel São Veríssimo (223 idosos) e Vila Frescaíña São Martinho (201 idosos). Observe-se o quadro 2:

Quadro 2 Envelhecimento e Dependência

Território	Índice de Envelhecimento (%)			Índice de Dependência de Idosos (%)		
	2001	2011	2013	2001	2011	2013
Continente	103,8	128,6	136,4	24,6	29,0	30,4
Cávado	60,4	85,0	93,6	17,3	20,0	21,1
Amares	75,3	95,8	107,0	22,2	23,2	24,2
Barcelos	53,2	83,4	93,9	15,8	19,3	20,5
Braga	57,2	77,7	85,6	15,5	18,1	19,3
Esposende	59,5	83,5	90,5	17,8	20,1	21,1
Terras de Bouro	128,4	186,1	204,2	34,7	38,9	38,9
Vila Verde	74,7	101,3	108,5	22,8	25,4	26,1

Fonte: PORDATA, 2014

Através da análise do quadro 2 verifica-se que tanto o índice de envelhecimento como o índice de dependência de idosos, residentes no concelho de Barcelos, aumentou muito significativamente entre os anos de 2001 e 2011, e anos subsequentes até 2013.

A análise cuidada da informação contida no quadro 3 permite sinalizar Barcelos como um concelho em ritmo acelerado de envelhecimento da sua população e de dependência de idosos. Assim, o concelho de Barcelos regista entre 2001-2011, 2001-2013 e 2011-2013 a segunda evolução mais negativa para o indicador de envelhecimento, passando de 53,2% em 2001 para 93,9% em 2013. Este crescimento de 40,7% é apenas superado pelo concelho de Terras de Bouro. No caso da dependência de idosos, Barcelos apresenta a evolução mais negativa nos três períodos de análise referidos.

Quadro 3 Índice de Juventude

Território	Índice de Juventude			
	2001	2011	2013	Δ 2001-2013
Continente	95%	77,2%	73,3%	-21,7%
Norte	124,6%	89,7%	82%	-42,7%
Cávado	163,5%	117,8%	106,8%	-56,7%
Amares	132,7%	104,4%	93,5%	-39,2%
Barcelos	186,3%	122,3%	106,5%	-79,6%
Braga	174,9%	128,7%	116,8%	-58,1%
Esposende	168%	119,8%	110,5%	-57,5%
Terras de Bouro	77,9%	53,8%	48,9%	-28,9%
Vila Verde	133,8%	98,7%	92,2%	-41,6%

Fonte: INE, 2014

Também os dados apresentados no quadro 3 reforçam a alteração acentuada do perfil populacional do concelho de Barcelos.

De acordo com os dados do INE (2011), Barcelos ainda era o segundo concelho mais jovem do Cávado (122,3%) apenas ultrapassado por Braga (128,7%). Em 2013, Esposende supera Barcelos e o indicador regista uma quebra muito forte (15,8%) num espaço de tempo de apenas dois anos. Ainda mais significativo é o facto de Barcelos registar a evolução mais negativa para o período 2001-2013 por comparação com os restantes concelhos do Cávado (-79,6%).

Em conclusão, estamos perante um território onde se regista um forte e acelerado envelhecimento populacional, com esta tendência negativa a apresentar sinais de agravamento desde 2011.

Na valorização do capital humano, emerge o nível de qualificação refletido nos desempenhos e competências. Falar hoje de analfabetismo em Barcelos é admitir valores muito residuais, na ordem dos 1,3% (INE: 2011). Cronologicamente, percebem-se as mudanças operadas no contexto educativo, no aumento da escolaridade e no sucesso associado, na referência à transição de ciclos e ao nível de conclusão dos 12 anos de escolaridade (ou 18 anos de idade), recentemente obrigatórios. Percentualmente, Barcelos regista um número muito diminuto de licenciados, por relação aos valores médios, para além de apresentar números significativos de ativos com baixas qualificações, isto é, 75% detêm até o 9.º ano de escolaridade.

A correção deste trajeto é perceptível num escalão etário 18-29 anos, mas encontra bases de referência muito baixas que exigem uma continuidade e o recurso a diferentes contextos de aprendizagem, subscrevendo os princípios enunciados na Rede das Cidades Educadoras, a que Barcelos aderiu. Esta alavancagem é, no momento, travada pelo número de desempregados, e de desempregados de longa duração, jovens em situação de desemprego e com níveis de escolaridade baixos. Esta desvalorização é reforçada quando os incrementos na formação⁵, mobilizados pelas entidades empregadoras, com efeitos na vida pessoal, social e profissional dos seus ativos são vedados e virtuais.

⁵ Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro, artigos 130.º a 134.º do Código do Trabalho.

A oferta e o sucesso educativo poderão ser percebidos, em Barcelos, como resultado dos fortes investimentos públicos na agenda programática para a educação. São disso exemplos: os protocolos estabelecidos em matéria de estágios, os ensaios mais laboratoriais, os intercâmbios, o apoio à orientação e mediação escolar, os programas e ferramentas específicos disponibilizados aos alunos e os apoios no âmbito da ação social escolar, através dos manuais escolares obrigatórios no 1.º ciclo, da atribuição de bolsas de estudo aos alunos de ensino superior e na comparticipação do transporte (no ensino secundário), assim como das refeições aos alunos que evidenciam menos recursos.

Barcelos “Cidade Educadora” é a plataforma de excelência para o desenvolvimento de políticas educativas que promovem a igualdade de oportunidades, a inclusão social e uma escola pública diferenciada. A concertação com os agentes educativos é fundamental no apoio ao desenvolvimento de projetos de caráter inovador que permitem aos alunos desenvolver competências como o pensamento **criativo, crítico e científico**⁶. É neste desenho que os alunos perspetivam a valorização da aprendizagem e do contexto escolar, refletido no desenvolvimento de uma cidadania ativa entre pares. Esta dinâmica sai reforçada pela intervenção especializada e integrada, numa lógica de prevenção primária, na escola e na família, facilitada pela equipa multidisciplinar de apoio às escolas (psicólogos e terapeutas da fala). A programação da rede de bibliotecas escolares descentralizada envida esforços neste sentido ao incentivar o gosto pela leitura e escrita.

A crescente aproximação dos alunos ao ensino superior, sublinhada na parceria com a Universidade do Minho, é hoje corporizada na disponibilização de uma plataforma informática “Mais Cidadania”, centrada na promoção de uma cidadania participativa (alunos do 1.º ciclo) e na formação do pessoal docente.

Numa análise mais quantitativa, apresenta-se o universo de alunos por ciclos de ensino (desde o pré-escolar até ao secundário) e a distribuição de estabelecimentos escolares (públicos e com contrato de associação) calculada respetivamente, para o ano letivo 2013/14⁷, conforme informação disponibilizada pela DGESTE (Direção Geral de Estabelecimentos Escolares) e Infoescolas⁸. No concelho existe um número significativo de alunos com necessidades educativas especiais, vertida no quadro seguinte:

Quadro 4 N.º de alunos, N.º de alunos c/NEE e N.º de estabelecimentos

Ano letivo de 2013/2014	Total de alunos	N.º de alunos com NEE	N.º de estabelecimentos
Pré-escolar	2.383	19	75
1.º ciclo	4.771	109	72
2.º ciclo	2.550	77	11
3.º ciclo	4.292	51	11
Ensino Secundário	2.284	44	12

Fonte: Os dados do Pré-escolar e 1.º ciclo foram obtidos através da DGESTE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares) e os dados do 2.º, 3.º ciclo e secundário através do website <http://infoescolas.mec.pt/>

⁶ Refere-se a título de exemplo o projeto da **Rede de Pequenos Cientistas e Revista Amanhecer** (Escola Secundária de Barcelos), o projeto de **Robótica** (Escola Secundária de Barcelinhos), os projetos **mArte e Eco-Shel Marathon** (Escola Secundária Alcaides de Faria) e o projetos da **Rádio Escolar** (Agrupamento Escolas Vale do Tamel). Paralelamente têm sido apoiadas diversas atividades, tais como: visitas de estudo, participação em programas de mobilidade europeus (ERASMUS) e edição de revistas escolares com qualidade. O impacto é lido no reconhecimento atribuído no panorama educativo nacional e internacional, consagrado na obtenção de prémios. Concorre nesta linha a assinatura de protocolos de cooperação/parceria, nomeadamente com a Escola de Ciências da Universidade do Minho.

⁷ É relevante referir que há um agrupamento de escolas intermunicipal, o Agrupamento Escolas de Braga Oeste, que abrange população escolar dos concelhos de Barcelos e de Braga. Os alunos dos jardins de infância e das escolas do 1.º ciclo do concelho, que pertencem a este agrupamento foram contabilizados. No entanto, os alunos dos 2.º e 3.ºs ciclos do concelho que frequentam a Escola Básica Braga Oeste não o foram, porque não é possível, com os dados disponíveis, saber o seu número.

⁸ <http://infoescolas.mec.pt/>

Longitudinalmente, é notória a diminuição do número de alunos, num período relativamente curto (4 anos letivos – 2010/11 a 2013/14). Esta redução sente-se ao longo do percurso, com particular incidência nos primeiros anos de escolaridade. No mesmo período, a taxa de retenção ou desistência no 2.º e 3.º ciclo, em Barcelos, é ligeiramente inferior às médias percentuais do país e da NUT Cávado. No ensino secundário, e de acordo com os dados publicados até ao ano letivo de 2012/2013, a taxa de retenção ou desistência desce em 10 pontos percentuais para Barcelos, por comparação aos mesmos territórios. Globalmente os valores continuam a merecer particular atenção, tendo em conta as metas estabelecidas na Estratégia Europa 2020.

O esforço de concertação entre as diferentes unidades educativas de modo a permitir a dinamização de uma rede de oferta educativa diversificada, ajustada às preferências vocacionais dos jovens e às necessidades do mercado de trabalho, é colocado em causa pelas políticas educativas levadas a cabo pelo Ministério da Educação. Repare-se que Barcelos apresenta uma percentagem elevada de alunos a frequentar o ensino profissionalizante (2.070 alunos face aos 2.284 no ensino científico-humanístico), no ensino secundário. Em 2013/2014, os dados revelam que cerca de 47% dos jovens fazem a aprendizagem numa área que lhes permite entrar no mercado de trabalho quando concluírem o ensino secundário.

Ainda nos **recursos endógenos**, e no que toca à paisagem organizacional, mostra-se uma quantidade de equipamentos sociais dispersos, com maior concentração e diversificação de respostas junto à linha do Cávado e aos territórios em posição mais periférica. Das oitenta e três entidades, públicas e privadas com e sem fins lucrativos, registadas na carta social municipal de Barcelos, em 2012, o Vale do Neiva acusa um maior défice na malha de cobertura das respostas, atenuado pelo apoio domiciliário prestado pela rede de apoio circunscrita àquele território, num horizonte mais alargado.

A dimensão das entidades varia em número de utentes, de respostas/serviços, de colaboradores e de procedimentos, mais ou menos próximos dos critérios da qualidade. A rede de apoios e os investimentos em inovação social e na qualificação dos colaboradores e dirigentes condicionam e/ou determinam a sustentabilidade e a viabilidade das organizações e a sua capacidade de adaptação às exigências da comunidade, assente num serviço humanizado, próximo e diferenciado.

Quadro 5 Capacidade de resposta por concelhos que rodeiam Barcelos

Território	Capacidade de Resposta						População Residente com 65 anos ou mais (2012)	Capacidade de resposta em relação à população com 65 anos ou mais		
	Creche	ATL	Centro de Convívio	Centro de Dia	Lar de Idosos e Residência	Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)		Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	Lar Residencial e Lar de Idosos	Centro de Convívio e Centro de Dia
Barcelos	1.133	1.325	65	370	539	597	16.970	3,52%	2,84%	2,56%
Braga	2.406	3.229	351	579	1.120	838	24.292	3,45%	3,88%	3,83%
Famalicão	1.924	2.522	123	593	651	1.297	18.922	6,85%	2,89%	3,78%

Fonte: Carta Social, 2014

II. ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Este concelho inscreve-se na NUT III Cávado e ocupa um lugar de charneira em relação a centros urbanos, com expressão nacional e internacional, associados à região do Minho e ao Norte de Portugal. Identidade, simbologia, religião, arte e cultura exploram e recriam a figura e o figurado do Galo de Barcelos para marcar

e projetar o concelho além fronteiras. Em torno deste epíteto gravitam propostas turísticas e comerciais em termos locais, nacionais e transnacionais.

O mapeamento do Norte assinala Barcelos com relevo no roteiro dos vinhos, nos caminhos portugueses de Santiago de Compostela e na rede de ensino superior, de investigação e tecnologia. O IPCA, atualmente com descentralização de pólos em Braga e Guimarães, aposta com afinco na qualidade da sua formação e na empregabilidade dos seus cursos, através de uma rede de estágios e, mais recentemente, na oferta de cursos técnicos superiores profissionais, propósito lançado no ano letivo de 2014/15. O campus integra o "PRAXIS XXI - Centro de Investigação para o Incremento Técnico-científico do Cávado e do Ave"⁹ – espaço multidisciplinar de Investigação Aplicada, de exploração e transferência de resultados da investigação técnico-científica, e de apoio ao reforço da colaboração entre o IPCA e o tecido empresarial, focado no incentivo à inovação, à criatividade e ao empreendedorismo, e criação de emprego e de empresas.

Competitividade e internacionalização

Recorrendo a informação proveniente do Sistema Integrado de Contas das Empresas do INE, é clara a inércia da industrialização no território do Cávado: em 2011, 31,6% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado pelas empresas acontecia nas indústrias transformadoras, valor próximo ao observado na Região Norte mas que o concelho de Barcelos ultrapassava largamente com 47%.

⁹ O PRAXIS XXI visa complementar e solidificar o papel dinamizador do IPCA na sua área geográfica de intervenção, como agente de desenvolvimento económico, cultural e social, promovendo a investigação aplicada, o estabelecimento de parcerias e a criação de redes de influência capazes de alavancar o desenvolvimento integrado da região. A partilha bidirecional de conhecimento internamente ou em parceria com empresas ao nível do desenvolvimento de investigação aplicada está subjacente às atividades de cariz científico.

Através deste Centro pretende-se estimular a investigação aplicada, a investigação "não fundamental" mas essencial para a criação de emprego e de produtos geradores de riqueza, a capacitação para a empregabilidade dos estudantes, a promoção do empreendedorismo e a criação de *Spin-Offs*, a transmissão aos estudantes de uma cultura de inovação e iniciativa, a participação em projetos de interligação da academia e da investigação com as empresas, entre outros. O PRAXIS XXI pretende também dar uma resposta ativa que vá ao encontro das necessidades e expectativas do tecido empresarial para o desenvolvimento de projetos de I&DT, bem como a investigação e desenvolvimento de projetos e produtos inovadores, na perspetiva da diversificação do tecido económico.

Quadro 6 Valor Acrescentado Bruto das Empresas em 2011, por município (%)

Território	Total	Indústria Transformadora	Construção	Comércio por grosso
	% face à NUTS superior	%		
Continente	/	21%	9%	19%
Norte	28%	32%	12%	19%
Cávado	10%	32%	19%	17%
Amares	/	22%	27%	15%
Barcelos	30%	47%	17%	17%
Braga	50%	27%	19%	19%
Esposende	10%	24%	15%	9%
Terras de Bouro	/	24%	13%	13%
Vila Verde	/	24%	33%	22%

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas

O diferencial de estrutura mais significativo (por comparação com o continente e a região Norte – quadro 6, o observava-se na construção, com Barcelos a revelar aproximadamente o dobro do valor nacional. O sobrepeso da construção na estrutura económica setorial do concelho é um elemento de grande relevância a ter em conta, sobretudo no contexto do forte declínio dessa atividade quando comparado com o mercado interno, sendo responsável em grande medida pela incidência do desemprego no território.

O diagnóstico realizado no âmbito do Plano Territorial de Desenvolvimento do Cávado (PTD), que enquadrava o período de programação 2007-2013, mantém os seus traços estruturais mais fortes, manifestos na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Cávado 2014-2020. Barcelos continua a ser um dos concelhos mais industrializados do nosso país, apresentando, em contrapartida, défices claros nas atividades terciárias, designadamente ao nível dos serviços financeiros, imobiliários e de empresas. Pode-se incluir nesta ideia de inércia estrutural a própria repartição geográfica da atividade económica pelo território do Cávado. A caracterização do PTD referia que Barcelos e Braga acolhiam mais de 80% do emprego por conta de outrem da III.

De acordo com os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas do INE (SCIE), Barcelos representa praticamente 50% do emprego na indústria transformadora. Barcelos apresenta, neste contexto, uma forte especificidade pois também concentra a maior percentagem de atividade agrícola do Cávado, com 46% do total do emprego agrícola. Dos censos, verifica-se a existência de 2.656 produtores singulares, dos quais 26% do sexo feminino. A prevalência das idades dos produtores agrícolas mostra que 49% se situam entre os 45 e 65 anos e 40% está acima dos 65 anos. No campo das habilitações escolares dos produtores agrícolas, 63% detém o 1.º ciclo e apenas 4% detém o ensino secundário. Dos ativos, a sua maioria evidenciam ligações de parentesco, condição que não afeta 9% dos produtores. Das aproximadamente 7.500 pessoas que trabalham na exploração agrícola, 3.100 encontram-se em regime de trabalho a tempo inteiro e 4.400 a tempo parcial.

Numa perspetiva de coesão territorial é necessário tirar partido das potencialidades que emanam dos três espaços de criação de valor e de dinâmica empresarial no Cávado: o espaço das atividades de perfil predominantemente urbano (incluindo aqui as atividades de investigação e desenvolvimento) que Braga representa com elevada notoriedade regional; um outro de matriz essencialmente urbano-industrial (que coexiste com a presença de formas de agricultura competitiva) protagonizado por Barcelos, Esposende e Vila Verde; finalmente, um outro espaço de natureza predominantemente rural com Amares e Terras de Bouro.

O baixo valor de produtividade média que o território do Cávado, em geral, e Barcelos, em particular, apresenta relativamente ao país é o resultado da sua forte especialização em bens transacionáveis muito intensivos em

mão de obra barata e em baixas qualificações, a par da intensificação da concorrência baseada em baixos salários determinada pelo avanço do processo de globalização. Tanto a monopolização dos mercados, muitos gerados pela concentração em grandes grupos económicos, como o alheamento do treino de competências profissionais indispensáveis aos processos de transformação, que o predomínio da “lei do efémero” traz às empresas retira capacidade competitiva e traduz ativos muito desqualificados que constroem o processo de migração empresarial.

Para que o processo de mudança estrutural, muito pressionado pelos efeitos da globalização, se traduza num ciclo virtuoso para o concelho de Barcelos é necessário que seja acompanhado por políticas de competitividade que ajudem o tecido empresarial a especializar-se em atividades mais intensivas em tecnologia, em conhecimento ou noutros fatores competitivos que não estejam tão sujeitos à concorrência-custo.

Este cenário encontra uma leitura mais positiva pelo facto de Barcelos, no âmbito da NUT III (região do Cávado e Ave), detém um dos mais importantes ecossistemas de inovação da Região do Norte e do país, organizado em torno da Universidade do Minho e do Centro de Nanotecnologia. Este privilégio é reforçado pelo nível de infraestruturas de suporte ao tecido empresarial da região, algumas das quais com padrões de excelência ao nível internacional. A par da rede associativa, com uma boa representatividade ao nível da região e do país, como a Associação Industrial do Minho (AI Minho), a Associação Comercial e Industrial de Barcelos (ACIB), a Associação Comercial de Braga (ACB) e a Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende (ACICE), destaca-se a Universidade do Minho, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, a Universidade Católica Portuguesa de Braga, a Universidade Lusíada de Famalicão, o Centro Tecnológico das Indústrias Têxteis e do Vestuário, centros de investigação, organismos de interface e algumas incubadoras. Realça-se a concretização de algumas unidades de investigação de âmbito internacional nos domínios da engenharia dos tecidos, das nanotecnologias e dos nanomateriais.

Um fator muito relevante a ter em conta é o salto empresarial e organizativo que o turismo pode assumir no território do Cávado em geral e também em Barcelos. A oferta no Cávado é diversificada mas ainda pouco consolidada. O potencial de estrutura desta oferta é o de ser mais qualificada do que a média da Região Norte e mesmo nacional, incluindo uma oferta representativa no turismo em espaço rural e no termalismo. Braga concentrava quase 43% da capacidade de alojamento, acompanhado por Terras de Bouro e Esposende (22% cada um respetivamente). A evolução recente neste setor, que foi atingido pela crise nacional e do consumo, apresenta sinais positivos: maior profissionalização e qualificação da oferta, captação de turistas estrangeiros aproveitando a dinâmica do aeroporto do Porto e os eventos das Capitais Europeias de 2012 (Braga da Juventude e Guimarães da Cultura), e uma procura mais intensa por turistas e visitantes de territórios de proximidade (Portugal e Galiza) que abandonam os quadros de expressão exclusivamente sazonal.

Intensidade tecnológica

Numa lógica mais transversal ao Ave e ao Cávado, existe um cluster perfeitamente consolidado em torno da fileira têxtil que, em termos de infraestruturas de suporte, está fortemente concentrado em Vila Nova de Famalicão e Guimarães, mas que tem uma relevância estratégica para Barcelos.

Também importa referir que o Vale do Cávado tem condições ótimas para integração no cluster das Indústrias Criativas do Norte de Portugal, pela importância de alguns eventos e iniciativas culturais, bem como pela existência de muitas atividades relacionadas com a produção digital e de conteúdos, que encontra no IPCA (localizado em Barcelos, hoje com pólos descentralizados em Guimarães e Braga) um pilar de produção de conhecimento.

Quadro 7 Níveis de intensidade tecnológica da IT do Cávado face ao Continente e à Região Norte - 2011

Setor	Território							
	Continente	Norte	Cávado	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro
Primário	10%	5%	4%	21%	3%	3%	5%	29%
Baixa Tecnologia	53%	66%	71%	40%	88%	45%	65%	66%
Média Baixa Tecnologia	25%	19%	18%	26%	9%	34%	18%	5%
Média Alta Tecnologia	13%	10%	7%	13%	1%	18%	12%	0%
Alta tecnologia	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: GEE/MEE, Quadros de Pessoal

Globalmente, o Cávado apresenta um perfil de intensidade tecnológica inferior ao da Região Norte, com mais e menos peso de emprego, respetivamente, em setores de baixa tecnologia e de média-alta tecnologia e o concelho de Barcelos é o que maior concentração regista no setor de baixa tecnologia (88%). Também no quadro 8, Barcelos posiciona-se de forma modesta entre os concelhos do Cávado. Há que alavancar a economia do conhecimento.

Quadro 8 Intensidade em tecnologia e conhecimento da estrutura de serviços, 2011

Setor		Território							
		Continente	Norte	Cávado	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro
Serviços menos intensivos em conhecimento	Serviços menos intensivos em conhecimento	55%	57%	62%	72%	62%	58%	59%	58%
	Outros serviços menos intensivos em conhecimento	5%	5%	6%	6%	5%	6%	8%	9%
Serviços intensivos em tecnologia	Serviços intensivos em tecnologia	14%	13%	9%	6%	7%	11%	5%	2%
	Serviços high-tech intensivos em conhecimento	3%	2%	2%	0%	1%	3%	1%	0%
	Serviços financeiros intensivos em conhecimento	5%	4%	0%	3%	3%	4%	3%	2%
	Outros serviços	18%	19%	21%	13%	21%	19%	24%	29%

Fonte: GEE/MEE, Quadros de Pessoal

No quadro 9 o território do Cávado assenta o perfil de especialização produtiva na intensidade tecnológica (IT) essencialmente nas duas tipologias mais vulneráveis de fatores de competitividade: a “intensidade em recursos naturais” e em “mão-de-obra”. Barcelos regista o pior desempenho de todos os concelhos do Cávado.

Quadro 9 Perfil de especialização da IT do Cávado por fatores de competitividade, 2011

Setor	Território							
	Continente	Norte	Cávado	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro
Intensidade em Recursos Naturais	29%	19%	13%	33%	10%	13%	17%	92%
Intensidade em mão de obra%	47%	63%	73%	41%	86%	57%	64%	8%
Economia de escala	16%	12%	9%	12%	3%	19%	10%	0%
Diferenciação do produto	6%	5%	5%	14%	1%	11%	9%	0%
Intensidade com I&D	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: GEE/MEE, Quadros de Pessoal

Comércio internacional

O valor da taxa de cobertura das importações no Cávado é substancialmente superior à observada no Norte e no Continente (166% contra, respetivamente, 73% e 126%, percentagens que são mais elevada para o comércio intracomunitário), o que sugere que o Cávado apresente um índice de extroversão “Exportações/PIB” superior à média nacional. Barcelos destaca-se pela positiva como se verifica facilmente pela figura 2, testemunho óbvio do peso que a indústria têxtil exportadora ainda possui no concelho, assim como do processo de reindustrialização em curso naquele sector de atividade

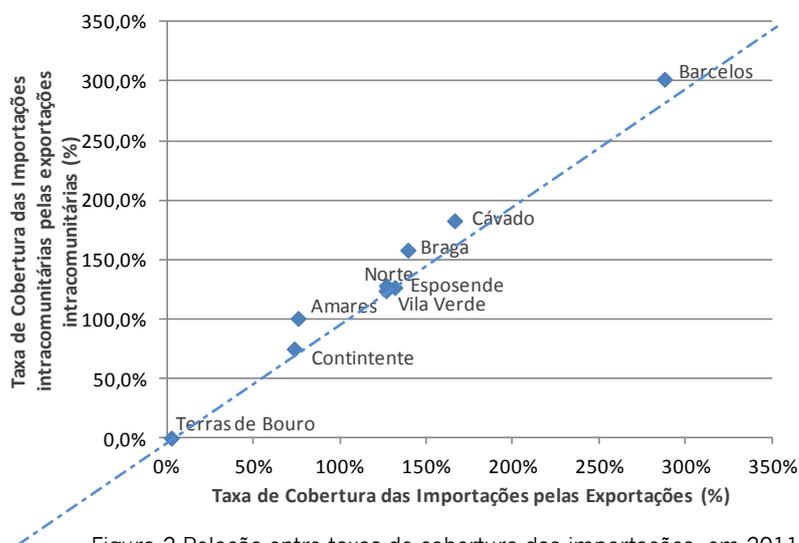


Figura 2 Relação entre taxas de cobertura das importações, em 2011, por município (%)

Fonte: INE (Anuário Estatístico Regional Norte 2011)

Turismo

O capital cultural e simbólico é diverso. Apesar de existirem, hoje, visivelmente, traços de modernidade a marcar a paisagem urbana, Barcelos apresenta um singular conjunto de edificações e monumentos que atraem o interesse de muitos turistas e visitantes. Ao longo do ano, quer na cidade, quer nas freguesias, ocorre todo um conjunto de festas e romarias, com majestosas procissões, música popular e doçaria tradicional. São

práticas que consubstanciam uma simbiose entre o sagrado e o profano, que mantêm vivas as mais ricas e as mais antigas manifestações socioculturais, ainda com poucos impactos na economia local, como se pode ler neste capítulo. A passagem obrigatória para os caminhantes, os albergues e lugares de culto motivam milhares de crentes e peregrinos dos caminhos de Santiago de Compostela a colocarem como porta de entrada a cidade de Barcelos. Na verdade, estes movimentos não se refletem para além da “obediência religiosa”, com poucos reflexos na economia local e no conceito transfronteiriço, associado a uma linha estratégica com o norte da Galiza.

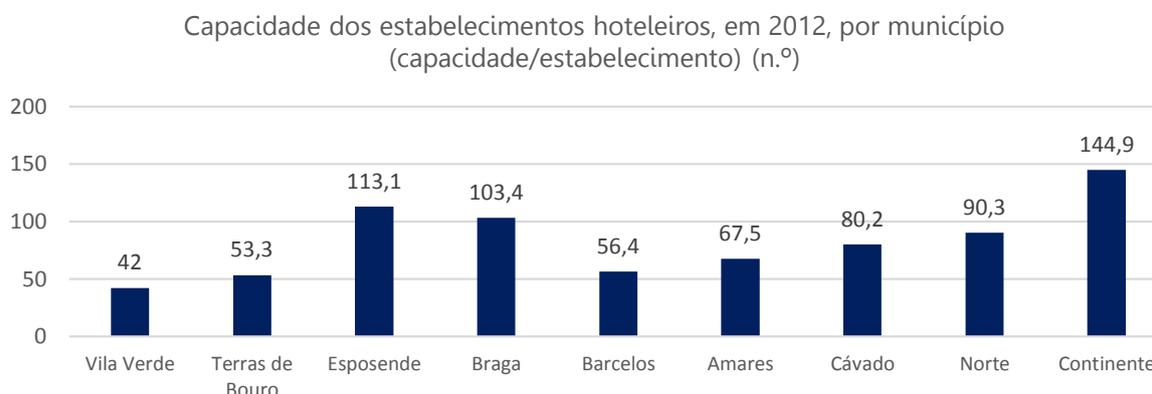


Gráfico 4 Capacidade dos Estabelecimentos Hoteleiros, em 2012, por município

Fonte: INE, 2012

No concelho de Barcelos existiam em 2013 um total de 5 estabelecimentos hoteleiros, com uma capacidade total de 234 lugares para alojamento. Hoje, Barcelos dispõe na globalidade de 429 camas distribuídas por 258 unidades de alojamento. As referidas unidades encontram-se distribuídas por 3 hotéis que contam com 118 quartos e 206 camas; 11 empreendimentos de Turismo no Espaço Rural e 5 empreendimentos de Turismo de Habitação, que no conjunto possuem 97 quartos e 138 camas e, ainda, 10 unidades de Alojamento Local, que incluem 3 estabelecimento na tipologia de estabelecimento de hospedagem, 1 apartamento e 6 moradias e com 53 quartos e 86 camas. Esta variação positiva não é sentida de igual modo no número de hóspedes ainda que evidencie algum acréscimo entre 2009 e 2013, de 1,8 noites para 2,06 noites. No que toca ao número de empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local, estes estão dispersos um pouco por toda a área do concelho.

De acordo com os registos, em 2012 a média é de 0,1 hóspedes por habitante. Este indicador revela que o concelho de Barcelos não conseguiu acompanhar o desenvolvimento do Turismo face à região Norte e a Portugal na sua generalidade, com valores de 0,7 e 1,3, respetivamente.

No total, em 2012, passaram pelos estabelecimentos hoteleiros cerca de 13.833 hóspedes no qual resultaram em 22.128 dormidas. Estes valores comprovam a situação acima referenciada, sendo que num espaço temporal de 5 anos (2009-2012), o número de visitas do concelho, no que toca a hóspedes e dormidas, reduziu os seus números para metade. Em 2013, Barcelos regista mais de 29.382 mil dormidas, valor máximo conseguido até ao momento.

Dos 13.833 hóspedes que passaram pelo município no ano assinalado (2012) cerca de 8.597 tinham nacionalidade portuguesa, 869 tinham nacionalidade alemã, 1.548 tinham nacionalidade espanhola, 819 tinha nacionalidade francesa, 258 tinham nacionalidade italiana, 169 provinham dos Países Baixos, 228 do Reino Unido e 163 dos EUA.

A proporção de hóspedes estrangeiros, apesar de ter oscilado ao longo da última década, tem rondado os valores entre 31% e 40%, sendo que em 2012 apresentou um valor de 37,9%. O concelho, comparativamente com a média nacional, recebe menos turistas estrangeiros.

Observa-se claro predomínio do turismo interno em praticamente todos os concelhos do Cávado, sendo Esposende e Barcelos os que menos dependem desses fluxos, embora sempre representando mais de 50% dos hóspedes provenientes do universo UE15. O turismo espanhol segue-se a grande distância. Globalmente, e no território do Cávado, apenas 5% da capacidade absoluta de alojamento corresponde a Barcelos.

Recursos Culturais

No município de Barcelos existiam, no ano de 2012, cerca de 9 imóveis culturais de interesse público, destes faziam parte 14 monumentos e 4 sítios, entre os quais destacamos pela sua importância os do centro histórico e o Convento de S. Salvador de Vilar de Frades, que pela sua centralidade artística, se apresenta de valor excepcional no contexto artístico nacional. No que se refere a museus, existiam no mesmo ano dois museus e ainda três galerias de arte/espço de exposição temporária. De destacar a recente melhoria do Museu de Olaria que veio reforçar o papel estratégico deste espaço em termos nacionais, como guardião da identidade olárica do território.

No ano de 2012, ocorreram 9 sessões de espetáculo ao vivo, contando com um total de 890 espetadores o que revela uma dinâmica cultural muito reduzida.

A abertura da Torre Medieval, a 21 de Julho de 2013, como Centro de Interpretação da Cidade e do Galo, conferiu ao centro histórico de Barcelos uma nova centralidade turística no contexto da região Norte, ao mesmo tempo que despoletou um novo tempo ao nível da vida e regeneração urbana no centro histórico, potenciando novas dinâmicas e novos negócios, nomeadamente ligados à atividade da cafetaria e restauração.

A abertura do Teatro Gil Vicente, a 7 de setembro de 2013, abriu a oportunidade para uma programação diversificada, de baixo custo e dirigido a diferentes públicos. Esta infraestrutura também relança a produção artística e criativa das entidades culturais, conferindo-lhes palcos temáticos ao longo de todo ano, beneficiando a população do cartão de desconto "um cartão quatro palcos", proporcionado no âmbito do Quadrilátero. O "palco das artes" depende em grande medida da educação e do "consumo artístico" que os cidadãos assinalam numa idade ainda jovem, coincidente com o processo de formação pessoal.

A vivacidade e a animação da cidade e do concelho advêm também do movimento turístico e dos eventos de referência como o Carnaval, a Mostra de Artesanato e Cerâmica, a Festa das Cruzes, a Batalha das Flores, Barcelos Cidade Medieval, o Festival Internacional de Folclore do Rio, o Milhões de Festa, os eventos desportivos, como os Jogos do Rio, os 5 Cumes, O Trilho dos Moinhos ou Meia Maratona de Barcelos entre outros, que conferem a Barcelos a capacidade de se destacar no panorama turístico da região Norte, ao nível dos eventos de dimensão. De referenciar ainda o Centro Hípico Irmão Pedro Coelho, em Areias de Vilar, pelo seu posicionamento no espaço europeu ao nível das provas de Hipismo, fator diferenciador do território e argumento de notoriedade turística e desportiva.

No ano de 2012 o concelho contava com 4 publicações periódicas, em suporte papel e eletrónico (Internet).

Mercado de trabalho

No concelho de Barcelos existiam em 2011 cerca de 40.655 pessoas inativas, ou seja, estudantes, domésticos e incapacitados que não estão nem empregados nem desempregados. Já os que exercem uma profissão remunerada, os desempregados e os indivíduos que estão a cumprir o serviço militar, totalizam 59.734 ativos, com uma taxa de atividade de 49,62%. Esta percentagem eleva-se em 2% quando comparada com a média nacional. Na dispersão, as freguesias de Vilar do Monte (54,27%) e de Areias S. Vicente (52,83%) revelam uma taxa de atividade superior, por oposição às freguesias de Igreja Nova (39,84%) e Panque (44,12%), de acordo com os dados do IEFP.

No núcleo urbano de Barcelos, as ex-freguesias de Barcelos e Vila Frescaíña S. Martinho apresentam uma taxa de atividade inferior ao concelho, com uma taxa de 47,25% e 48,65%, respetivamente. A freguesia de Vila Frescaíña S. Martinho demonstra-se superior à média nacional, cuja taxa é de 47,56%. Ambas as freguesias apresentam uma taxa de atividade feminina inferior à taxa de atividade masculina, acompanhando a tendência nacional de 51,59% nos homens face a 43,85% nas mulheres.

Segundo os resultados definitivos dos censos de 2011, os grupos de profissões por ordem de maioria são mais representativos no grupo dos operários artífices e trabalhadores similares (grupo 7), seguido dos trabalhadores não qualificados (grupo 9) e do pessoal dos serviços e vendedores (grupo 5).

O quadro seguinte fornece informação quanto à distribuição dos trabalhadores por setor de atividade. A mesma é consistente com alguns dados apresentados em secções anteriores deste documento, evidenciando o peso ainda muito significativo da atividade industrial.

Quadro 10 Trabalhadores por sector de atividade (2011)

Setor	Trabalhadores/as por setor de atividade		
	HM	H	M
Primário	258 (1%)	164 (1,3%)	94 (0,7%)
Secundário	17.086 (66,0%)	8.274 (65,5%)	8.812 (66,5%)
Terciário	8.538 (33,0%)	4.201 (33,2%)	4.337 (32,7%)
Barcelos	25.882	12.639	13.243

Fonte: INE, 2011

Num olhar errante, as mudanças deixam antever sinais de rigor e exigência, enquanto marcador de diferenciação e qualidade. Orientar neste sentido obriga a um movimento que **só as pessoas são** capazes de traçar, agora ancoradas na eficiência e eficácia da ação, desafiadas pelas oportunidades de emprego.

Pólo de excelência têxtil, tem neste setor um dos principais argumentos de empregabilidade, absorvendo quase metade da população ativa, embora o calçado, a agricultura, a cerâmica e o turismo tenham também um importante peso no concelho. A indústria têxtil registou algumas quebras, contudo, o concelho apresenta novamente sinais de crescimento económico e tecnológico. Para manter esta tendência de captação de mão-de-obra, o recrutamento e a seleção deve recair em perfis especializados e as empresas devem investir na qualificação dos seus ativos, na linha do progresso e da liderança de mercados. Esta visão pode atrair investidores, potenciar o conhecimento e a inovação, aumentar o emprego e o consumo, com repercussões nos estilos e na qualidade de vida das pessoas e das famílias. Esta inversão está mais próxima dos territórios com índices de desenvolvimento humano mais elevados, desde que as práticas respondam às expectativas das pessoas e da comunidade e se saldem em bem estar social.

III. FATORES DE RISCO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Como foi expresso por Labbens (1969): "Um homem pobre não é um homem rico com menos dinheiro; ele é outro homem. As diferenças entre um e outro não se relacionam apenas com o rendimento, também dizem respeito à educação, relações sociais, em suma, a todos os domínios da vida social: ser rico e ser pobre são dois estilos de vida."

(...)ponto fundamental a assinalar prende-se com o facto de mais de metade dos portugueses continuar a colocar as causas da pobreza no país em factores como a sorte, a inevitabilidade, o fatalismo, ou faltas imputáveis aos pobres, como a preguiça ou a falta de força de vontade. Da mesma forma, 44% tende a acreditar que "a desigualdade de rendimento é necessária para o desenvolvimento económico".

Esta consciência crítica sobre as potencialidades e os limites do trabalho que se desenvolve neste domínio é tanto mais importante quanto, como referido anteriormente, a pobreza é, de facto, um fenómeno multidimensional cuja resolução convoca necessariamente uma pluralidade de respostas e de desafios que, estando centrados sobre as necessidades das pessoas e das famílias e sobre a promoção das suas capacidades, exige uma complementaridade de respostas e não uma sobreposição e concentração de respostas/recursos idênticos.

INCLUSÃO

As **dinâmicas familiares** refletem configurações mais suscetíveis às questões de pobreza e exclusão social, especificamente as famílias com baixos rendimentos e com mais de três filhos e as famílias monoparentais e/ou com dependentes a cargo. Na verdade, os apoios sociais, o apoio à renda e/ou à prestação do rendimento social de inserção (RSI), evidenciam essa posição de maior fragilidade.

Em retrospectiva, a dimensão média das famílias clássicas do concelho de Barcelos no período intercensitário de 2001-2011, verifica um ligeiro decréscimo em escala, seguindo a tendência regional e nacional, como se constata no quadro seguinte.

Quadro 11 Dimensão média das famílias e taxa de variação

Território	Dimensão média das famílias		Taxa de variação das famílias (%)
	2001	2011	2001-2011
Portugal	2,8	2,6	10,76
Norte	3	2,7	9,93
Cávado	3,3	3	17,3
Barcelos	3,5	3,1	13,6

Fonte: Pordata, 2011

Em relação à sua dimensão é visível a nível do concelho de Barcelos uma predominância das famílias compostas por 3 ou mais pessoas. Em termos absolutos, o concelho regista um total de 38.052 famílias clássicas, das quais 10.009 famílias são constituídas por 3 pessoas e 9.858 famílias constituídas por 4 pessoas.

Quadro 12 N.º de Famílias por N.º de indivíduos

Território	N.º de Famílias por N.º de indivíduos					Total
	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 ou+ pessoas	
Portugal	866.827	1.277.558	965.781	671.066	262.494	4.043.726
Norte	228.923	390.608	349.821	256.375	105.165	1.330.892
Cávado	19.797	35.151	35.276	32.449	14.673	137.346
Barcelos	4.099	9.060	10.009	9.858	5.026	38.052

Fonte: INE / 2011

Associar às famílias alargadas e/ou monoparentais um conjunto de vulnerabilidades sociais decorre de uma interpretação mais relativa na medida em que o universo que os quadros espelham, em matéria de apoios, não respeitou o cruzamento efetivo dos agregados em questão. Esta subjetividade não retira a incidência, pelo

menos em número, identificada muitas vezes não por uma necessidade de emergência /sinalização mas pelo recurso a direitos sociais previstos no apoio aos dependentes.

Outro indicador prende-se com a idade, prevalecendo alguma proteção de vária índole em termos intrafamiliares que ganham expressão no momento da independência e dos resultados obtidos em termos de ingresso no mercado de trabalho.

Estes traços são percebidos nos indicadores veiculados pela ação social municipal, pelos serviços locais de atendimento e acompanhamento social, pelos recursos disponibilizados na linha da emergência social e pela comissão de proteção de crianças e jovens em perigo (CPCJ).

Quanto aos outros tipos de família existentes no concelho é possível verificar a existência de 10,77% de famílias clássicas unipessoais, que serão as famílias clássicas constituídas apenas por uma pessoa. Logo de seguida, com 12,13% apresentam-se os núcleos familiares monoparentais, núcleos familiares que integram apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s).

Importa destacar a proporção de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade no concelho de Barcelos, que regista um valor de 5,47% muito próximo dos 6,09% registados no território do Cávado.

Quadro 13 Proporção dos núcleos familiares, famílias unipessoais e famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade

Território	Núcleos Monoparentais	Famílias unipessoais	Proporção de famílias unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade
Portugal	14,89	21,44	10,06
Norte	13,75	17,2	8,26
Cávado	13,35	14,41	6,09
Barcelos	12,13	10,77	5,47

Fonte: INE / 2011

Medidas de Política Social

A compreensão da pobreza e da exclusão está intimamente ligada com a privação material, as desigualdades nos acessos e a ausência e/ou falta de recursos, com efeitos na satisfação, nas expectativas e no bem-estar dos indivíduos e das famílias. Na cadeia redistributiva, o papel do Estado permite assegurar pensões e benefícios sociais que minimizam patamares extremos de pobreza. O combate à exclusão implica necessariamente o exercício da participação. Aqui os sistemas sociais e institucionais fazem a diferença, enquanto garantia para o exercício pleno de cidadania.

Em Barcelos, os dados mostram uma quebra notável de beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), passando de 2.323 beneficiários em 2011 para 747 beneficiários em 2014. Também o rácio de beneficiários por 1.000 habitantes diminuiu de 23,03% (2011) para 7,35% (2014). A contração sentida nas medidas de proteção social dos indivíduos e das famílias e a reformulação dos cálculos pode justificar a diminuição, à escala nacional, do número de beneficiários de RSI¹⁰.

Esta situação revela-se preocupante quando o número de pobres em Portugal tem vindo a aumentar, com particular prevalência nas crianças, idosos e incapacitados/deficientes.

O processo de inclusão, espelhado na autonomia e independência das pessoas/famílias, é contrariado pela rede de apoios na linha de emergência, designadamente através das cantinas sociais. Barcelos fornece, em 2015, cerca de 475 refeições diárias.

¹⁰ Decretos leis de RSI - republicação da Lei N.º 13/2003, de 21 Maio. Revogado pelo Decreto-Lei N.º. 133/2012 de 27 Junho.

Quadro 14 Número de Beneficiários de RSI

Território	Beneficiários de RSI		Beneficiários de RSI por 1000 habitantes	
	2011	2014	2011	2014
Portugal	448.290	320.811	49,96	36,07
Norte	190.797	123.103	60,86	39,45
Cávado	10.295	5.053	29,98	14,61
Barcelos	2.323	747	23,03	7,35

Fonte: INE / 2014

Prosseguindo para a análise dos **pensionistas** da Segurança Social em 2014 verifica-se que existem no concelho de Barcelos 30.755 pensionistas e um rácio de 302,50 pensionistas por 1000 habitantes, como se pode verificar no quadro 15.

Quadro 15 Número de Pensionistas

Território	Pensionistas SS		Pensionistas SS por 1000 habitantes	
	2011	2014	2011	2014
Portugal	2.979.787	3.024.590	332,21	340,43
Norte	989.853	1.018.172	315,45	326,66
Cávado	95.171	100.201	276,31	289,42
Barcelos	29.045	30.755	287,07	302,50

Fonte: INE / 2014

Quanto ao valor médio anual das pensões, registam-se valores abaixo da realidade nacional e da região Norte, apresentando um valor médio de 4.248€ no concelho de Barcelos. Pese embora que, os dados apresentados correspondam a um valor médio mensal de 358,16€ no território do Cávado, este atinge um valor ainda mais baixo no concelho Barcelos (354€/mês). Face a estes valores, importa salientar que estes são, em muitos casos, a única fonte de rendimento existente num grupo populacional mais isolado e mais dependente. Esta situação requer acompanhamento acrescido no atual contexto de crise por ordem de razão:

- O número de idosos com quadros clínicos muito debilitados, associados a hábitos pouco amigos de uma “vida saudável” e ao incumprimento das terapêuticas, em linha com as manifestações técnicas apresentadas no momento da auscultação, aumentou na terceira e quarta idade.
- Situações manifestas de dependência e perda de autonomia com efeitos intrafamiliares de prejuízos económicos, sociais e emocionais.

Quadro 16 Número de pensionista por tipo de pensões e valor médio das pensões

Território	Tipo de pensões (2013)			Valor médio das pensões(€)/Anual (2014)	
	Velhice	Invalidez	Sobrevivência	2011	2014
Portugal	2.018.828	266.880	715.812	4.742	4.998
Norte	649.208	98.192	231.228	4.447	4.674
Cávado	62.016	12.201	21.468	4.057	4.298
Barcelos	18.507	4.115	6.736	4.009	4.248

Fonte: INE / 2013 – 2014

Relativamente a **outros apoios sociais** disponibilizados pelo ISS, I.P¹¹, verifica-se um volume de processos ativos de 2.584, dos quais 2.563 são existentes e 382 são novos processos.

¹¹ O Sistema de Estatísticas da Segurança Social (SESS/RSI) do ISS, I.P. – GPE salvaguarda a possibilidade de contar várias vezes a família/indivíduos.

Quadro 17 Processos familiares ativos no CD Braga por concelho de residência

Território	N.º de processos familiares ativos		
	Existentes	Novos	Total
Cávado	11.384	1.582	11.392
Barcelos	2.563	382	2.584

Fonte: ISS, IP – GPE / 2015

Pela análise da distribuição deste volume processual ativo no concelho por problema ou vulnerabilidade associado, constata no quadro 18 que a frequência, por ordem de grandeza, incide nas questões de emprego, saúde, pessoais/familiares e problemas económicos. De registar que um processo ativo pode estar associado a vários problemas ou vulnerabilidades.

Quadro 18 Tipo de problemas/vulnerabilidades dos processos ativos do CD Braga por concelho de residência

Grupo-tipo de problemas/vulnerabilidades	Cávado	Barcelos
Emprego	5.040	980
Saúde	3.990	967
Pessoais/Familiares	2.846	579
Problemas Económicos	2.587	415
Formação Profissional	1.204	150
Educação	1.059	132
Ação Social/SS	663	169
Habitação	495	98
Outros	554	87

Fonte: ISS, IP – GPE / 2015

Os valores de referência, no **Programa de Apoio à Renda** do município de Barcelos, evidenciam uma contribuição que facilita a melhor procura imobiliária, contrariando a predisposição para o endividamento das famílias pouco esclarecidas, e alivia a carga mensal através do apoio à prestação mensal contratualizada com o senhorio. Um dos aspetos menos positivos em matéria de políticas sociais passa por deduzir esta prestação no cálculo de outro tipo de apoios sociais. Concretamente, a declaração destas comparticipações, mesmo as provenientes do estado, são interpretadas como um rendimento. Dos 430 processos, apenas 3 requerentes beneficiam simultaneamente do RSI.

Em novembro de 2015, o Gabinete de Coesão Social e Saúde Pública (GCSSP), do município de Barcelos, registava um total de 430 processo ativos, no âmbito do programa de apoio ao arrendamento habitacional. A distribuição do apoio cobre dois terços do território, ou seja 42 das 61 freguesias e uniões de freguesia, proporcional à densidade populacional, colocando as freguesias do núcleo urbano com 61% dos apoios. De acordo com a tipologia familiar predominante, e a dimensão média das famílias há uma fraca correspondência com a tipologia habitacional, padronizada em torno da oferta imobiliária de T2 e T3.

Quadro 19 N.º de processos por tipologia familiar

Tipologia familiar no AAH	N.º Processos
Alargada	10
Monoparental	194
Nuclear	134
Reconstituída	11
Unipessoal	81

Fonte: Município de Barcelos / GCSSP - Novembro de 2015

O quadro 20 e 21 evidenciam que, no apoio ao arrendamento, a maioria dos requerentes com apoios concedidos se situam no intervalo de idades em que é esperada o ingresso no mercado de trabalho (31 e 60 anos) e a consequente geração de rendimentos.

Quadro 20 N.º de apoios pela idade do requerente

Idade do Requerente ao AAH	N.º de apoios
20-30	25
31-40	102
41-50	140
51-60	101
61-70	44
71-80	13
81+	5

Fonte: Município de Barcelos / GCSSP - Novembro de 2015

Este recurso equivale a um valor de referência de 300€ de capitação per capita. A média de capitação dos requerentes é de 192,31€/per capita mensal, rendimento manifestamente insuficiente para assegurar o processo de autonomização dos indivíduos e das famílias. Este quadro está muitas vezes associado a empregos precários, com remunerações/pensões muito reduzidas; a famílias em que a maioria dos membros são dependentes e/ou se encontram numa situação de desemprego e/ou doença; ou a agregados que, por razões diversas, apenas um dos membros é responsável pelas despesas mensais, em que o valor a destinar à habitação limita a gestão global, no acesso a bens essenciais e de primeira necessidade.

Quadro 21 N.º de processos por situação profissional do requerente

Situação Profissional	N.º de Processos
CEI ou CEI+	3
Desempregado(a)	178
Doméstica	5
Empregado(a)	152
Pensionista	92

Fonte: Município de Barcelos / GCSSP - Novembro de 2015

A vulnerabilidade do risco encontra leitura quando percebemos os níveis médios de escolaridade, associada aos requerentes, ou seja, dos 430 processos, 369 distribuídos entre 1.º e 3.º ciclo, sendo que 9 dos requerentes são analfabetos. As baixas qualificações e iliteracia coloca-os em desvantagem na procura ativa de emprego.

Note-se que mais de 50% dos beneficiários do apoio ao arrendamento são simultaneamente os requerentes dos projetos sociais (Barcelos a Sorrir – Prótese e Tratamento, Barcelos Imagem e Saúde Ocular e Auditiva). A geração de rendimentos é diminuta e o nível de dependência é máxima.

Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens

Atender ao risco de pobreza infantil é particularmente urgente no sentido de combater no imediato um contexto desfavorável ao desenvolvimento integral, por forma a evitar que se projete a médio e longo prazo em reais ciclos de pobreza, com impactos intergeracionais, visíveis no bem-estar e no *modus vivendi* dos descendentes e ascendentes da família. Para além da análise de indicadores relacionados com o apoio económico e social às famílias com crianças e jovens, o número de crianças e jovens em perigo e a(s) sua(s) problemática(s) apoiam na inferência de aspetos a atender.

Partindo do relatório anual de 2014 da CPCJ de Barcelos, é possível constatar que foram trabalhados um total de 630 processos de promoção e proteção, terminando o ano com 268 processos pendentes. Deste valor total, 324 transitaram do ano anterior, 227 foram instaurados, 6 foram recebidos por outras CPCJ's e 73 foram reabertos. Ao mesmo tempo, ao nível da saída de processos, 4 foram remetidos para outras CPCJ's, arquivaram-se 81 em análise liminar (na fase preliminar) e arquivaram-se 227 após esta fase e realização de avaliação diagnóstica e/ou aplicação de medida(s) de promoção e proteção.

Quadro 22 Número total de processos acompanhados pela CPCJ

Entrada				Saídas		
Novos Processos	Transitados 2013	Reabertos	Recebidos de outra CPCJ	Arquivados em Fase Preliminar	Arquivados fase pós-preliminar	Enviados para outras CPCJ
227	233	73	6	81	277	4

Fonte: CPCJ Barcelos / 2014

A análise mais pormenorizada dos processos permite identificar uma predominância em acompanhamento nas faixas etárias dos 11-14 e dos 15-17 anos, com volume processual mais significativo nos jovens do sexo masculino, quer nos processos transitados quer nos instaurados. Esta matriz coincide com o registo de abandono e insucesso escolar, o que nos leva a equacionar as fronteiras que demarcam a situação de risco/perigo, a respetiva sinalização e as limitações de intervenção na primeira linha ou entidades com competência em matéria de infância e juventude¹². Esta alteração, centrada hoje nas crianças/jovens em idades mais avançadas, pode estar associada ao alargamento da obrigatoriedade de frequência escolar nos jovens, determinando sinalizações de abandono e de absentismo mas também de problemas de comportamento e outros comportamentos sociais que, embora não sendo muito frequentes, muito provavelmente não seriam reportados sem este enquadramento escolar dos jovens. Para além disso, esta maior concentração nos jovens não estará seguramente à margem de um menor foco na primeira infância, mais coberta pela rede pré-escolar e pelo investimento da saúde nas consultas periódicas (dos 3, 6 e 10 anos) e em equipas especializadas no risco, quer nos hospitais (NHACJR), quer nos centros de saúde (NACJR).

Quadro 23 Caracterização crianças/jovens acompanhados pela CPCJ por grupo etário e sexo

Grupo Etário	0-2		3-5		6-8		9-10		11-14		15-17		18-21	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Barcelos	25	29	24	36	46	49	44	37	59	79	59	81	24	24
Total	54		60		95		81		137		140		48	

Fonte: CPCJ Barcelos / 2014

A análise das principais problemáticas, no total dos processos trabalhados, permite identificar a negligência como a mais referenciada na sinalização e na avaliação técnica (problemática sinalizada e diagnosticada), quer nos processos instaurados, quer nos processos transitados. Esta problemática é seguida, em termos de frequência, pela exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (onde se incluem exposição a comportamentos de consumo de álcool, consumo de estupefacientes e violência doméstica), pelas situações de perigo em que esteja em causa o direito à educação (onde se incluem o abandono escolar, o absentismo escolar e o insucesso escolar), bem como o mal trato físico e psicológico ou indiferença afetiva (cf quadro abaixo).

¹² Lei N.º 147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei N.º142/2015, de 8 de setembro

Quadro 24 Principais Problemáticas nos Processos Acompanhados (2014)

Problemática	N.º de processos
MT (Mau Trato Físico / psicológico)	13
SPDE: Abandono, Absentismo e Insucesso Escolar	43
Negligência	79
ECPCBEDC: Violência Doméstica	52

Fonte: CPCJ de Barcelos, 2014

Analisar as situações de perigo das crianças e jovens, implica igualmente analisar as crianças e jovens integradas em casas de acolhimento porque, apesar de não ser de longe a medida mais adotada pelos tribunais ou CPCJ's, é apenas neste contexto de perigo que estas são integradas neste tipo de respostas.

Sabemos que nem todas as crianças integradas em casas de acolhimento de Barcelos são provenientes do concelho. Da mesma maneira, existem outras crianças do concelho que são colocadas em casas de acolhimento de outros concelhos. Contudo, ainda que transitoriamente, estas crianças e jovens, pertencem e são parte integrante da nossa comunidade.

No quadro abaixo, identificam-se as principais problemáticas associadas ao acolhimento de crianças e jovens em Barcelos, organizadas por ordem decrescente.

Quadro 25 Principais Problemáticas associadas ao acolhimento, em Barcelos

Problemática associada ao acolhimento ¹³	N.º de processos
Negligência	41
Assunção de comportamentos que comprometem o seu bem-estar	18
Exposição a modelos comportamentais desviantes	10
Maus-tratos físicos e psicológicos	9
Ausência temporária de suporte familiar	5
Abandono	1
Abuso sexual	1

Fonte: CAT's do CSCRAV e APAC

Ao nível das problemáticas associadas ao acolhimento residencial, destaca-se a negligência (negligência nos cuidados de saúde, de higiene, falta de supervisão e acompanhamento familiar, por exemplo). Contudo, ao longo do tempo, têm-se assistido a uma mudança gradual. Com efeito, cada vez mais se identificam situações relacionadas com exposição a modelos de comportamento suscetíveis de comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem (e.g. prostituição, consumo e abuso de substâncias ilícitas, alcoolismo, violência doméstica) e a prática de comportamentos, pela própria criança ou jovem, que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (consumo e abuso de substâncias ilícitas, alcoolismo, abandono e absentismo escolar, bullying, prática de comportamento qualificado pela lei penal como crime por jovem com menos de 12 anos mas também por jovens entre os 12 e os 16 anos de idade).

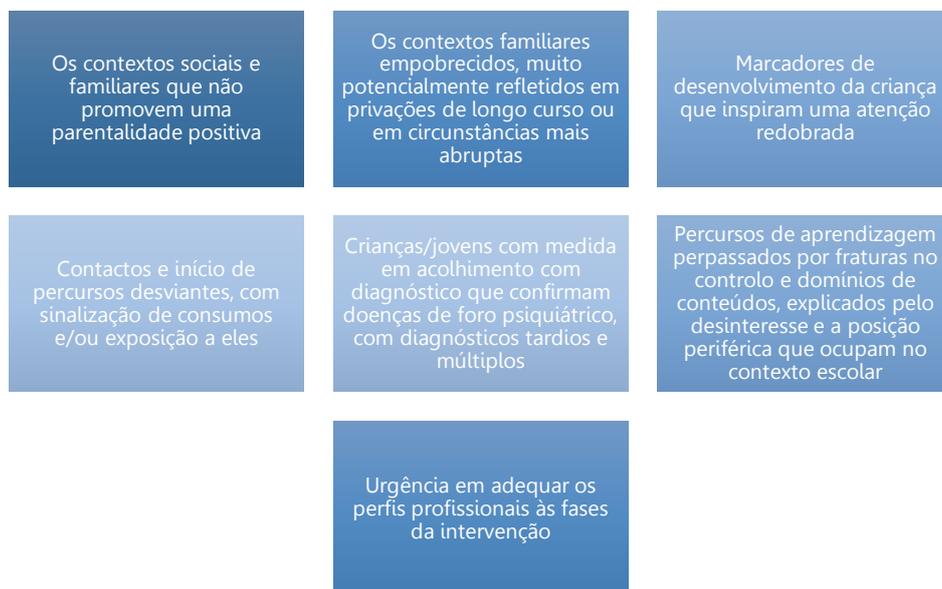
Das crianças e jovens com medida de acolhimento residencial, a maioria apresenta problemas de comportamento ligeiros. Nesta categoria estão incluídos comportamentos como o uso da mentira para evitar obrigações/responsabilidades, fugas por breves períodos de tempo, desrespeito por regras e intimidações, estando próximo da perturbação de oposição. Neste enquadramento, estas crianças e jovens beneficiam de acompanhamento regular ao nível da saúde mental, nas especialidades de psicologia (em Barcelos, maioritariamente) e pedopsiquiatria (em Braga ou no Porto, essencialmente).

Ao nível da eficácia desta intervenção, e tomando como referência as cessações de acolhimento, aqui encaradas como a cessação de perigo em meio natural de vida para a criança/jovem (em articulação com a(s) CPCJ's, tribunais, EMAT's, ECMIJ's e famílias), entre janeiro de 2011 e junho de 2014, verificaram-se 55 cessações de acolhimento. Com efeito, a maioria das crianças e jovens (re)integrou a sua família nuclear

¹³ Aqui retrata apenas os indicadores facultados pelo CAT's do CSCRAV e da APAC.

(N=26) ou alargada (N=16). É de salientar que, face às novas características das crianças e jovens acolhidos, os processos de preparação para a autonomia e transição para a vida adulta constituem uma preocupação das casas de acolhimento e começam a ganhar destaque na implementação de programas específicos. Assim, urge repensar as respostas de acolhimento em função das mudanças na tipologia e problemáticas das crianças e jovens integrados em casas de acolhimento mas, também, atender aos desafios decorrentes das alterações legislativas que, a título de exemplo, sugerem uma preferência de famílias de acolhimento nas medidas de colocação para crianças até aos 6 anos de idade.

A quatro anos de se assinalar a comemoração dos 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança, a compreensão do exposto, centrado nas situações de risco/perigo das crianças/jovens, objeto ou não de sinalização, exige uma reflexão profunda e uma atenção objetiva sobre:



Os mecanismos, os modelos e as referências no domínio da promoção e proteção das crianças/jovens, em particular daqueles que por circunstâncias várias, acabam por ser alvo de medidas contratualizáveis, devem assumir, em primeira instância, o compromisso dos princípios orientadores no percurso de formação pessoal, no estreitamento de laços e cumplicidades afetivas e na experimentação de abordagens de confiança declaradas e delegadas, corporizadas em ações que os impelem ao sucesso na construção e concretização. Interpela-se uma consciência emocional mais coletiva.

Tendo em vista a prevenção dos riscos associados ao acolhimento residencial, contexto que se presume o mais temporário possível e tradutor de convivências positivas, importa considerar aspetos diferenciadores, personalizados e humanizados que concorrem para o cumprimento da medida, com repercussões do ponto de vista individual, familiar, institucional e legal. Alguns apontamentos poderão servir de pistas orientadoras para o programa de ação futura, a saber:

- O acolhimento deve ser de caráter transitório e decorrer no mais curto espaço de tempo possível.
- A definição do projeto de vida da criança deve ser célere, de forma a garantir as necessidades de segurança e afeto, essenciais ao desenvolvimento integral da criança/jovem e elaborada com base na avaliação interdisciplinar e atual da criança ou jovem, nos termos dos princípios orientadores da Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo.

A criança/jovem sempre que a sua idade e capacidade o permitam, deve participar ativamente na definição do seu projeto de vida;

A criança/jovem tem direito a manter-se também na sua comunidade, manter os seus amigos e vizinhos, e os seus colegas de escola. A deslocalização da comunidade de pertença só se justifica se corresponder ao superior interesse da criança/jovem;

A criança/jovem tem direito à plena inclusão nessa comunidade, em participar em todas as respostas que sejam do seu superior interesse sem constrangimentos económicos, administrativos ou outros;

A comunidade deve agir ativamente no sentido de encontrar respostas preventivas às situações de perigo identificadas anualmente.

Proteção das Vítimas

De acordo com os dados fornecidos pela Guarda Nacional Republicana (GNR) e Polícia de Segurança Pública (PSP) quanto aos registos de situações de **violência doméstica**, no concelho de Barcelos, foram registadas um total de 148 queixas no ano 2014, apresentadas na esmagadora maioria dos casos pela vítima (131), conforme se pode ler no quadro que categoriza o autor da queixa. Convém salientar que por desconhecimento do autor da queixa na PSP, não se incluírem as 3 queixas registadas nesta força policial. Situações estas que são corroboradas pelo Grupo de Ação Social Cristã (GASC), através da intervenção psicossocial realizada junto de vítimas.

Quadro 26 Número de situações de violência doméstica e autor da queixa

Território	Autor da queixa				N.º total de queixas
	Vítima	Agressor	Testemunha	Outro	
Cávado	339	2	26	30	454
Barcelos	131	0	9	5	145

Fonte: NUIPC'S – GNR / 2014

De acordo com a prevalência assinalada, as vítimas são maioritariamente do sexo feminino e na faixa etária entre os 25-64 anos de idade. O facto de não haver lugar a registo de queixas numa idade mais jovem, pode estar associado à não internalização do ato da violência, na medida em que os projetos que intervêm na prevenção, concretamente o projeto SOPRO Feminino, confrontou-se, em contexto escolar com “falsas ideias” em torno da questão da igualdade e da violência de género.

Quadro 27 Número de Vítimas de Violência Doméstica por Sexo e Grupo Etário

Grupo Etário	< 18		≥ 18 - ≤ 24		≥ 25 - ≤ 64		≥ 65 - ≤ 74		≥ 75	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Cávado	5	1	22	3	317	54	21	6	16	9
Barcelos	0	0	5	0	109	14	4	1	6	5

Fonte: NUIPC'S – GNR / 2014

De acordo com os dados, o tipo de violência exercida que motivou as queixas no concelho de Barcelos aparece, em 115 dos casos, associada à violência psicológica/emocional e 90 à violência física. Regista-se de forma decrescente valores de violência social (45), económica (23) e sexual (4). Confronte-se quadro seguinte.

Quadro 28 Número de situações de violência doméstica por tipo de violência exercida

Território	Tipo de violência				
	Física	Sexual	Psicológica/Emocional	Económica	Social
Cávado	295	8	367	67	100
Barcelos	90	4	115	2	45

Fonte: NUIPC'S – GNR / 2014 e PSP / 2014

Analisando-se o tipo de consequências provocadas nas vítimas verifica-se que em Barcelos registam-se maioritariamente vítimas sem lesões (81) ou com ferimentos ligeiros (61), realidade idêntica ao território do Cávado.

Quadro 29 Número de situações de violência doméstica por tipo de consequências provocadas nas vítimas

Território	Tipo de consequências provocadas nas vítimas			
	Ferimentos ligeiros	Ferimentos graves	Sem lesões	Desconhecido
Cávado	189	4	260	24
Barcelos	61	1	81	5

Fonte: NUIPC'S – GNR / 2014 e PSP / 2014

A análise dos níveis de escolaridades das vítimas de violência doméstica no concelho sinaliza vítimas com baixa escolaridade (ensino básico), quadro homólogo à região do Cávado. Denote-se que 44 vítimas possuem o 3.º ciclo do ensino básico (antigos 3.º, 4.º e 5.º ano liceal); 29 o 1.º ciclo do ensino básico (antiga instrução primária); e 27 o 2.º ciclo do ensino básico (antigo ciclo preparatório).

Quadro 30 Número de vítimas de violência doméstica por habilitações literárias

Escolaridade	Cávado	Barcelos
Não sabe ler nem escrever	15	6
Sabe ler e escrever sem qualquer grau	11	2
Ensino básico 1º ciclo (antiga instrução primária)	115	29
Ensino básico 2º ciclo (antigo ciclo preparatório)	71	27
Ensino básico 3º ciclo (antigos 3º, 4º e 5º ano liceal)	107	44
Ensino Secundário / 12º Ano (antigos 6º 7º ano liceal)	73	18
Bacharelato	2	1
Licenciatura	14	1
Mestrado	1	1
Desconhecido	54	19

Fonte: NUIPC'S – GNR / 2014 e PSP / 2014

Este cenário de fracas qualificações rapidamente remete para empregos precários e/ou com baixas remunerações, o que pode antever dificuldades nos processos de autonomia e de independência de terceiros (cônjuge ou familiares). Repare-se na situação das vítimas perante o trabalho, na sua maioria, 81 das mulheres encontram-se no ativo/empregadas e 31 inativas/desempregadas. Esta realidade da situação da vítima face à posição no mercado de trabalho é transversal e proporcional quando atendemos aos valores apresentados na sub-região do Cávado. Esta realidade é sublinhada na tipologia associada aos processos de promoção e proteção de crianças e jovens.

Atente-se para as situações das vítimas de reformado/aposentado que ocupam a terceira categoria com um valor mais elevado, o que pode indicar ou ser revelador das situações de violência contra os idosos.

Quadro 31 Número de vítimas de violência doméstica por situação perante o trabalho

Situação perante o trabalho	Cávado	Barcelos
Ativo/Empregado	190	81
Desempregado/a	121	31
Doméstico/a (Ocupa-se das tarefas do seu lar)	26	4
Estudante	16	2
Reformado/Aposentado	63	20
Outra	19	4
Desconhecido	30	3

Fonte: NUIPC'S – GNR / 2014

A estes dados importa atender às vítimas que recorrem ao Gabinete de Apoio, criado no âmbito do projeto “A Teu Lado”. Hodiernamente funciona com condições mais limitadas. As denúncias que resultam desta intervenção poderão não obter leitura nas estatísticas oficiais do ministério da tutela.

Do ponto de vista legal¹⁴ e funcional é possível acolher e proteger as vítimas com outra segurança que advém da abordagem multidisciplinar e dos investimentos em formação específica. Não obstante o quadro de medidas e das áreas estratégicas¹⁵ enunciadas no V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017, localmente percebe-se que:

- As vítimas sentem dificuldades quando são confrontadas para a compreensão da linguagem jurídica;
- A existência de episódios, atualmente em menor número, de atendimentos encetados pelas forças de segurança, que denunciam alguma impreparação em termos de prevenção da revitimização;
- As dificuldades económicas acrescidas que as vítimas enfrentam no momento do processo de autonomização da relação abusiva;
- Esta última observação é consequente do elevado custo praticado na rede imobiliária e do percurso procedimental/processual associado à atribuição de apoios.
- A dimensão do impacto da exposição direta e indireta da violência às crianças e jovens e que parece justificar respostas de acompanhamento especializadas de intervenção com estas vítimas diretas ou indiretas;
- A necessidade de respostas de proximidade na área da saúde mental para vítimas adultas e vítimas menores (diretas ou indiretas);
- As idades mais avançadas de um número significativo de vítimas, o que acresce dificuldades no processo de autonomização, nomeadamente uma grande ambivalência no processo de tomada de decisão e os receios das implicações da redefinição de um projeto de vida futuro autónomo, onde as questões materiais assumem também quase que identitária da própria vítima e cuja “separação destes bens e espaços” (“deixar para trás”) se reflete num sofrimento marcadamente acrescido face às vítimas mais jovens.

Dependências/Incapacidades

Numa análise multidimensional, as vulnerabilidades dos indivíduos aparecem muitas vezes relacionadas com o quadro dos consumos desregulados e desprotegidos. Na 3ª edição dos projetos submetidos e aprovados no âmbito do Programa de Respostas Integradas (SICAD), os dados disponibilizados pelo Centro de Respostas Integradas (CRI) de Braga relativos às **dependências** e à prevalência dos consumos por substâncias, confirma em Barcelos, 314 utentes ativos e em acompanhamento, ocupando a segunda posição no Cávado, imediatamente atrás do concelho de Braga com 673 utentes. Na linha do acompanhamento, o tratamento foca-se nos indivíduos que denotam policonsumos (substâncias psicoativas e álcool), como se pode verificar no Quadro 32.

¹⁴ As alterações legislativas em matéria de prevenção da violência doméstica, proteção e assistência das suas vítimas, com a Lei N.º 129/2015 de 3 de setembro que procede terceira alteração à Lei N.º 112/2009, de 16 de setembro.

¹⁵ 1 - Prevenir, sensibilizar e Educar; 2 - Vítimas e Promover a sua Integração; 3 - Intervir junto dos Agressores; 4 - Formar e Qualificar Profissionais; 5 - Investigar e Monitorizar.

Quadro 32 Distribuição dos utentes em tratamento, segundo o concelho de residência e o tipo de utente

Distribuição dos utentes em tratamento, segundo o Concelho de residência e o Tipo de Utente							
Tipo de utente	Cávado	Amares	Barcelos	Braga	Esposende	Terras de Bouro	Vila Verde
Consulta de cessação tabágica	1	-	-	1	-	-	-
Consumo de outras substâncias psicoativas	942	27	228	596	28	5	58
Criança/Jovem em risco	26	-	1	19	-	-	6
Família	4	-	1	3	-	-	-
Ocasional	2	-	-	1	-	-	1
Outra patologia aditiva	1	-	-	1	-	-	-
Outra situação	8	-	-	6	2	-	-
Problemas ligados ao álcool	146	3	84	46	5	2	6
Total	1130	30	314	673	35	7	71

Fonte: CRI de Braga / 2014

As áreas lacunares que orientam a intervenção minimizam os riscos reduzem os danos e sentem-se nos efeitos que o tratamento proporciona se não houver lugar a interrupções. Numa análise mais crítica evidenciam-se algumas circunstâncias inibidoras dos impactos reais destas políticas:

- Ausência de aplicação de programas estruturados no domínio da prevenção;
- Quebras na relação e na prossecução da terapêutica motivada por atrasos na publicação de avisos de candidatura que garantam a continuidade da intervenção;
- Enquadramento das respostas em moldes de projetos sujeitos a candidaturas e financiamentos e não em programas interministeriais;
- Situações que combinam uma enorme debilidade física e emocional agastada pela precariedade económica;
- Predominância de rótulos negativos na comunidade, em concreto na influência da tomada de decisões por parte das entidades empregadoras, que retiram oportunidades no processo de inserção profissional.

A definição de **incapacidade** tem demonstrado ao longo dos tempos progressos notáveis ao nível dos conhecimentos teóricos e das práticas terapêuticas e reabilitativas. Contudo, a revolução histórica deste conceito requer uma apreciável dimensão social. Pela importância da participação ativa da pessoa com deficiência em todo o processo de reabilitação e porque, não é só importante a participação da pessoa com deficiência no seu processo de reabilitação e na sua integração social, como também cada vez mais a voz das pessoas com deficiência deve ser ouvida através de Organizações Não Governamentais (ONG's), as que têm vindo a assumir um papel muito importante na mudança de atitudes da sociedade e dos governos como também na sensibilização da sociedade e na luta pelos seus direitos de cidadania plena com participação em igualdade de oportunidades.

Nos últimos censos populacionais (2011) percebe-se uma alteração de terminologia referente ao fenómeno da deficiência. O documento adota o conceito de pessoas com dificuldades. Esta opção suscita algumas reservas quanto ao “real” universo das pessoas com deficiência em Portugal e qual o seu enquadramento, uma vez que o quadro de inquérito não permite distinguir com rigor as pessoas com deficiência e/ou incapacidades (visão, audição, mobilidade ou outra) devido à idade.

Neste contexto, registam-se no concelho de Barcelos 19.372 pessoas com pelo menos uma dificuldade, com uma distribuição de 11.542 para o sexo feminino contra 7.830 do sexo masculino. Quanto à proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade, apresenta-se no concelho de Barcelos um total de 16,88%, acima do valor registado na região do Cávado.

Quadro 33 População residente com pelo menos uma dificuldade, Proporção da População Residente com pelo menos uma dificuldade e Taxa de Deficiência da População Residente

Território	População Residente com pelo menos 1 dificuldade (2011)			Proporção da População Residente com pelo menos 1 dificuldade (2011)			Tx de Deficiência da Pop. Residente (2001)
	H	M	HM	H	M	HM	
Portugal	704.307	1.088.412	1.792.719	14,67	20,62	17,79	6,1
Norte	240.040	366.245	606.285	14,26	19,87	17,19	5,9
Cávado	24.481	36.935	61.416	13,11	18,13	15,73	5,9
Barcelos	7.830	11.542	19.372	19,43	14,14	16,88	5,7

Fonte: INE / 2001-2011

Do total da população residente com pelo menos uma dificuldade, Barcelos regista na sua maioria pessoas que apresentam uma a duas dificuldades (8.920 e 4.610, respetivamente), conforme se verifica no quadro 34.

Quadro 34 População residente por dificuldade

Território	Número de Dificuldades						Total
	1	2	3	4	5	6	
Portugal	821.298	407.277	224.595	149.048	88.291	102.210	1.792.719
Norte	276.936	137.978	75.799	50.307	29.385	35.880	606.285
Cávado	28.790	13.890	7.441	5.002	2.862	3.431	61.416
Barcelos	8.920	4.610	2.384	1.562	889	1.007	19.372

Fonte: INE / 2011

As questões da **autonomia versus dependência/incapacidade** revestem-se, cada vez mais de atualidade, sendo grande o debate ao nível europeu sobre os fins e os meios da proteção social face à dependência e à incapacidade. Neste âmbito, questiona-se se a solidariedade face a esta problemática deverá emanar primordialmente da família, da sociedade, ou de um esforço conjunto de ambas.

Atualmente, em Portugal, continuam a subsistir dois tipos de redes de suporte às pessoas em situação de dependência, as denominadas redes informais, nas quais se inclui a família, os vizinhos ou amigos, e as redes formais de proteção social onde se inserem todo o tipo de programas e medidas que asseguram a concessão de prestações pecuniárias ou em espécie, como é o caso dos serviços disponibilizados através da rede de serviços e equipamentos sociais.

As relações entre os dois tipos de redes de suporte identificadas podem ser de complementaridade, ou de substituição. A complementaridade resulta da parceria que subscreve com a tutela da saúde a referenciação de casos em que a especialização dos serviços, os cuidados no domicílio garantidos pela formação/recrutamento/seleção de cuidadores capacitados e certificados e a resposta na reabilitação, estabilizam e devolvem maior autonomia e independência às pessoas, em particular aos doentes vítimas de AVC e portadores de doenças neurodegenerativas, nomeadamente com quadros demenciais. Esta atuação redimensiona a saúde e a proteção social num patamar elevado de compromisso que atende às situações, corrigindo eventuais desvios relacionados com a idade ou com a condição socioeconómica. O equilíbrio advém de esforço transdisciplinar que reconheça a intervenção num todo, salvaguardando indicadores clínicos, sociais, culturais e emocionais.

Num horizonte mais alargado, a estratégia europeia, no Programa para a Saúde 2014-2020, sublinha esta preocupação, corroborada no plano de ação nacional e regional para a saúde 2014-2016. Numa análise global percebe-se a importância e relevo atribuído à área dos cuidados.¹⁶

¹⁶ A par com o envelhecimento populacional está a esperança de vida dos mais idosos. Quando a capacidade funcional da pessoa idosa se encontra comprometida existem quatro tipos de recursos: familiares, ou seja a prestação de cuidados é realizado por um familiar (cônjuge,

Tendo em conta a realidade do nosso país face ao tratamento das doenças vasculares e das doenças degenerativas, no caso específico das demências, há a necessidade de implementar uma resposta complementar e de reforço aos cuidados de saúde primários, mas também aos serviços da rede nacional de cuidados continuados integrados, pelas seguintes razões:

- Agilizar o processo de referenciação;
- Reforçar a manutenção dos cuidados e o apoio aos cuidadores;
- Respostas escassas na prestação de cuidados a pessoas dependentes e incapacitadas;
- Retardar quanto possível a institucionalização e a utilização desnecessária dos recursos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), como é preconizado no Plano Nacional de Saúde 2012 – 2016¹⁷;
- Apoiar no descanso ao cuidador, uma vez que as “camas de descanso ao cuidador” não existem em número suficiente para atenuar a sobrecarga latente, manifesta e subjetiva decorrente da prestação de cuidados ao cuidador;
- Favorecer o quadro de melhorias, em qualidade e bem-estar ao doente, às famílias e aos cuidadores;
- Diagnosticar convenientemente e exaustivamente cada situação;
- Prescrever e implementar terapêuticas ajustadas, capazes de promover a reabilitação e a promoção de autonomia;
- Capacitar os profissionais das instituições com respostas adequadas ao acolhimento desta população;
- Aumentar a literacia da população, especificamente, em saúde.

Repare-se, para o concelho a capacidade de resposta de acordo com as tipologias e a duração média de ocupação, conforme o quadro 35 e 36.

Quadro 35 Lugares contratualizados da RNCCI na área de influência do ACES Barcelos/Esposende

Tipologia das Unidades		Localização	Lugares contratualizados
Internamento	Convalescença	Santa Casa da Misericórdia de Esposende	19
	Média Duração e Reabilitação	SCM de Esposende	10
	Longa Duração e Manutenção	Dr. Queirós Faria, Forjães, Esposende	31
		5 Sensi, Tregosa, Barcelos	42
		Santo António, SCM de Barcelos, Barcelos	30
Total de Lugares de Internamento Contratualizados			132
Equipas Domiciliárias	ECCI Barcelos Norte	Área de intervenção: doentes de Barcelos a norte do Rio Cávado	20
	ECCI Barcelinhos	Área de intervenção: doentes de Barcelos a sul do Rio Cávado	20
	ECCI Esposende	Área de intervenção: doentes do Concelho de Esposende	20
Total de Lugares contratualizados			60
Total de lugares contratualizados na RNCCI (Internamento e Equipas Domiciliárias)			192

Fonte: Relatório de Atividades 2014 da ECL do ACES Cávado III

descendente, parente, não sendo rara a intervenção articulada entre vários elementos da família); serviços formais ao domicílio, que compreendem uma diversidade de tarefas (designadamente, cuidados de higiene e conforto, confeção ou distribuição de refeições, higiene da habitação, apoio de saúde, companhia, acompanhamento ao exterior, entre outros) e funcionam com profissionais remunerados; as instituições, que incluem os hospitais que cumprem as funções de acolhimento e de tratamento a longo prazo (raramente, em unidades geriátricas, especializadas em idosos com doenças crónicas e outras dependências) e lares de idosos, que promovem o alojamento coletivo temporário ou permanente; e, finalmente, a prestação informal de cuidados por parte de vizinhos, amigos e/ou voluntários (Figueiredo, D., 2007).

¹⁷Mais especificamente no ponto 4.3.3. no que respeita às orientações e evidencia a nível da decisão política, constam as seguintes medidas: “reforçar os mecanismos de solidariedade e apoio social na promoção da saúde e na resposta a necessidades temporárias ou permanentes de saúde, com foco nos que mais necessitam; desenvolver e divulgar boas práticas de inclusão social, acessibilidade a grupos vulneráveis, capacitação e empowerment, bem como apoio solidário aos cidadãos, assim como colaboração pró-ativa em grupos sociais e intersectoriais nacionais, regionais e locais, com a missão de promover a saúde e o bem-estar de populações vulneráveis”.

Quadro 36 Taxa média de ocupação das Unidades/Equipas no ano 2014

Unidades / Equipas	Taxa média de ocupação no ano 2014
Convalescença	93,75%
Média Duração e Reabilitação	93,75%
Longa Duração e Manutenção	95,93%
ECCI Barcelos Norte	94%
ECCI Barcelinhos	95%
ECCI Esposende	68%

Fonte: Boletim Estatístico RNCC, Região Norte, 2014

Envelhecimento Ativo

O envelhecimento é um dos fenómenos centrais da atualidade política, social e económica. O envelhecimento pode ser concebido como um processo progressivo de mudança a nível biológico, psicológico e ao nível da estrutura social das pessoas. No entanto, em termos mundiais a população não está a envelhecer de modo uniforme: Europa – 20%; EUA – 16%; Oceânia – 13%; América Latina e Caraíbas – 8%; Ásia 9%; África – 5%. E estimativas da ONU para 2050 apontam que 21% da população terá 60 ou mais anos, concentrando-se a esmagadora maioria nos países desenvolvidos, especialmente na Europa. Ou seja, dentro de poucas décadas, 1 em cada 5 pessoas terá 60 ou mais anos. Portugal, a par com outros países do sul da Europa, lidera esta tendência, sendo dos países da UE que apresenta um ritmo de envelhecimento mais acelerado. Na década de 1960 o índice de envelhecimento era de 27,3 e em 2011 de 127,8. Mas também o território nacional é pautado por grande heterogeneidade, com zonas muito envelhecidas, onde o índice de envelhecimento é superior a 500. Na região do Cávado, Barcelos apresenta um índice de envelhecimento de 81,4 (INE, 2015), ligeiramente acima do da região onde se insere (Cávado = 77,29), sendo o grupo etário dos 65+ anos o que mais cresceu entre 2001 e 2011 (INE, 2015), associado a um número elevado de idosos a viver só ou com outros idosos (54,0% da população idosos).

Com o objetivo de agir preventivamente e adequar as respostas às reais necessidades das pessoas, foi encetado (Janeiro 2015) um trabalho de avaliação das capacidades e necessidades comunitárias, associadas ao processo de envelhecimento populacional, focado no indivíduo e na comunidade, orientado para uma intervenção multidisciplinar.

Os resultados preliminares da avaliação gerontológica¹⁸ apontam para uma população na terceira idade, maioritariamente de género feminino, casada e com filhos, pouco escolarizada e que não vive só. Do ponto de vista do funcionamento individual, a maioria é independente para as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e moderadamente dependente para as Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD), sendo que 28,2% apresenta défice cognitivo, 21% encontra-se em risco de isolamento social, apresentando redes familiares mais fortes do que de amizade, a que se associa uma percentagem muito relevante de pessoas em risco de depressão (38,7%). No que se refere à relação pessoa-ambiente, a grande maioria considera que a habitação possui as condições adequadas, apesar de aproximadamente 30% referir a presença de humidade na habitação e de barreiras arquitetónicas no interior da casa, especificamente escadas (29,8%) e escadas e banheira (11,3%). Já no ambiente exterior, 36% dos idosos refere dificuldades de deslocação, sendo o tipo mais frequente as dificuldades de mobilidade/equilíbrio (21,8%). Em média os idosos vivem na freguesia há 56 anos e a grande maioria considera a relação com os vizinhos próxima e amigável (93,5%). A prática de

¹⁸ Os resultados apresentados resultam da avaliação gerontológica multidimensional de 3% da população com 65 e mais anos do Município de Barcelos a residir em casa (N=124), respeitando a sua distribuição por idade (sub-grupo etário) e género de acordo com os resultados dos censos 2011 conduzidos pelo INE. Trata-se de um trabalho desenvolvido no âmbito do estágio curricular da licenciatura de Educação Social Gerontológica da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo a decorrer na Câmara Municipal de Barcelos. Importa ressaltar que se trata de análises iniciais de carácter descritivo e exploratório, uma vez que o processo de avaliação se encontra ainda em curso, pelo que os resultados apresentados devem ser lidos e considerados neste âmbito e com uma natureza provisória. Estes resultados circunscrevem as freguesias que integram a CSIF S. Gonçalo, a CSIF Vale do Neiva e a CSIF Nun'Alvares (contexto rural vs suburbano). Importa também referir que o presente processo de avaliação gerontológica multidimensional tem como finalidade a recolha de evidências que permitam sustentar o desenho do plano gerontológico municipal. (Carla Faria, Marta Neiva & Emília Moreira, 2015; Versão *Draft*)

passatempos não parece muito frequente, sendo os passatempos mais comuns a atividade física (7,3%) e as atividades recreativas e de formação em instituições (7,2%). A localização, existência de serviços, facilidade de acesso aos mesmos e tipo e qualidade das acessibilidades são apontados como as principais vantagens da freguesia, considerando como necessário mais e distintos recursos sociais (22,6%) e urbanísticos (20,2%). Por fim, os idosos avaliados apontam ainda como respostas sociais mais relevantes o centro de dia (71,8%), o centro de convívio (57,3%) e o acolhimento familiar (40,3%).

EMPREGO

Educação/formação

O conceito de aprendizagem ao longo da vida (ALV), rico e amplo, enfatiza a aprendizagem continuada no tempo, que resulta de vivências e contextos diversos ao longo da nossa vida ativa e não ativa. Conforme definido pela Comissão das Comunidades Europeias (2000) a ALV compreende “toda e qualquer atividade de aprendizagem, com um objetivo, empreendida numa base contínua e visando melhorar conhecimentos, aptidões e competências”, integrando três dimensões ou modalidades complementares, induzidas por diferentes fatores - a aprendizagem formal, a aprendizagem não-formal e a aprendizagem informal.

Hoje em dia, a qualificação é bastante valorizada, tendo em conta os feitos que os conhecimentos retirados da formação provocam nas pessoas e nas empresas. É uma necessidade e constitui um dever de quem a ministra. Permite a aprendizagem de conhecimentos e práticas sobre a execução de determinada atividade.

De facto, a formação planeada e ajustada às necessidades constitui um instrumento por excelência para possibilitar um crescimento integrado onde se possa conjugar o interesse da empresa e o interesse individual dos trabalhadores. A constante procura do sucesso e aumento da competitividade por via do conhecimento, com adoção das novas atitudes comportamentais conduz à mudança através da preparação das pessoas e dos diferentes objetivos. Esta evolução é motivada pela explosão dos novos sistemas de informação, que originam uma maior aproximação com o exterior.

O que se pretende ao apostar na qualificação dos ativos do ponto de vista da empresa e do impacto que recai sobre os trabalhadores, nas direções e no meio envolvente é a qualificação que pode ser encarada como um processo que envolve escolas, empresas, entidades formadoras, o Estado e até os sindicatos. Em suma, todo o processo conjunto de produção social da qualificação tem como objetivo o desenvolvimento social, quer se trate de ativos empregados ou desempregados. Para os ativos desempregados a aposta na qualificação pode apontar para uma reconversão profissional, uma vez que visa dar uma qualificação diferente da já possuída para exercer uma nova atividade profissional.

Importa salientar que nos últimos anos tem havido uma forte preocupação por parte dos organismos responsáveis, em realizar um diagnóstico das áreas prioritárias em matéria de qualificação, ou seja, efetuar uma auscultação/estudo das necessidades de formação/qualificação onde o mercado de trabalho tem défice. A Lei N.º 82A/2014 de 31 de dezembro reforçou a importância e a necessidade de o país dispor de um Sistema de Diagnóstico de Necessidades de Qualificações, com vista a uma articulação real entre o mercado de trabalho e as ofertas de formação/qualificação das entidades (públicas e privadas), no sentido de haver concordância entre a oferta e a procura. Válido para o público jovem e adulto.

Em matéria de política de qualificação dos ativos, tem-se assistido a um investimento por parte dos diversos organismos, públicos e privados, na oferta de medidas que vão ao encontro das necessidades e expectativas das empresas e dos ativos, quer se encontrem numa situação de emprego ou desemprego. As apostas recaem em Cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA), para adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação e, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, apenas de habilitação escolar. Os adultos já detentores do 3.º ciclo do ensino básico ou do nível secundário de educação que pretendam obter uma dupla certificação podem, sempre que se mostre adequado, desenvolver apenas a componente de formação tecnológica do curso EFA correspondente. Assiste-se, igualmente, a um incremento nas Formações Modulares Certificadas, destinadas a ativos empregados ou desempregados com baixas habilitações. Podem, ainda, ser abrangidos por esta modalidade adultos, que apesar de terem habilitações escolares de nível superior, pretendam

aumentar as suas qualificações profissionais, desde que se encontrem em situação de desemprego. Uma outra modalidade preconizada foi a medida Vida Ativa – Emprego Qualificado, que permite o regresso ao mercado de trabalho de desempregados, através de uma rápida integração em ações de formação de curta duração.

Uma outra resposta de qualificação existente no concelho de Barcelos são os quatro Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP). Os CQEP destinam-se a todos os que procuram uma qualificação, tendo em vista o prosseguimento de estudos e/ou uma transição/reconversão para o mercado de trabalho. Encontram-se igualmente vocacionados para dar resposta aos cidadãos com deficiência e incapacidade, com o intuito de assegurar a sua integração na vida ativa e profissional. Estão abrangidos os jovens com idade igual ou superior a 15 anos ou, independentemente da idade, a frequentar o último ano de escolaridade do ensino básico; e os adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e competências.

Portugal é um dos seis países do sul do Mediterrâneo cuja taxa de desemprego jovem ultrapassa os 30%, apesar do decréscimo que tem vindo a registar-se na Europa entre 2012 e 2014, refere a Organização Mundial de Trabalho (OIT).

De acordo com o relatório "Tendências Globais de Emprego para a Juventude 2015" Portugal registou uma taxa de desemprego jovem de 34,8%, face aos 16,6% da média da União Europeia. Quando nos posicionamos na realidade do concelho de Barcelos, com base na leitura dos dados de 2014, a percentagem de **jovens desempregados** com idades inferiores a 25 anos e os 34 anos, a taxa de desemprego regista 35% (2.000 indivíduos).

A Garantia para a Juventude, com enquadramento na Resolução do Conselho de Ministros N.º 107/2013 de 31 de dezembro – Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem (PNI-GJ) é uma iniciativa destinada a lutar contra o desemprego juvenil, que assegura que todos os **jovens com menos de 30 anos** (jovens que não trabalham, não estudam nem frequentam formação - NEET), independentemente de estarem ou não inscritos como desempregados, recebam uma proposta concreta e de qualidade no prazo de quatro meses após saírem do sistema de ensino formal ou ficarem desempregados.

Essa proposta, que pode ser uma proposta de **emprego**, de **aprendizagem**, de **estágio** ou de **formação** contínua, deve ser adaptada às necessidades e à situação de cada um. Em 2014, aquando da apresentação pública da iniciativa, houve contacto com os números dos jovens NEET, bem como as respetivas habilitações literárias:

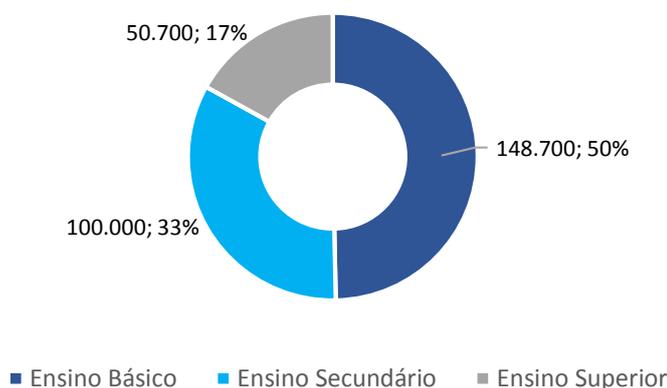


Gráfico 5 NEET 15 aos 29 anos

Fonte: INE, 3.ºT 2013

São desafios para a iniciativa Garantia para a Juventude, a elevação dos níveis de educação e da melhoria das qualificações da população jovem (em 2013, 50% dos jovens NEET tinham como habilitação académica o 3.º ciclo do ensino básico). Neste sentido procura-se planear a transição para a vida adulta através de percursos escolares mais longos e inserções profissionais tardias e estáveis, reduzindo a incerteza e a dificuldade em superar obstáculos, evitando a exclusão social. Intenta-se combater o desemprego dos jovens com reforço de medidas que apoiem a sua contratação ou de medidas de ativação, evitando ciclos longos de desemprego que favoreçam a futura inserção no mercado de trabalho.

O estabelecimento e desenvolvimento da Garantia para a Juventude exige uma **estreita cooperação** entre todas as partes interessadas: autoridades públicas, serviços de emprego, centros de orientação profissional, estabelecimentos de ensino e formação, serviços de apoio à juventude, empresas, empregadores, sindicatos, etc.

É essencial **uma intervenção precoce e uma ativação rápida** e, em muitos casos, **serão necessárias reformas**, nomeadamente para melhorar os sistemas de ensino e de formação profissionais.

Conciliação da vida familiar e profissional

A igualdade de oportunidades passa por criar uma rede colaborativa que atenda aos ritmos e dinâmicas familiares. Em 2012, o Plano Municipal para a Igualdade, em Barcelos, inscrito no âmbito do projeto Barcelos Plural primou por diagnosticar áreas lacunares no exercício das práticas internas que concorressem para a estabilidade emocional e funcional dos colaboradores. Esta visão considerou no Plano Interno a adoção de determinadas medidas que fomentam a coesão no plano laboral, através do incremento de respostas que salvaguardam o interesse dos indivíduos e das famílias, como é disso exemplo o Espaço Social, destinado a servir refeições aos trabalhadores e respetivos familiares.

A elasticidade que merece muitos dos enquadramentos profissionais pode passar pelo respeito integral dos normativos, em matérias relacionadas com o apoio/acompanhamento à família; pela valorização das competências traduzidas em benefícios sociais; pela aposta em planos de formação que incluam conteúdos obrigatórios no domínio dos direitos e da cidadania; e pela criação de uma rede de serviços e respostas que respondam às exigências das famílias, na área dos cuidados aos descendentes e ascendentes.

Este salto obriga a repensar as estruturas organizacionais. Equiparar à excelência passa por introduzir mudanças positivas, significativas e objetivas, no quotidiano das pessoas.

De acordo com alguns estudos a componente afetiva é crucial no desenvolvimento humano, com repercussões no desempenho académico, profissional e familiar. Pugnar por este equilíbrio é aceitar quadros de referência divergentes à partida e convergentes à chegada, ou seja, as competências adquiridas e as condições oferecidas variam em função das culturas instaladas em que a mulher é muitas vezes alvo de apreciações mais moralistas e desiguais. Nesta perspetiva, o pilar para a cidadania assenta na negociação de compromissos que em nada retiram condutas proativas e assertivas, do ponto de vista mais individual ou coletivo. A tendência para padronizar atitudes e comportamentos compromete a aceitação de estímulos, de experiências que geram pensamento divergente e o progresso.

Desemprego

O IEFP, IP é representado por uma unidade orgânica local – Centro de Emprego de Barcelos – tendo por área de intervenção os concelhos de Barcelos e Esposende.

Com vista a reforçar a sua capacidade de atuação, numa perspetiva de proximidade e às populações e de apoio à inserção profissional dos desempregados foi criada uma rede de suporte à intervenção dos serviços de emprego, com a aprovação de quatro Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) no concelho de Barcelos. Tratam-se dos Gabinetes de Inserção Profissional promovidos pelas seguintes instituições:

- Junta de Freguesia de Aldreu;
- União de Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães;
- KERIGMA - Instituto de Inovação e Desenvolvimento Social de Barcelos;
- Centro Zulmira Pereira Simões, com estatuto de IPSS (freguesia de Roriz).

No que concerne aos dados registados, constata-se que no final do mês de junho de 2015, estavam inscritos, como desempregados neste concelho, 4290 indivíduos, o que significa uma diminuição em comparação com o mês homólogo de 2014 (-18,13%), confirmando a tendência registada no país. A evolução, comparativamente a junho de 2014, revela a descida do desemprego quer nos Homens (17,95%), quer nas Mulheres (18,30%). Assim, a diferença registada na variável género não é muito significativa. Este marcador dever-se-á ao facto de as ofertas de emprego neste concelho concentrarem-se mais em categorias profissionais preenchidas por mulheres, designadamente, na área têxtil.

Quadro 37 Desemprego Registado por Concelho Segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego (dados ao fim do mês)

Ano (mês de referência junho)	Género		Tempo de inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	H	M	<1 ano	1 ano e +	1º emp.	Novo emp.	
2011	2.221	2.763	2.710	2.274	399	4.585	4.984
2012	3.203	3.277	4.081	2.399	441	6.039	6.480
2013	2.925	2.946	3.080	2.791	561	5.310	5.871
2014	2.645	2.595	2.667	2.573	632	4.608	5.240
2015	2.170	2.120	2.289	2.001	465	3.825	4.290

Fonte: IEFP /2015

Quando se procura perceber a linha crítica do desemprego em termos de grupo etário os números evidenciam que são os indivíduos entre os 35 e 65 anos. Este expoente pode traduzir alguma reconfiguração no setor industrial, preocupada com níveis de formação mais elevados e especializados. Por outro lado, este segmento será aquele que confirma níveis de escolaridade mais baixos. Num cenário em que a retração do tecido económico é sentida, por via de falências e de um empreendedorismo ainda envergonhado, temos um leque de oportunidades mais reduzidas e um nível de exigência maior, menos recetivo a este perfil pouco qualificado. Esta leitura encontra expressão no número de ofertas de emprego muito superiores às colocações (em 2015, 246 ofertas contra 105 colocações). O mesmo advém, muitas vezes, do desajustamento entre as ofertas de empregos e o perfil dos candidatos desempregados. Para além disso, há que atender às limitações em termos de mobilidade, rede deficitária de transportes públicos e dos custos correntes com os encargos fixos.

Quadro 38 Desemprego Registado por Concelho Segundo o Grupo Etário (situação no fim do mês)

Ano (mês de referência junho)	Grupo Etário				Total
	<25 Anos	25-34 Anos	34-54 Anos	55 Anos +	
2011	588	884	2.207	1.305	4.984
2012	804	1.270	2.977	1.429	6.480
2013	929	1.104	2.423	1.415	5.871
2014	829	843	2.156	1.412	5.240
2015	603	786	1.694	1.207	4.290

A análise dos dados parece demonstrar que a causa da situação de desemprego prende-se, nomeadamente, com o despedimento por iniciativa do empregador (cessação de contrato a termo, despedimento por mútuo acordo, entre outros. Note-se, ainda, alguns casos de despedimento por iniciativa do trabalhador. A prevalência de despedimento por fim de contrato não permanente está associado, muitas vezes, a razões da precariedade, as quais podem ser explicadas pelas ofertas de trabalho de cariz mais sazonal/temporário ou por fatores que se prendem com o desempenho do trabalho no posto de trabalho.

Quadro 39 Desempregados Inscrições por motivos de inscrição (movimento ao longo do mês)

Ano (mês de referência junho)	Motivos de inscrição							Total
	Ex-inativos	Despedido	Despediu-se	Desp Mútuo acordo	Fim Trab. não permanente	Trab.por conta própria	Outros motivos	
2011	69	153	32	9	129	6	69	467
2012	102	126	61	15	206	17	103	630
2013	92	74	42	23	185	12	118	547
2014	76	82	33	27	159	13	142	533
2015	70	55	46	26	218	2	169	597

Mercado Inclusivo

Alcançar um mercado de trabalho inclusivo constitui um desafio multifacetado e uma preocupação para os atores sociais. Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, a todos os níveis, bem como o próprio diálogo social, têm um papel importante a desempenhar para enfrentar este desafio. É fundamental uma comunicação aberta entre as partes: empregadores; agentes de inserção e trabalhadores.

Falar-se de emprego inclusivo implica em muitas situações a necessidade de informação/esclarecimento; sensibilização; e consciencialização. A compreensão e o conhecimento por parte dos empregadores, trabalhadores e seus representantes quanto aos benefícios dos mercados de trabalho inclusivos podem desde logo encetar um ganho no caminho da contratação. Criar um quadro de transparência e confiança, com o objetivo de estabelecer laços de segurança, no sentido de informar os trabalhadores, empregadores e seus representantes, numa perspetiva de ação orientada para a identificação de obstáculos nos mercados de trabalho inclusivos e de soluções para os superar.

É fundamental perceber-se quem são os destinatários de um emprego inclusivo, quais as suas vulnerabilidades, no sentido de adequar o trabalho às capacidades físicas e psicológicas do indivíduo. A perspetiva de um **emprego à medida** pode significar um salto qualitativo na sua autonomização. Contudo, para que isso aconteça, os diversos agentes têm que estar informados/sensibilizados para uma contratação desta natureza. Acredita-se que o agente de inserção se possa revelar um ator preponderante neste diálogo.

Nota-se que, algumas entidades empregadoras recebem cidadãos que se encontram em risco de exclusão, através de medidas ativas de emprego, ou de estágios curriculares (enquadrados em ações de formação profissional), mas findo esse período acabam por não dar continuidade ao trabalho que estava a ser desenvolvido, de permanência no mercado de trabalho, colocando em causa a integração do indivíduo, deixando cair a possibilidade de autonomização e de reintegração.

DISCRIMINAÇÃO

No trajeto, e em linha com o quadro europeu, o eixo fundamental que resulta da aprendizagem adquirida e estatisticamente evidenciada em estudos mais específicos ou em observatórios que monitorizam as oscilações sentidas em algumas variáveis, corporiza-se na perpetuação da discriminação e na interrupção de processos de autoria para inclusão. Ora, a discriminação gera os seus impactos nos indivíduos e grupos (minorias), com padrões de referência divergentes mas convergentes nas desvantagens que oferecem à partida, ao lado de percursos pouco confortáveis em matéria de direitos e de oportunidades. Se a este enquadramento, anexarmos o quadro burocrático, tecnicista e estatístico rapidamente se percebe que a margem de liberdade conferida ao “autor de vida” fica muito circunscrita aos normativos.

Contrariar esta posição, salvaguardando o respeito mútuo e a vida em coletividade, é o mesmo que a aceitar que a linha unificadora que concorre para coesão, numa visão mais plural e humanista, orienta-se por um GPS Social que mede a altitude positiva em termos de desenvolvimento em função de valores que, a latitude dos direitos e a longitude da cidadania, permitem determinar coordenadas que situam as políticas **ajustadas às pessoas e aos territórios**.

No campo da intervenção, a reflexão remete para abordagens multiproblemáticas que exigem planos multidimensionais, transdisciplinares e intersetoriais. A sintonia da ação marcada por ritmos de apreensão e reação dos indivíduos muito singulares devolvem ao conjunto dos intervenientes reformulações regulares e reaprendizagens, centradas num processo de inclusão que esbarra, não raras vezes, com representações sociais que geram resistências que travam o compromisso.

Comunidades Ciganas

No cumprimento da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)¹⁹, Barcelos desde de 2011, através do Programa ROMED I e II, imprimiu uma abordagem que facilita a comunicação e a interação, com recurso ao Programa de Mediador Municipal (4 ciclos aprovados) e através da linha do FAPE que aprovou o projeto CONTA MAIS. No momento, contam-se cerca de duzentos cidadãos de etnia cigana a viverem em acampamentos, dispersos e situados nas freguesias de Barqueiros, Fornelos e Arcozelo. No total, a distribuição mostra a concentração de aproximadamente 13 famílias em Arcozelo, 4 em Fornelos e cerca de 32 em Barqueiros, distribuídas por 6 acampamentos. Na abordagem dirigida e registada (abordagem acompanhada e apoiada pelo mediador), em 2015, verificam-se níveis muito baixos de escolaridade, principalmente na população com mais de 18 anos. As crianças frequentam a escola até ao 2º ciclo e poucas conseguem prosseguir para o 3.º ciclo do ensino básico. A maioria dos elementos encontra-se desempregada ou a frequentar cursos de formação. É muito residual o número de indivíduos ocupados com remuneração fixa. A perda de alguns apoios e a diminuição de ganhos na economia paralela, coloca esta população numa situação de grande fragilidade social. A volatilidade como alteram as suas decisões e a sua posição hemisférica, balizada pelo investimento no percurso dos mais jovens e pela satisfação de necessidades imediatas, prejudicam o desenho de um plano de inserção bem-sucedido. A falta de recursos comunicacionais que confundem direitos e cultura, que em última instância são alvo de uma vigilância social penalizadora e reativa, no que toca ao acesso a determinadas oportunidades, potencia a segregação.

Estigmas – Dependentes e Incapacitados

Tradicionalmente, o estigma combate-se de três maneiras fundamentais: através da sua denúncia, através do esclarecimento e educação da sociedade e através da promoção do contato entre os doentes e a sociedade. No entanto, perante os resultados conhecidos, estas medidas só por si, têm-se revelado insuficientes pelo que se torna necessário, não só pesquisar como também implementar novas abordagens e estratégias de integração.

A Saúde Mental é, cada vez mais, uma prioridade de saúde pública, sendo hoje as perturbações psiquiátricas e os problemas de Saúde Mental a principal causa de incapacidade e uma das principais causas de morbilidade das sociedades, como é salientado no Plano Nacional de Saúde Mental 2007-16. Apesar de existirem dados de prevalência há vários anos, só recentemente a sociedade começou a compreender o enorme desafio que as perturbações mentais representam. O seu impacto debilitante em termos de qualidade de vida, a incapacidade a longo prazo e a dependência psicossocial representam não só um desafio de dimensão global, como também um desafio económico, com elevados custos humanos e financeiros. Esta situação torna-se ainda mais complexa pelas estimativas de aumento da prevalência destas perturbações, aliadas ao aumento da esperança média de vida e ao envelhecimento da população.

Apesar de existirem diferentes perspetivas sobre como responder a este desafio e, inúmeros fatores que dificultam a sua concretização, nomeadamente, o estigma da sociedade, a insuficiente compreensão destas perturbações, dos tratamentos e apoios adequados, existe um consenso generalizado sobre os benefícios de uma resposta centrada na pessoa e na sua integração na comunidade com parte integrante do seu tratamento.

Ainda que se tenham publicado dados relativos à situação de Portugal quanto às perturbações mentais, estes são limitados e heterogéneos. Restringem-se, maioritariamente, ao contexto em que são recolhidos. Para além disso, encontram-se muito dispersos, não existindo ainda uma plataforma, público e/ou privada que os articule e forneça de forma integrada, o que dificulta em consequência, uma visão de conjunta e alargada. Estes fatores obrigam e impele-nos para a realização de mais estudos que abranjam não apenas o diagnóstico clínico e os cuidados assistenciais, mas também o domínio social, o bem-estar individual e a satisfação com os serviços prestados.

¹⁹ RCM N.º25/2013, de 27 de março

É importante que os serviços de Saúde Mental, públicos e privados, se organizem de forma a responder às reais necessidades da população, assegurando o acesso dos cidadãos aos serviços que necessitam. Preconiza-se o escalonamento dos cuidados por patologias e por faixa etária – Infância e Juventude, Adultos e Idosos. Conhece-se a carência de respostas e camas para a área da Pedopsiquiatria. Quanto aos idosos, existe ainda espaço para a melhoria, uma vez que estes doentes se encontram, muitas vezes, em lares e poderão não receber o acompanhamento adequado.

A OMS – ONU, 2001, no seu relatório sobre Saúde Mental no mundo, refere que as doenças neurodegenerativas, na qual se inclui a doença de Alzheimer, já representa um encargo tremendo na sociedade, com custos diretos e indiretos. A imagem estereotipada que se tem da demência levou à incapacidade de se criar uma perceção empática da doença. O confinar os doentes, devido às características da doença, no perímetro geográfico da casa, enclausura-os no seu próprio sofrimento, na sua própria solidão. Enclausura também os cuidadores.

O discurso social que a sociedade elabora, vem obviamente condicionar as respostas sociais e por vezes, surge a tentação de, pela estatística se defenderem abordagens redutoras do fenómeno. É importante conhecer cada vez mais detalhadamente as doenças neurodegenerativas, das quais importa aprofundar sem dúvida, o saber acerca dos quadros demenciais e a realidade de quem vive e convive com esta patologia. É prioritário desenvolver políticas adequadas que respondam às necessidades reais dos doentes face ao carácter dinâmico da doença.

Torna-se imperioso entender a doença e criar parcerias, cumplicidades e solidariedades que permitam que os recursos a implementar, a desenvolver e a apoiar favoreçam um acompanhamento adequado e um suporte efetivo às pessoas com doença de Alzheimer, para que estas mantenham a melhor qualidade de vida possível e a dignidade a que têm direito.

A Classificação Internacional da Organização Mundial de Saúde define a **deficiência** no domínio da saúde como qualquer perda ou alteração, temporária ou permanente da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica de um indivíduo. Segundo a descrição do manual de Diagnóstico Americano – DSM-IV-TR, a característica essencial da Deficiência Mental diagnosticada num indivíduo é a baixa de funcionamento intelectual global, ou seja: o funcionamento intelectual global inferior à média que é acompanhado por limitações no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das áreas seguintes: comunicação, cuidados próprios, vida doméstica, competências sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, autocontrolo, competências académicas funcionais, trabalho, tempos livres, saúde e segurança.

A subscrição da convenção dos direitos da pessoa com deficiência, área temática de reflexão e intervenção planeada e articulada, encontra nas associações vocacionadas, a resposta de Centro de Atividades Ocupacionais, protocoladas com a APAC e a APACI, esta última com acolhimento em Lar e acreditada na área da formação profissional. Numa lógica de complementaridade, focada noutras patologias mais raras, mas incidentes e não menos limitadoras, existem várias associações a responder a diagnósticos como: fibromialgia, autismo, invisuais, paramiloidose, entre outros, o que denuncia uma franca preocupação em atender a diferentes especificidades orgânicas e funcionais e procurar alternativas que compaginem as limitações com um quotidiano mais próximo de uma integração plena.

Na malha institucional, Barcelos responde entre outras, a solicitações várias do distrito de Braga e Viana do Castelo, referenciadas predominantemente pelo SNS, com respostas no âmbito da Reabilitação Psicossocial, nos domínios da saúde e deficiência mental, veiculadas pelo Instituto de S. João de Deus, através da Casa de Saúde de S. João de Deus e da Casa de Saúde S. José. Também, a alteração estatutária da Associação AVC, agora com amplitude Nacional, focada nas questões que decorrem dos acidentes cardiovasculares cerebrais capacita e projeta a intervenção nesta área. Recorde-se outras entidades como a Recovery, responsável por um fórum sociocupacional para 20 indivíduos que necessitam de uma intervenção adequada ao seu quadro clínico.

Se a diversidade institucional é reconhecida com uma vantagem no trabalho qualificado, especializado e em parceria, os sinais de “endividamento público” na promoção de oportunidades e na aceitação da diferenciação positiva, designadamente no mercado dito inclusivo, continuam a verificar-se e a quebrar os ciclos de confiança e de progressos familiares, sentidos no ponto de vista emocional e económico. A determinação congénita e/ou o acidente é percebida na diferença e na limitação como a “deformação” que resulta de atos negligentes, muitas vezes associados aos grupos de risco, como a dependência de drogas ou de condutas pouco protegidas e mais clandestinas. Estas representações, quer advenham, ou não, de grupos mais expostos a riscos, tem um denominador comum, - tratam-se de pessoas doentes, o que exige do quadro ministerial e dos cidadãos o maior esclarecimento possível para travar a progressão, por forma a avançar com a recuperação e encarar a ação no sentido da inclusão, da cidadania e da subscrição de direitos humanos fundamentais e universais.

Do exposto, quem são os dependentes? São os que requerem os seus direitos, como prestações e apoios para manterem alguma dignidade, ou são os que são confundidos como os “mendigos sociais” cuja única profissão, treino e habilidade parece ser o “esticar a mão”, porque a esmola é o seu “pão”? Esta imagem está intimamente ligada a algumas expressões proferidas a pessoas beneficiárias do RSI e /ou de outros apoios sociais, traduzidos em praça pública como a incompetência técnica na leitura de sinais que contrariam as debilidades. Se a força é sinal de vitória, como é que o frágil suplanta o lugar? Que conhecimento/diagnóstico é público e certificado que possa validar tal visão que se converte depois numa posição? É à procura de abordagens mais criativas e inclusivas que permitam mentorias e intervenções de pares, campanhas que não divulguem mas transformem, que a rede de parceiros do CLASB trabalha para avançar com propostas. Lograr alterações, mais ou menos profundas, que vão desde a revisão de diplomas legais até atos mais simbólicos, ancorada numa rede de cumplicidades, que perspetivam e prospetivam as pessoas como verdadeiros autores, conferindo-lhes os recursos para a consciência, o conhecimento, a decisão e a ação. Este contexto, de aprendizagens mútuas, pode enriquecer a participação e aumentar o conhecimento que fomente avaliações mais justas e solidárias nas opções estratégicas da intervenção social.

Igualdade de Género

Retrospectivamente o papel da mulher tem assumido diferentes olhares de acordo com o lugar, o tempo, a religião e a cultura. Após inúmeros debates e várias correntes de pensamento, mais ou menos ativistas, os governos colocam a igualdade como uma prioridade, canalizando e reforçando os envelopes financeiros. São disso exemplo o apoio ao desenvolvimento de Planos Municipais para a Igualdade²⁰, a designação do(a) Conselheiro(a), e a adoção de uma linguagem mais inclusiva, ações protocolados com a Comissão para a Igualdade de Género (CIG); o privilegiar e integrar no plano de estudos das academias de ensino superior áreas de investigação apoiadas pelo FCT; para além da capacitação técnica dirigida a diferentes profissionais, docentes e equipas multidisciplinares que intervêm no apoio à vítima seja na sinalização, na abordagem, na proteção ou no acompanhamento prisional do agressor. Mesmo assim, os parceiros sociais consideram que estamos longe de um cenário que garanta as mesmas oportunidades sem que o género seja levado em consideração. A sublinhar este enraizamento temos as representações e os projetos educativos com influência desde tenra idade; a predominância e a prevalência de categorias profissionais; os lugares ocupados na posição hierárquica, como a remuneração final conjugada com as obrigações familiares, carregadas de certos moralismos com predomínio ainda “machista”.

A massificação do ensino, o abandono escolar mais acentuado nos rapazes, a integração progressiva na atividade política e nos órgãos de decisão por parte das mulheres e a longevidade marcadamente no feminino, só pode requerer outra apreciação que não a condição de ser homem/mulher.

Caminhar no sentido da mudança, para normalizar os acessos e aumentar as oportunidades, passa por internalizar a ação e a interação permeável a outras referências, que aceitam outros modelos de intervenção, outros estilos de vida, outras linguagens e códigos que podem estar mais centradas no apoio imediato à vítima e à sua proteção, como no “arranjo” comunitário que encontra na competência o efeito diferenciador, independentemente de se tratar de homem ou mulher, longe de “velhas” categorias.

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

O roteiro metodológico permitiu a concretização do exercício de sistematização de um conjunto de problemas e necessidades alicerçadas aos recursos endógenos/exógenos e intervenções em curso no território, explanado no quadro seguinte.

²⁰ Em 2012 é concluído o PMI, projeto Barcelos Plural, no âmbito da candidatura ao POPH, medida 7.2.

Quadro 40 Tabela Problemas e necessidades

Problema	Necessidades	Recursos	Intervenções em curso
Desemprego de longa e muito longa duração; Desemprego jovem qualificado; Peso da indústria no tecido empresarial, designadamente têxtil.	Oportunidades de inserção em empresas locais; Demonstração e sistematização do currículo pessoal de capacidade e competências para a procura de emprego; Emprego semi-qualificado com ocupação ao longo de todo o ano; Oportunidades de requalificação das competências; Oportunidades de criação do próprio emprego com competências e qualificação pessoais; Formação para uma cultura empreendedora nas crianças/jovens.	GIP's (4) Medidas de apoio do IEFP Pólos Industriais Rede de Serviços e Comércio Turismo PRODER/PDR TEDEX PRÁXIS – IPCA Linhas de financiamento PT2020	CLDS-3G; Pacto Territorial para a Empregabilidade do Cávado; DLBC- Rural Cávado com Vida.
Baixos níveis de qualificação dos ativos (empregados/desempregados); Desajuste entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho; Níveis de abandono e insucesso escolar no cumprimento da escolaridade obrigatória.	Reforço dos sistemas de orientação e mediação escolar; Reforço da participação ativa das famílias na vida escolar das crianças e jovens; Investimento em processos de educação parental; Medidas de proteção delineadas na base do conhecimento e das competências; Abordagens inovadoras e complementares ao sistema educativo ao nível dos processos de aprendizagem.	Associações juvenis e de pais CAF's GIAA (ACES Cávado III) CPCJ CAFAP Rede Educativa Rede de Bibliotecas Escolares Casa da Juventude CQEP's (4) Linhas de financiamento PT2020	Conselho Municipal de Educação; Diagnóstico Regional das Necessidades de Qualificação; Vetor das Crianças e Jovens; Equipa de Psicólogos.
Prevalência de situações com patologia mental e/ou demências; Níveis de iliteracia em saúde; Processo moroso e escassez de vagas para situações de descanso ao cuidador; Baixos recursos económicos em algumas faixas populacionais; mais dependentes ou isoladas; Falta de retaguarda familiar; Ausência de uma resposta integrada para crianças/jovens adolescentes na área da saúde mental.	Promoção do envelhecimento ativo da população; Reforçar a articulação entre as respostas sociais e da Saúde; Prestação de Cuidados Especializados; Criação de uma bolsa de cuidadores certificados; Capacitação técnica; Desenvolvimento de uma rede complementar de recursos; Criação de uma consulta de proximidade para crianças e jovens adolescentes na área da saúde mental.	Rede Institucional local ISJD (CSSJD e CSSJ) Rede de Cuidados Continuados Integrados Protocolo de colaboração com o IPVC Linhas de financiamento PT2020	Avaliação do Perfil Gerontológico; Conceção do Plano Gerontológico; Grupo Temático do Terceiro Setor; Grupo Operativo da Deficiência; Vetor dos Idosos; Barcelos Sénior (Pólos descentralizados); Projeto Cuidando.
Dispersão territorial dos serviços e recursos locais; Comprometimento do processo de autonomização dos indivíduos e famílias.	Contratualização de competências partilhadas de serviços e respostas locais; Capacitação/formação técnica; Descentralização do atendimento social; Criação de um dispositivo que facilite o acesso e concertação entre pares; Intervenção diferenciada, centrada na capacitação dos públicos; Agilização na atribuição de respostas sociais adequadas; Intervenção integrada; Prevenção de situações de pobreza e exclusão.	Núcleo Local de Inserção RLIS CPCJ de Barcelos Protocolo de cooperação com Instituto de Reinserção Social Protocolo de cooperação com Instituto Nacional de Reabilitação Ação Social Municipal Projetos PRI Rede Institucional/escolar Espaços para o Cidadão (11) GIP's (4) CAFAP Linhas de financiamento PT2020	Projeto OPEN-B – implementação do SIM-PD; Projeto Giru Barcelos; Projeto Sorrir; Projeto Oficinas do Saber e do ser; Bolsa Solidária de Recursos; Projeto Farmácias em Rede; Constituição do Conselho Consultiva para a Coesão.
Apoio e acompanhamento especializado a situações de violência doméstica, dependente de projetos de candidatura; Dificuldades no processo de autonomização e iliteracia jurídica das vítimas de violência doméstica; Ausência de respostas sociais protocoladas com a tutela no domínio da violência doméstica; Dificuldades de inserção profissional de determinados grupos específicos; Prevalência do estigma e da discriminação.	Reforço da articulação institucional para a prevenção e sensibilização no domínio da violência doméstica; Desenvolvimento de processos de aprendizagem formais ou informais; Ativação de fóruns participativos; Promoção dos direitos e da cidadania; Consciencialização para a prática do voluntariado; Compatibilização da vida profissional e familiar; Promoção do diálogo intercultural, interinstitucional e intergeracional; Educação pela Arte; Combate à iliteracia.	Instituições locais com experiência de intervenção com minorias e vítimas de violência doméstica. Rede das Cidades Educadoras. Estratégia Local de Combate à Discriminação. Estratégia Nacional para a Integração da Comunidade Cigana. Plano Nacional para a Igualdade e Violência de Género. Linhas de financiamento PT2020	Projeto GALOARTIS (candidatura ao Programa ESCOLHAS 6G); Projeto Conta Mais Romed II; Gabinete de Apoio à Vítima; Grupo Temático do Voluntariado; Grupo Operativo da Deficiência.

Após o debate e a reflexão de alguns pontos críticos, explicados ao longo deste documento, os intervenientes consensualizaram perspetivar e prospetivar o plano na base dos eixos prioritários, conforme descritos no quadro 41.

Quadro 41 Eixos Prioritários e Grupos-Alvo Prioritários

Eixos Prioritários de Intervenção	Grupos-Alvo Prioritários
Eixo 1 – Rede Empreendedora	População desempregada (DLD), Jovens altamente qualificados), Jovens NEET e mulheres
Eixo 2 – Rede para a Qualificação	População desempregada com baixos níveis de qualificação, Jovens NEET, ativos com baixas qualificações e entidades empregadoras
Eixo 3 – Rede de Intervenção Integrada	Grupos em situação de vulnerabilidade social / comunidade em geral
Eixo 4 – Rede de Cuidados Especializados	Pessoas com deficiência ou incapacidades, crianças e jovens adolescentes, população idosa, cuidadores formais e informais
Eixo Transversal – Rede para a Cidadania e Direitos	Voluntários e comunidade em geral

Quadro de Monitorização de Indicadores-Chave

A avaliação diagnóstica da realidade social assume-se dinâmica e em consequentes transformações dada a influência de fatores e causalidades internas e externas, pelo que importa acompanhar ao longo do período temporal de vigência do Diagnóstico e PDS da Rede Social de Barcelos.

Neste contexto, integra-se um quadro de bordo com indicadores-chave selecionados por área temática, que possam ser monitorizados para o acompanhamento da evolução e manifestações de determinadas problemáticas no concelho, bem como orientar para possíveis fases de replaneamento das estratégias de intervenção.

		Indicador de Monitorização	Portugal	Região Norte	Concelho	Ano de referência / Unidade de Medida	Fonte/Ano
Áreas Temáticas	DEMOG	População Residente	10.427.301	3.644.195	119.563	2013/ N.º residentes	INE/2014
		Índice de Envelhecimento	133,5	122,0	93,9	2013/ %	Pordata/2015
	EMPREGO / DESEMP.	Total da População Ativa Empregada	1.908.375	647.598	9.017	2011/ População empregada	INE/2014
		Taxa de atividade	55,9	56,1	59,5	2011/ %	Pordata/2015
		Taxa de desemprego	13,2	14,5	12,1	2011/ %	Pordata/2015
		Taxa de desemprego de longa duração (inscrição tem 1 ano ou mais)	49,34	54,08	47,99	2014/ %	Pordata/2015
	EDUC. / FORM.	Taxa de abandono escolar precoce	17,4	19		2014/ %	INE/2015
		Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos	48379	18.052	433	2011/2012 N.º indivíduos	DGEEC/2014
		Taxa de analfabetismo	5,22	5,02	4,59	2011/ %	INE/2014
	POL. SOCIAL	Beneficiários de RSI	320.554	123.059	736	2014/ N.º beneficiários	Pordata/2015
		Total de Pensionistas	361.541.6	112.533.9	32.019	2013/ N.º pensionistas	Pordata/2015
		Índice de dependência dos idosos	29,9	26,0	20,5	2013/ %	Pordata/2015
	PROB. RISCO	Situações de violência doméstica	22.930	7.929	198	2013/ N.º situações	Pordata/2015
		Processos acompanhados pela CPCJ	73.019	20.412	540	2014/ N.º processos	CNPCJR/2015
		Utentes ativos no Centro de Respostas Integradas	9.455	3.444	314	2014/ N.º utentes	SICAD/2015
		População Residente com pelo menos uma dificuldade	179.271.9	606.285	19.372	2011/ N.º indivíduos	INE/2011
SAÚDE	Médicos por localização geográfica	43.863	14.439	188	2012/ N.º indivíduos	Pordata/2015	
	Enfermeiros por localização geográfica	65.809	22.803	510	2013/ N.º indivíduos	Pordata/2015	
	Dentistas por localização geográfica	8.133	3.249	65	2013/ N.º indivíduos	Pordata/2015	
	Farmacêuticos por localização geográfica	10.980	3.181	90	2012/ N.º indivíduos	Pordata/2015	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antecipar e corrigir as situações de pobreza e exclusão obriga ao desenvolvimento de programas pedagógicos específicos que promovam atitudes e comportamentos empreendedores, que elevam a condição do ser cidadão e que respeitam o direito de opção, num registo de promoção de bem-estar pessoal e de harmonização coletiva. Lograr esta aprendizagem pode encurtar distâncias e quebrar a solidão e o isolamento, pode travar o alheamento e o abandono de contextos formativos precoces e/ou cíclicos e geracionais, pode promover áreas de investimento ímpares e de excelência e pode exportar sinais de satisfação que devolvam um nível de confiança multirreferencial.

Repare-se que a diminuição do rendimento das famílias e as dificuldades acrescidas no acesso ao emprego pode traduzir, num curto espaço de tempo, impactos pouco positivos no percurso escolar, que se refletem na gradual desvalorização da aprendizagem por parte das crianças e jovens. Nesta leitura, importa também referir a perda da influência das respostas sociais e a emergência de fragilidades associadas à falta de cuidados na rede protetora das crianças e dos seniores. O desenvolvimento integral é fator determinante no processo de capacitação e de autonomização, contexto que motivou os parceiros, com intervenção complementar no domínio dos cuidados primários, a assumirem um papel ativo na promoção de respostas que respondem aos cuidados especializados no domicílio e na adoção de práticas de parentalidade positiva.

Este entendimento motivou a rede de parceiros a conceber uma bolsa de projetos, interdependentes no campo da inclusão social e da saúde, que privilegiem e potenciem serviços de proximidade, personalizados e humanizados.

O investimento nesta intervenção no PDS 2021, no tempo, permite a valorização de novas categorias profissionais (cuidadores formais e informais) e o aumento da empregabilidade.

A agilização de dispositivos que subscrevem o princípio da subsidiariedade antecipa a sinalização e retarda, em muitos casos, a progressão da doença, a institucionalização e a adequação das respostas às reais necessidades do indivíduo. Esta atenção propicia a interrupção de ciclos de desgaste multitransversais e multidimensionais ao indivíduo e à família, com impactos socioeconómicos a curto prazo para todos.

Com efeito a reorganização das respostas, a capacitação técnica e institucional e o acesso a apoios complementares, informados e consentidos, **recoloca a dinâmica da ação nas pessoas**.

A eficácia da intervenção, orientada pelo rigor científico que valide e certifique as boas práticas, assente num conceito aberto à experimentação, ao lado da permanente preocupação de identificar as necessidades e expectativas da população, devolve à rede local a qualificação e a sustentabilidade necessárias. Hoje, Barcelos revê-se no plano social no desenvolvimento de produtos qualificados e multidesafiantes do ponto de vista do pensamento, do conhecimento e da arquitetura.

Esta intervenção atende às especificidades, numa abrangência ampla, quando procura reabilitar e prevenir alguns quadros de perdas orgânicas e funcionais em termos bio-psico-sociais, associadas ao envelhecimento e à instalação de algumas incapacidades e dependências.

Estes cenários partilhados conduziram os parceiros a argumentarem e a apresentarem linhas de intervenção estratégicas, balizados pelas metas do quadro comunitário em toda a sua extensão em termos de oportunidades de operacionalização, corporizadas em tipologias de projeto que orientam os programas de ação e as fichas de projeto a desenvolver no documento de planeamento.

Base de dados

- Pordata, Base de Dados Contemporânea de Portugal - <http://www.pordata.pt/Home>
- Instituto Nacional de Estatística - https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE
- Censos de 2011 – Resultados finais
- Estatísticas on-line de Emprego – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Organização Mundial de Saúde - <http://www.who.int/eportuguese/countries/prt/pt/>
- Sistema de Contas Integradas das Empresas
- Boletim Estatístico da Rede Nacional de Cuidados Continuado da Região Norte (2014)
- Serviço de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário do Ministério de Educação e Ciência - <http://infoescolas.mec.pt/>

Documentos Estratégicos

- Carta Social de Barcelos (2012) - <http://www.cm-barcelos.pt/redesocial/guia-de-recursos/carta-social-de-barcelos>.
- Comissão das Comunidades Europeias (2000). Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida.
- Diagnóstico do Território do Cávado – Centro de Respostas Integradas (SICAD)
- Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária – Cávado com Vida
- Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Cávado 2014-2020
- Plano Desenvolvimento Social e da Saúde 2015
- Plano Diretor Municipal de Barcelos 2015
- Plano Municipal para a Igualdade – Barcelos2012
- Relatório de Atividades 2014 da Equipa Coordenadora Local do Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III
- Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Barcelos (2014)
- Resultados Preliminares da Avaliação Gerontológica Multidimensional da População Idosa De Barcelos - Versão Draft - Faria, C.; Neiva, M. & Moreira, E. (2015)

Planos Nacionais

- Plano Nacional de Saúde Mental 2007-2016 - <http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/a+saude+em+portugal/noticias/arquivo/2008/3/saude+mental.htm>
- Plano Regional de Saúde do Norte –
- http://portal.arsnorte.minsaude.pt/portal/page/portal/ARSNorte/Conte%C3%BAdos/Sa%C3%BAde%20P%C3%BAblica%20Conteudos/PlanoRegionalSaudeNorte_2014_2016.pdf
- Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem, Resolução do Conselho de Ministros N.º 107/2013, de 31 de dezembro
- Plano Nacional de Saúde 2014-2016 – <http://pns.dgs.pt/>
- Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 -
- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências Lisboa Edição: Lisboa 2013
- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017, Resolução de Conselho de Ministros N.º 102/2013, de 31 de Dezembro
- Programa de Saúde 2014-2020 – <https://www.dgs.pt/paginas-de-sistema/saude-de-a-a-z/3-programa-de-saude.aspx>
- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 (ENICC)

Decretos Lei

- Decreto-Lei N.º 147/99, de 1 de setembro
- Decreto-Lei N.º 13/2003, de 21 maio
- Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho

- Decreto-Lei N.º 7/2009, de 12 de fevereiro
- Decreto-Lei N.º 112/2009, de 16 de setembro
- Decreto-Lei N.º 133/2012, de 27 junho
- Decreto-Lei N.º 11 A/2013, de 28 de janeiro.
- Decreto-Lei N.º 142/2015, de 8 de setembro
- Decreto-Lei N.º 129/2015, de 3 de setembro
- Resolução de Conselho de Ministros N.º25/2013, de 27 de março

- Referencial Estatístico
- Mapa da Nova Organização de Freguesias
- CSIF's
- Equipamentos Sociais
- Equipamentos de Saúde
- Equipamentos de Educação
- Atendimento e Acompanhamento Social
- Cantinas Sociais e Bolsa Solidária de Recursos
- Espaços Cidadão
- GIPS's
- Contrato Local de Desenvolvimento Social 3 G
- Cartografias

Designação	Medida (unidade, %, etc)	Ano de referência	Valor de Partida		Fonte			
			Barcelos	Outras referências				
Perfil Demográfico do Concelho - Território, Demografia e Parentalidade								
Superfície	Km2	2013	378,9	1245,79 C 21285,88 N 92225,64 P	INE/2014			
Freguesias	N.º	2013	61	156 C 2882 N 3092 P	INE/2014			
Densidade Populacional	Hab./km2	2013	317,74	327 C 170,1 N 112,5 P	INE/2014			
População Residente	Total	N.º indivíduos	2011	120.391	410.169 C 3.689.682 N 10.562.178 P	INE/2014		
	Mulheres				62.107		213.346 C 1.923.422 N 5.515.578 P	INE/2014
	Homens						58.284	
Taxa de crescimento natural	%	2013	- 0,01	0,04 C - 0,17 N - 0,23 P	INE/2014			
Taxa de crescimento migratório	%	2013	-0,42	- 0,35 C - 0,43 N - 0,35 P	INE/2014			
Taxa de crescimento efetivo	%	2013	-0,43	- 0,30 C - 0,60 N - 0,57 P	INE/2014			
Taxa de Natalidade	%	2011	8,9	9,3 C 8,5 N 9,2 P	INE/2014			
Taxa de Mortalidade	%	2011	6,9	7 C 8,6 N 9,7 P	INE/2014			
Taxa de Fecundidade geral	%	2011	34	35,2 C 34,6 N 38,6 P	INE/2014			
Evolução da População Residente	1991-2001	%	2011	9,2	11,2 C 6,1 N 4,9 P	INE/2012		
	2001-2011				-1,4		4,35 C 0,06 N 1,99 P	
Índice de Envelhecimento	2001	%	2011	53,3	60,7 C 79,8 N 102,2 P	PORDATA/2015		
	2011				82,7		87 C 113,3 N 127,8 P	
Índice de Dependência Total	2001	%	2011	15,6	17,1 C 20,3 N 24,1 P	PORDATA/2015		
	2011				19,7		20,7 C 25,3 N 28,8 P	
Índice de Sustentabilidade Potencial	2001	%	2011	6,4	5,8 C 4,9 N 4,1 P	PORDATA/2015		
	2011				5,1		4,8 C 4 N 3,5 P	
Dimensão média das famílias	2001	%	2011	3,5	3,3 C 3 N 2,8 P	PORDATA/2015		
	2011				3,1		3 C 2,7 N 2,6 P	

Designação		Medida (unidade, %, etc)	Valor de Partida		Fonte	
			Ano de referência	Barcelos Outras referências		
Emprego						
População ativa		N.º de indivíduos	2001	61.565	193.443 C	PORDATA/2015
					1.775.015N	
		N.º de indivíduos	2011	59.734	4.990.208 P	PORDATA/2015
					203.581 C	
Taxa de atividade		%	2001	63,2	1.756.065N	PORDATA/2015
					5.023.367P	
		%	2011	59,5	61 C	PORDATA/2015
					58,3 N	
		%	2001	7,7	57,4 P	PORDATA/2015
					59,4 C	
		%	2011	4,3	56,1 N	PORDATA/2015
					55,9 P	
População ativa por setor de atividade		Primário	%	2001	4,0 C	PORDATA/2015
					4,8 N	
		%	2011	46,3	5,0 P	PORDATA/2015
					2,4 C	
		Secundário	%	2001	2,9 N	PORDATA/2015
					3,1 P	
		%	2011	32,6	49,8 C	PORDATA/2015
					45,8 N	
		%	2001	46,1	35,1 P	PORDATA/2015
					39,4 C	
		%	2011	63,1	35,5 N	PORDATA/2015
					26,5 P	
		%	2001	46,1	46,2 C	PORDATA/2015
					49,5 N	
		%	2011	52,3	59,9 P	PORDATA/2015
					58,2 C	
		%	2001	60,5	61,6 N	PORDATA/2015
					70,5 P	
		%	2011	52,3	57,5 C	PORDATA/2015
					54,4 N	
		%	2001	60,5	53,5 P	PORDATA/2015
					51,8 C	
		%	2011	52,3	47,9 N	PORDATA/2015
					48,5 P	
Qualificação da População Empregada		Trabalhadores por conta de outrem	N.º de indivíduos	2013	143	PORDATA/2015
					418 C	
		Inferior ao 1º ciclo	N.º de indivíduos	2013	5.401 N	PORDATA/2015
					17.235 P	
		Básico - 1º ciclo	N.º de indivíduos	2013	4.868	PORDATA/2015
					12.863 C	
		Básico - 2º ciclo	N.º de indivíduos	2013	10.538	PORDATA/2015
					140.467 N	
		Básico - 3º ciclo	N.º de indivíduos	2013	9.602	PORDATA/2015
					345.483 P	
		Secundário e pós-secundário	N.º de indivíduos	2013	24.373 C	PORDATA/2015
					183.362 N	
		Superior	N.º de indivíduos	2013	9.602	PORDATA/2015
					390.379 P	
		Ignorado	N.º de indivíduos	2013	5.152	PORDATA/2015
					27.443 C	
		Inferior ao 1º ciclo	N.º de indivíduos	2013	226.692 N	PORDATA/2015
					632.349 P	
		Básico - 1º ciclo	N.º de indivíduos	2013	2.901	PORDATA/2015
					20.422 C	
		Básico - 2º ciclo	N.º de indivíduos	2013	14	PORDATA/2015
					184.485 N	
		Básico - 3º ciclo	N.º de indivíduos	2013	13.468 C	PORDATA/2015
					608.119 P	
		Secundário e pós-secundário	N.º de indivíduos	2013	414	PORDATA/2015
					126.045 N	
		Superior	N.º de indivíduos	2013	882	PORDATA/2015
					435.304 P	
		Ignorado	N.º de indivíduos	2013	844	PORDATA/2015
					109 C	
		Inferior ao 1º ciclo	N.º de indivíduos	2013	461	PORDATA/2015
					1.144 N	
		Básico - 1º ciclo	N.º de indivíduos	2013	290	PORDATA/2015
					5.004 P	
		Básico - 2º ciclo	N.º de indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					4 C	
		Básico - 3º ciclo	N.º de indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					37 N	
		Secundário e pós-secundário	N.º de indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					113 P	
		Superior	N.º de indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					923 C	
		Ignorado	N.º de indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					9.025 N	
Pessoal ao Serviço nas Empresas		Empregador	N.º indivíduos	2013	8.061 C	PORDATA/2015
					63.183 N	
		Membro Ativo de Cooperativa de Produção	N.º indivíduos	2013	167.589 P	PORDATA/2015
					13 C	
		Trabalhador Familiar não Remunerado	N.º indivíduos	2013	4	PORDATA/2015
					262 N	
		Trabalhador por Conta de Outrem	N.º indivíduos	2013	18	PORDATA/2015
					936 P	
		Não Enquadrável	N.º indivíduos	2013	33.218	PORDATA/2015
					49 C	
			N.º indivíduos	2013	45	PORDATA/2015
					396 N	
			N.º indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					1.103 P	
			N.º indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					99.096 C	
			N.º indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					867.596 N	
			N.º indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					2.433.873 P	
			N.º indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					187 C	
			N.º indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					1.689 N	
			N.º indivíduos	2013	...	PORDATA/2015
					5.699 P	

Designação		Medida (unidade, %, etc)	Valor de Partida		Fonte				
			Ano de referência	Barcelos		Outras referências			
Tecido Empresarial									
Empresas e escalão de pessoal a serviço	Total	N.º empresas	2012	11.368	39.593 C	INE/2014			
					347.939 N				
					1.062.782 P				
	Menos de 10 pessoas				10.619		37.511 C		
					331.527 N				
	1.020.994 P								
	10-49 pessoas	643	1.809 C	14.162 N	35.736 P				
	50 e 249 pessoas	101	254 C	2.022 N	5.222 P				
	250 e mais pessoas	5	19 C	228 N	830 P				
Empresas por atividade económica	Total	N.º de empresas	2012	11.368	39.593 C	INE/2014			
					347.939 N				
					1.062.782 P				
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca				734		1.532 C	12.635 N	56.313 P
					44 C				
	Indústrias extrativas				7		373 N	1.177 P	4.547 C
					2.456		33.211 N	69.053 P	
	Indústrias transformadoras						37 C	313 N	881 P
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio				12		53 C	381 N	1.173 P
					9		4.061 C	29.570 N	88.797 P
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição						9.439 C	85.005 N	236.722 P
					1.047		485 C	6.503 N	22.899 P
	Construção						2.801 C	26.406 N	83.103 P
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos				2.920		412 C	3.501 N	14.385 P
					118		1.089 C	8.566 N	27.953 P
	Transportes e armazenagem						3740 C	33279 N	109.674 P
					647		3.636 C	37.089 N	132.132 P
	Alojamento, restauração e similares						2.440 C	20.406 N	55.935 P
	Atividades de informação e de comunicação				48		2.827 C	27.510 N	80.766 P
					245		597 C	6.882 N	27.944 P
	Atividades imobiliárias						1.853 C	16.309 N	53.875 P
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares				738				
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio				902				
	Educação				412				
	Atividades de saúde humana e apoio social				551				
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas				133				
	Outras atividades de serviços				389				

Designação	Medida (unidade, %, etc)	Ano de referência	Valor de Partida		Fonte				
			Barcelos	Outras referências					
Tecido Empresarial									
Pessoal ao serviço das empresas por atividade económica	Total	N.º de indivíduos	2013	42.558	129.697 C 1.144.211 N 3.373.518 P	INE/2015			
	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca			1.823	3.854 C 52.919 N 160.959 P				
	Indústrias extrativas			32	... 3.061 N 9.928 P				
	Indústrias transformadoras			20.791	39.855 C 337.536 N 637.427 P				
	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio			15	... 1.013 N 8.913 P				
	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição			361	1.528 C 8.187 N 29.945 P				
	Construção			5.052	19.725 C 121.515 N 307.907 P				
	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos			7.317	24.986 C 245.330 N 723.488 P				
	Transportes e armazenagem			494	3.054 C 32.099 N 147.757 P				
	Alojamento, restauração e similares			1.488	7.099 C 66.432 N 265.694 P				
	Atividades de informação e de comunicação			104	1.557 C 14.492 N 82.744 P				
	Atividades imobiliárias			332	1.768 C 13.399 N 45.299 P				
	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares			1.158	6.406 C 58.610 N 211.386 P				
	Atividades administrativas e dos serviços de apoio			1.506	6.106 C 74.875 N 375.670 P				
	Educação			589	3.137 C 29.883 N 91.749 P				
	Atividades de saúde humana e apoio social			784	6.639 C 48.058 N 150.020 P				
	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas			173	928 C 11.497 N 43.586 P				
	Outras atividades de serviços			539	2.726 C 25.305 N 81.346 P				
	Taxa de Sobrevivência de empresas nascidas 2 anos antes			%	2012		58,75	55,08 C 52,90 N 48,47 P	INE/2014

Designação	Medida (unidade, %, etc)	Ano de referência	Valor de Partida		Fonte		
			Barcelos	Outras referências			
Mercado de Trabalho e Integração Profissional							
Desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional	Feminino	N.º de indivíduos	2001	1.231,8	6.638,7 C	PORDATA/2014	
					74.789 N		
	Masculino		2011	1.048,8	197.680 P		
					4.224,4 C		
	Feminino		2014	2.786	49.576,8 N		
					127.000 P		
	Masculino	2014	2.856	12.346,3 C			
				133.182,2 N			
	Média Anual	2014	5642	294.145,6 P			
				9.417,7 C			
				104.305,7 N			
				257.798 P			
				13.381,3 C			
			142.934,2 N				
			328.786 P				
			11.928,3 C				
			128.829,9 N				
			310.401 P				
			25.309,6 C				
			271.764,2 N				
			639.187 P				
Taxa de Desemprego	Total	%	2001	4,3	5,8 C	PORDATA/2014	
					6,7 N		
					6,8 P		
	Homens		2011	10,9	4,8 C		
					5,2 N		
					5,2 N		
	Mulheres	2011	13,4	7 C			
				8,6 N			
				8,7 P			
	Total	2011	12,1	12,8 C			
				14,5 N			
				13,2 P			
Homens	2011	10,9	11,1 C				
			13 N				
			12,6 P				
Mulheres	2011	13,4	14,5 C				
			16,1 N				
			13,2 P				
Desempregados quanto ao Escalão Etário	Total	N.º de indivíduos	2014	5.642	25.309,6 C	PORDATA/2014	
					271.764,2 N		
	<25			2014	998,8		604.566,1 P
							3.502,3 C
	25-34			2014	1.005,7		35.516,5 N
							74.624,5 P
	35-44	2014	1.002,5	5.191,3 C			
				51.762,2 N			
	45-54	2014	1.264,9	121.791,3 P			
				5.461,3 C			
	55+	2014	1.370,1	58.273,3 N			
				138.318,6 P			
			5.780,4 C				
			67.836,1 N				
			144.790,2 P				
			5.374,3 C				
			58.376,1 N				
			125.041,4 P				
Desempregados por Nível de Escolaridade	Sem nível de escolaridade	N.º de indivíduos	2014	180,4	1.148,5 C	PORDATA/2014	
					13.936 N		
	Básico/1º ciclo			2014	1.511,3		33.790,9 P
							5.752,8 C
	Básico/2º ciclo			2014	907,3		70.132,6 N
							130.252,5 P
	Básico/3º ciclo	2014	962,8	3.750,2 C			
				45.716,2 N			
	Secundário	2014	1.257,7	95.411,2 P			
				4.747,4 C			
	Superior	2014	822,5	50.880,6 N			
				120.932,5 P			
			5.860,5 C				
			56.766,4 N				
			141.989,1 P				
			4.050,3 C				
			34.332,3 N				
			82.189,9 P				

Designação	Medida (unidade, %, etc)	Valor de Partida			Fonte	
		Ano de referência	Barcelos	Outras referências		
Mercado de Trabalho e Integração Profissional						
Desempregados por tempo de Inscrição	Menos de 1 ano	N.º de indivíduos	2014	2.934,8	12.798,6 C 124.797,8 N 323.817 P	PORDATA/2014
	1 ano ou mais			2.707,3	12.511 C 146.966,3 N 315.370	
Desempregados por situação perante o emprego	Procura 1º Emprego	N.º de indivíduos	2014	767,2	3.058,7 C 31.487,3 N 67.851 P	PORDATA/2014
	Procura de Novo Emprego			4.874,8	22.250,8 C 240.276,8 N 571.336 P	
Desempregados inscritos por sector de atividade	Total	N.º de Indivíduos	2014	4.874,8	22.250,8 C 240.276,8 N 540.823,8 P	PORDATA/2015
	Primário			104,5	309,7 C 6.852,8 N 19.471,9 P	
	Secundário			2.769,7	9.950,8 C 92.515,3 N 168.029,8 P	
	Terciário			1.952,1	11.792,9 C 138.940,8 N 349.425,5 P	
	Ignorado			48,6	197,5 C 1.967,8 N 3.896,6 P	

Designação	Medida (unidade, %, etc)	Valor de Partida			Fonte	
		Ano de referência	Barcelos	Outras referências		
Educação, Formação e Qualificação						
Estabelecimentos Escolares, segundo o ensino ministrado (público e contrato de associação)	Pré-Escolar	N.º de indivíduos	2013/2014	75	--	DGESTE/2015
	Básico – 1º ciclo			72	--	
	Básico Geral – 2º ciclo			11	--	
	Básico Geral – 3º ciclo			11	--	
	CEF (1º e 2º ano)			2	--	
	PCA			1	--	
	Secundário			6	--	
	Ensino regular vocacional – nível básico			2	--	
	Ensino Profissional Secundário			6	--	
Alunos matriculados segundo o nível de ensino (público e contrato de associação)	Pré – Escolar	N.º de indivíduos	2013/2014	2383	19 NEE	DGESTE/2015
	Básico – 1º ciclo			4771	109 NEE	
	Básico Geral – 2º ciclo			2550	77 NEE	
	Básico Geral – 3º ciclo			4292	51 NEE	
	CEF (1º e 2º ano)			67		
	PCA			15	2 NEE	
	Secundário			2031	44 NEE	
	CEF – T6 (secundário)			25		
	Ensino Vocacional			42	2 NEE	
	Ensino Profissional Secundário			2070	36	
Taxa de Retenção/Desistência no ensino regular Básico	%	2011/2012	5,8	6,2 C 8,4 N 9,9 P	INE/2014	
Taxa de Transição/Conclusão no ensino Secundário	%	2011/2012	87,9	83,4 C 83 N 79,9 P	INE/2014	
Taxa de Analfabetismo	%	2011	1,22	1,34 C 1,45 N 1,58 P	INE/2014	
Taxa de Abandono Escolar	%	2011	4,6	4,5 C 5,0 N 5,2 P	INE/2014	
Taxa Bruta de Escolarização	Ensino Básico	%	2011	112,6	115,7 C 121,7 N 122,2 P	INE/2014
	Ensino Secundário			102,2	138,3 C 131,7 N 134,9 P	
Taxa de Participação em cursos de Dupla Certificação ao nível do Ensino Secundário para Jovens	%	2011/2012	40,3	43,5 C 45,8 N 42,8 P	INE/2014	
Indivíduos com 18 e mais anos que participaram em cursos de Educação e Formação de Adultos	N.º	2011/2012	433	2231 C 18.052 N 48.379 P	INE/2014	
População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade	Total	N.º de indivíduos	2011	100.389	342.763 C 3.132.449 N 8.989.849 P	PORDATA/2015
	Sem nível de escolaridade			9.333	31.037 C 321.809 N 934.129 P	
	Básico - 1º ciclo			30.188	90.844 C 929.545 N 2.444.206 P	
	Básico – 2º ciclo			20.688	55.395 C 463.451 N 1.152.362 P	
	Básico – 3º ciclo			20.058	67.918 C 578.115 N 1.714.586 P	
	Secundário			12.261	50.609 C 437.916 N 1.411.801 P	
	Médio			688	2.855 C 26.221 N 88.023 P	
	Superior			7.173	44.105 C 375.392 N 1.244.742 P	

Designação	Medida (unidade, %, etc)	Valor de Partida			Fonte		
		Ano de referência	Barcelos	Outras referências			
Medidas de Política Social							
Beneficiários de RSI	N.º indivíduos	2011	2.323	10.295 C	INE/2014		
				190.797 N			
				448.290 P			
		2014	747	5.053 C			
				123.103 N			
320.811 P							
Beneficiários de RSI por 1000 hab.	N.º indivíduos	2011	23,03	29,98 C	INE/2014		
				60,86 N			
				49,96 P			
		2014	7,35	14,61 C			
				39,45 N			
36,07 P							
Beneficiários RSI por sexo	Total	N.º indivíduos	2014	736	GPE/2015		
				5.047 C			
				123.059 N			
	320.554 P						
	Feminino			<18		86	757 C
				18-39		106	910 C
				40-49		74	530 C
	Masculino			50 +		118	621 C
				<18		99	815 C
				18-39		99	761 C
40-49		87	479 C				
Famílias com processamento RSI por tipo	N.º indivíduos	2014	103	161	GPE/2015		
				723 C			
				Total		385	2313 C
				Alargada/Extensa		25	207 C
				Isolado		130	648 C
				Monoparental		53	358 C
Pensionistas da Segurança Social	N.º indivíduos	2011	29.045	74	INE/2014		
				524 C			
				103		576 C	
		2014	30.755	95.171 C			
				989.853 N			
2.979.787 P							
Pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes	N.º de indivíduos	2011	287,07	100.201 C	INE/2014		
				1.018.172 N			
				3.024.590 P			
		2014	302,5	276,31 C			
				315,45 N			
332,21 P							
Pensionistas por tipo de Pensão	Velhice	N.º de Indivíduos	2013	18.507	INE/2014		
				62.016 C			
	649.208 N						
	2.018.828 P						
	Invalidez			4.115		12.201 C	
				98.192 N			
Sobrevivência	266.880 P						
	6.736	21.468 C					
231.228 N							
715.812 P							
CSI - Complemento Solidário de Idosos	N.º de indivíduos	2014	944	2.804	GPE/2015		
				8.305 C			
				1.860		5.553 C	
944	2.752 C						

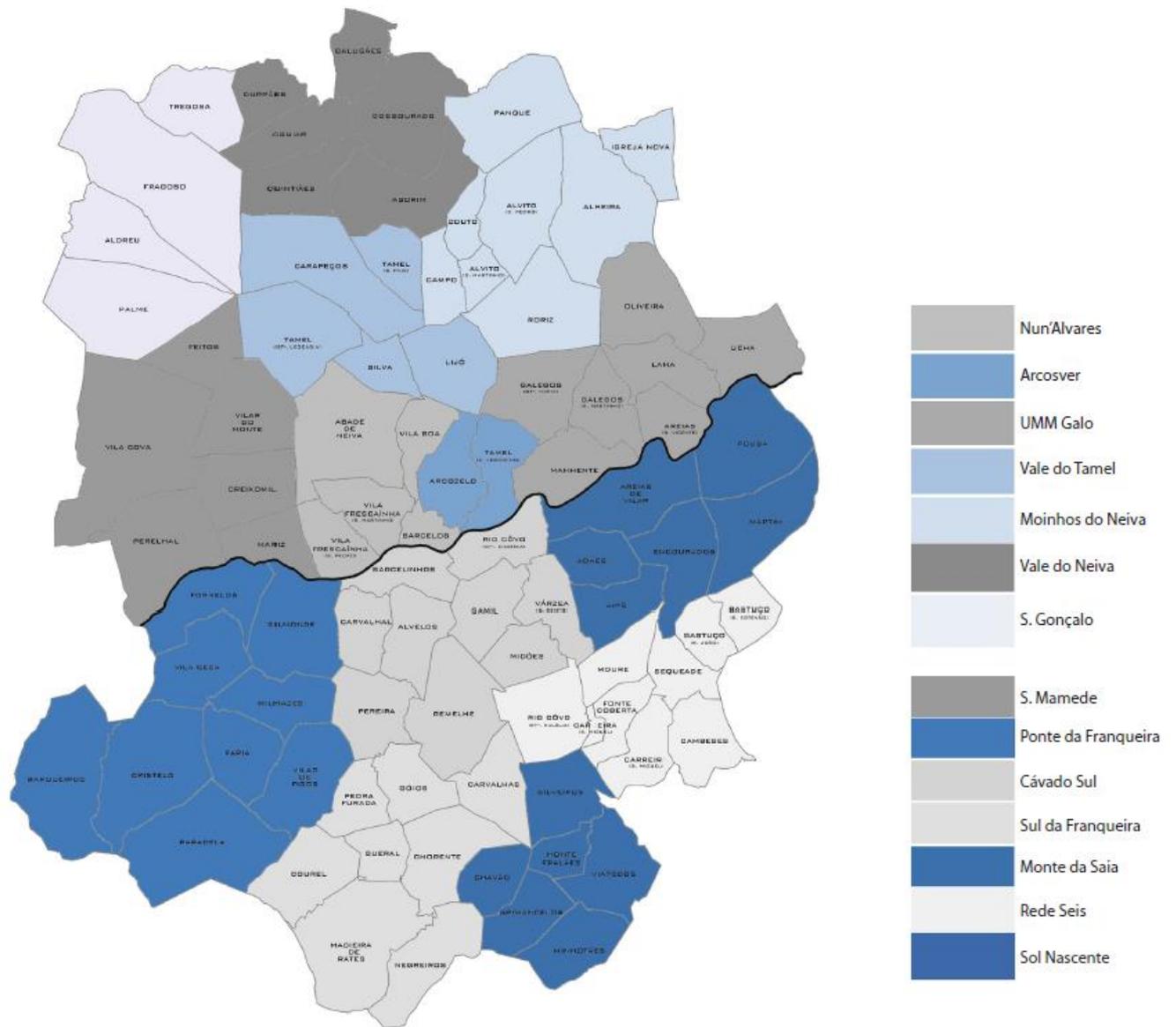
Designação		Medida (unidade, %, etc)	Valor de Partida			Fonte	
			Ano de referência	Barcelos	Outras referências		
Inclusão/Problemáticas de Risco							
Violência Doméstica – queixas apresentadas e autor da queixa	Vítima	N.º de indivíduos	2014	131	454 C	GNR E PSP/2014	
	Agressor			0	2 C		
	Testemunha			9	26 C		
	Outro			5	30 C		
Caso de Violência Doméstica por tipo de relação entre vítima e agressor	Companheiro	N.º de casos	2014	24	69 C	GNR E PSP/2014	
	Cônjuge			60	233 C		
	Ex-companheiro			11	23 C		
	Ex-cônjuge			25	58 C		
	Ex-namorado			8	23 C		
	Filho/a			0	22 C		
	Irmã/ão			0	2 C		
	Mãe			10	23 C		
	Pai			4	8 C		
	Namorado/ Outro (sogro/tio)			3 2	5 C 10 C		
Violência Doméstica por consequências provocadas nas vítimas	Violência Física	N.º de casos	2014	90	295 C	GNR E PSP/2014	
	Violência Sexual			4	8 C		
	Violência Psicológica/ Emocional			115	367 C		
	Violência Económica			23	67 C		
	Violência Social			45	100 C		
Vítimas de Violência Doméstica, segundo sexo e idade	Feminino	N.º casos	2014	< 18	0	5 C	GNR E PSP/2014
				18-24	5	22 C	
				25-64	109	317 C	
				65-74	4	21 C	
	75+			6	16 C		
	Masculino			<18	0	1 C	
				18-24	0	3 C	
				24-64	14	54 C	
				65-74	1	6 C	
				75+	5	9 C	
Vítimas de Violência Doméstica, segundo condição perante o trabalho	Empregado/a	N.º de casos	2014	81	190 C	GNR E PSP/2014	
	Desempregado/a			31	110 C		
	Doméstico/a (tarefas do lar)			4	26 C		
	Estudante			2	16 C		
	Reformado/a ou aposentado/a			20	63 C		
	Outra			4	19 C		
Desconhecida	3	30 C					
Processos acompanhados pela CPCJ	Novos	N.º de processos	2014	227		CPCJ 2014	
	Transitados 2013			234			
	Reabertos			73			
	Recebidos de outra CPCJ			6			
	Arquivados em fase preliminar			81			
	Arquivados em fase pós-preliminar			277			
Enviados para outra CPCJ	4						
Caracterização das crianças e jovens, segundo sexo e grupo etário	Feminino	N.º de indivíduos	2014	0-2	25		CPCJ/2014
				3-5	24		
				6-8	46		
				9-10	44		
				11-14	59		
				15-17	59		
	18-21			24			
	Masculino			0-2	29		
				3-5	36		
				6-8	49		
				9-10	37		
				11-14	79		
				15-17	81		
				18-21	24		
Utentes ativos no CRI		N.º de indivíduos	2014	314	1.130 C	CRI BRAGA/2014	

Designação		Medida	Valor de Partida			Fonte				
		(unidade, %, etc)	Ano de referência	Barcelos	Outras referências					
Inclusão/Problemáticas de Risco										
Utentes em tratamento e tipo de inscrição		Cessaçao tabágica	N.º de indivíduos	2014	..	1 C	CRI BRAGA/2014			
		Consumo de substâncias psico-activas			228	942 C				
		Criança/Jovem em risco			1	26 C				
		Família			1	4 C				
		Ocasional			..	2 C				
		Outra patologia aditiva			..	1 C				
		Outra situação			..	8 C				
	Álcool	84	146 C							
População residente com pelo menos 1 dificuldade		Total	N.º de indivíduos	2014	19.372	61.416 C 606.285 N 1.792.719 P	INE/2014			
		Feminino			11.542	36.935 C 366.245 N 1.088.412 P				
		Masculino			7.830	24.481 C 240.040 N 704.307 P				
		Médicos por 1000 hab.			N.º médicos	2014		1,7	3,6 C 4,1 N 4,3 P	INE/2013
		Enfermeiros por 1000 hab.			N.º enfermeiros	2014		4,3	5,4 C 6,3 N 6,3 N	
		Média de Utentes por médico de família			CS BARCELOS	N.º utentes		2014	1.750	1.743 C
CS BARCELINHOS	1.823									
Utentes inscritos por unidade de saúde		Centro de Saúde de Barcelos		N.º utentes	2014	ARS/2015				
							S/ Médico de família	3.030		
							S/ Médico de família por opção	87		
		Centro de Saúde de Barcelinhos					C/ Médico de família	69.644		
							S/ Médico de família	1.098		
							S/ Médico de família por opção	206		
	C/ Médico de família	50.972								
Óbitos por causas de morte		Doenças do aparelho circulatório		N.º de óbitos	2012	PORDATA/2015				
							245	851 C 9.661 N 32.761 P		
							Tumores Malignos		213	756 C 8.067 N 25.690 P
		Acidentes, lesões, envenenamentos e suicídios							30	124 C 1.134 N 3.909 P
									Diabetes	
							Doenças do aparelho respiratório			
		Doenças do aparelho digestivo								
									Suicídio	
Rede de Cuidados Continuados				Lotação		N.º	2015	ARS/2015		
		Média	..							
		Longa	72						154 C	
		Paliativos	..						10 C	
	Convalescença	..	19 C							

Mapa da Nova Organização de Freguesias



CSIF's



Instituições no Concelho de Barcelos com Respostas Sociais com acordo de Cooperação com o Instituto da Segurança Social

Instituições	Respostas Sociais	N.º Utentes com Acordo
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Viatodos	Apoio Domiciliário	29
	Centro Dia	25
Associação Pais e Amigos Crianças Inadaptados	Apoio Domiciliário	22
	Intervenção Precoce	70
	CAO	78
Associação Pais e Amigos de Crianças	Lar Residencial	22
	Apoio Regime Ambulatório	100
	CAO	27
	Intervenção Precoce	80
Associação Perelhal Solidário	CAT	10
	Centro Convívio	20
Associação Recovery	Apoio Domiciliário	10
	Fórum socio Ocupacional	20
Associação Social Cultural Recreativa de Alheira	A. T. L.	20
	Lar Idosos	12
	Centro Dia	5
	Apoio Domiciliário	15
Associação Social Cultural Recreativa de Chorente	Creche	33
	A. T. L.	28
Associação Social Cultural Recreativa de Creixomil	A. T. L.	14
Casa do Povo de Alvito	A. T. L.	64
	Creche	45
	Pré-escolar	37
	Lar Idosos	12
	Centro Dia	15
	Apoio Domiciliário	10
Casa do Povo de Milhazes	A. T. L.	40
Casa do Povo de Viatodos	A. T. L.	90
Casa do Povo Vila Seca	A. T. L.	26
	Apoio Domiciliário	12
Centro Apoio e Solidariedade de Pousa	Creche	33
	Apoio Domiciliário	50
Centro Bem-Estar Social de Alheira	Creche	60
Centro Bem-Estar Social de Barqueiros	Creche	60
	Pré-escolar	65
	A. T. L.	41
	Centro Dia	10
	Lar Idosos	20
	Apoio Domiciliário	24
Centro Comunitário Moinhos de Vento	S. A. A. S.	
Centro Paroquial de Barcelinhos	Apoio Domiciliário	13
	Centro Dia	15
	Creche	50
	Pré-escolar	46
Centro Social Cultura Recreio da Silva	A. T. L.	26
	Lar Idosos	12
	Creche	33
	Centro dia	30
	Apoio Domiciliário	28

Instituições	Respostas Sociais	N.º Utentes com Acordo
Centro Social Cultural Recreativo Abel Varzim	Apoio Domiciliário	25
	Centro Dia	20
	Creche	45
	Pré-escolar	50
	CAT	14
	A. T. L.	76
Centro Social da Paróquia de Arcozelo	Apoio Domiciliário	25
	Creche	28
	A. T. L.	89
Centro Social da Paróquia de Carreira	Centro Convívio	15
	Apoio Domiciliário	25
Centro Social da Paróquia de Tregosa	A. T. L.	23
	Pré -escolar	12
Centro Social de Durrães	Creche	25
	A. T. L.	28
	Centro Dia	10
	Apoio Domiciliário	21
Centro Social Remelhe	Creche	15
	Centro Dia	10
	Lar Idosos	30
Centro Social de Aguiar	A. T. L.	74
Centro Social Paroquial de Aguiar	Apoio Domiciliário	20
Centro Social Paroquial de Areias Vilar	Apoio Domiciliário	20
Centro Social Paroquial de Fragoso	Creche	24
	S. A. A. S.	
	A.T.L.	15
	Centro Dia	15
	Apoio Domiciliário	20
Centro Social Paroquial de Gilmonde	Creche	48
	Pré-escolar	25
	A. T. L.	60
	Centro Dia	30
	Apoio Domiciliário	20
Centro Social Paroquial Imaculado Coração Maria	Apoio Domiciliário	50
	Creche	45
	Centro Dia	20
	Lar Idosos	30
	A. T. L.	87
Centro Solidariedade Social São Veríssimo	Creche	33
	Apoio Domiciliário	24
	Lar Idosos	30
	Centro Dia	20
Centro Zulmira Pereira Simões - Instituição de Solidariedade Social de Roriz	Lar Idosos	24
	Apoio Domiciliário	20
	Centro Dia	20
Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo Aldreu	A. T. L.	23
Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo Macieira Rates	Creche	35
	Pré-escolar	50
	Lar Idosos	30
	Centro Dia	25
	A. T. L.	56
	Apoio Domiciliário	30

Instituições	Respostas Sociais	N.º Utentes com Acordo
Grupo de Ação Social Cristã	S. A. A. S.	
	Refeitório social	35
	Casa Abrigo	10
Infantário Santa Maria Fonte Baixo	Creche	30
Obras Social Francisco Missionárias de Maria	Creche	58
	Pré-escolar	125
Santa Casa da Misericórdia de Barcelos (SCMB)	Creche Familiar	88
	Creche	161
	Pré-escolar	219
	A. T. L.	24
	Centro Dia	25
	Apoio Domiciliário	38
SCMB - Lar Rainha D. Leonor	Lar Idosos	52
SCMBs - Lar N.ª Sr.ª Misericórdia	Lar Idosos	66
SCMB - Lar Grandes Dependentes	Lar Idosos	38
SCMB - Lar Santo André	Lar Idosos	40
SCMB - Silveiros	Pré-escolar	25
	Apoio Domiciliário	10
	Creche	45
	Lar Idosos	21
Venerável Ordem Terceira de São Francisco	Creche	100
	Pré-escolar	175
	A. T. L.	12
	Lar Infância e Juventude	45

Fonte: Centro Distrital de Braga / 2015

Instituições no Concelho de Barcelos com Resposta de Cantina Social

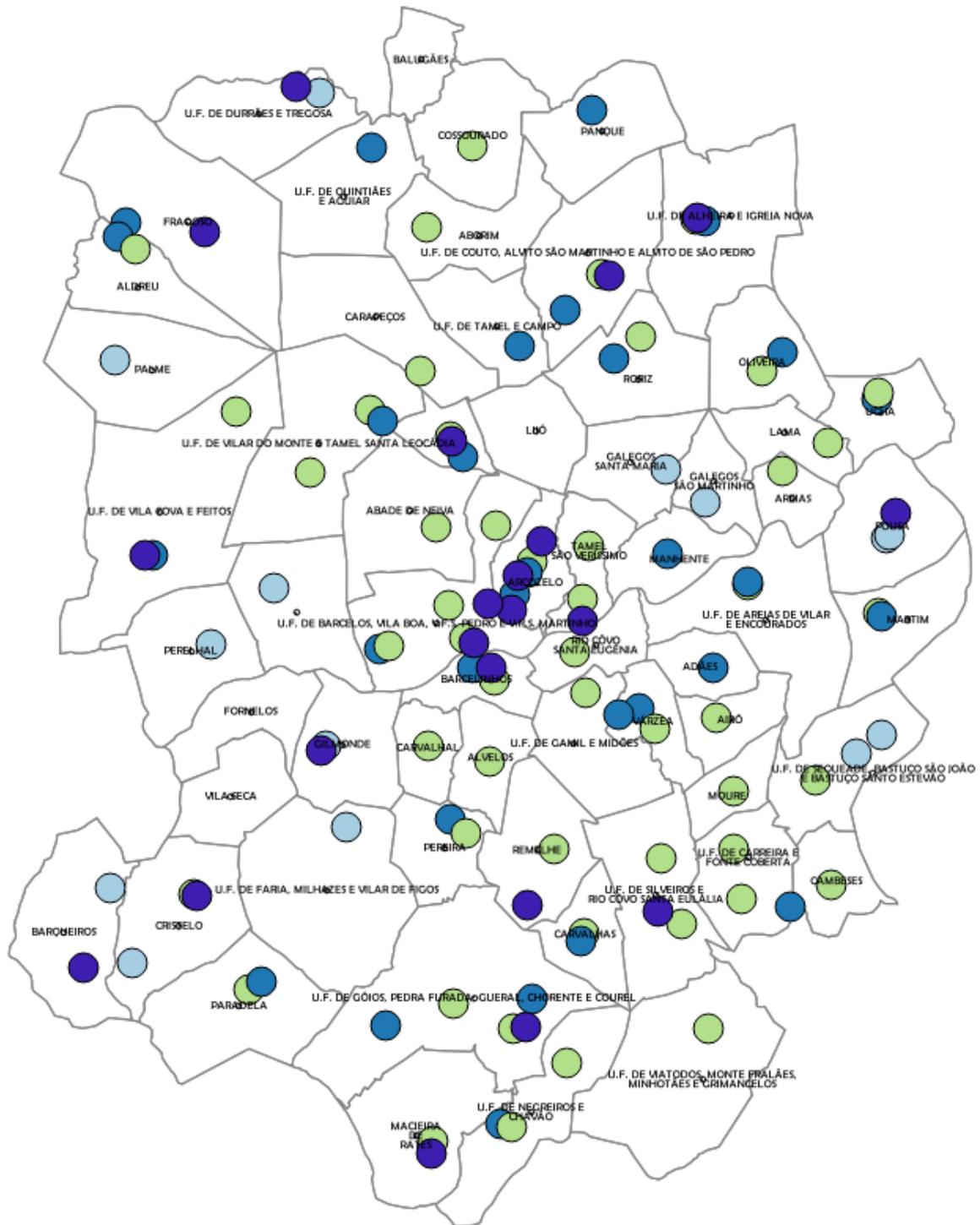
Instituições	N.º Refeições Diárias
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Viatodos	65
Casa do Povo de S. Pedro Alvito	65
Centro Bem-Estar Social de Barqueiros	65
Centro Social Paroquial de Fragoso	30
Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo Macieira Rates	100
Grupo de Ação Social Cristã	60
Santa Casa da Misericórdia de Barcelos	90

Fonte: Centro Distrital de Braga / 2015

Escolas que Providenciam os Diferentes Tipos de Ensino

		Pré	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo		Secundário	
					Qualificante	Regular	Profissionais	Científico-Humanísticos
Ensino Público	Agrupamento de Escolas Alcaldes Faria	x	x	x	x	x	x	x
	Agrupamento de Escolas de Barcelos	x	x	x		x	x	x
	Agrupamento de Escolas Braga Oeste	x	x	x	x	x		
	Agrupamento de Escolas de Fragoso	x	x	x	x	x		
	Agrupamento de Escolas Gonçalo Nunes	x	x	x	x	x		
	Agrupamento de Escolas de Vale D'Este	x	x	x		x	x	x
	Agrupamento Escolas de Vale do Tamel	x	x	x	x	x	x	x
	Agrupamento Escolas de Vila Cova	x	x	x		x	x	x
	Agrupamento de Escolas Rosa Ramalho	x	x	x	x	x		
	Escola Secundária de Barcelinhos					x	x	x
Contrato de Associação	Colégio La Salle			x		x		x
	Conservatório de Música de Barcelos			x		x		x
	DIDÁLVI Cooperativa de Ensino de Alvito S. Pedro			x		x		x
Escolas Profissionais	Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos				x		x	
	Profitecla						x	
	ACIB						x	

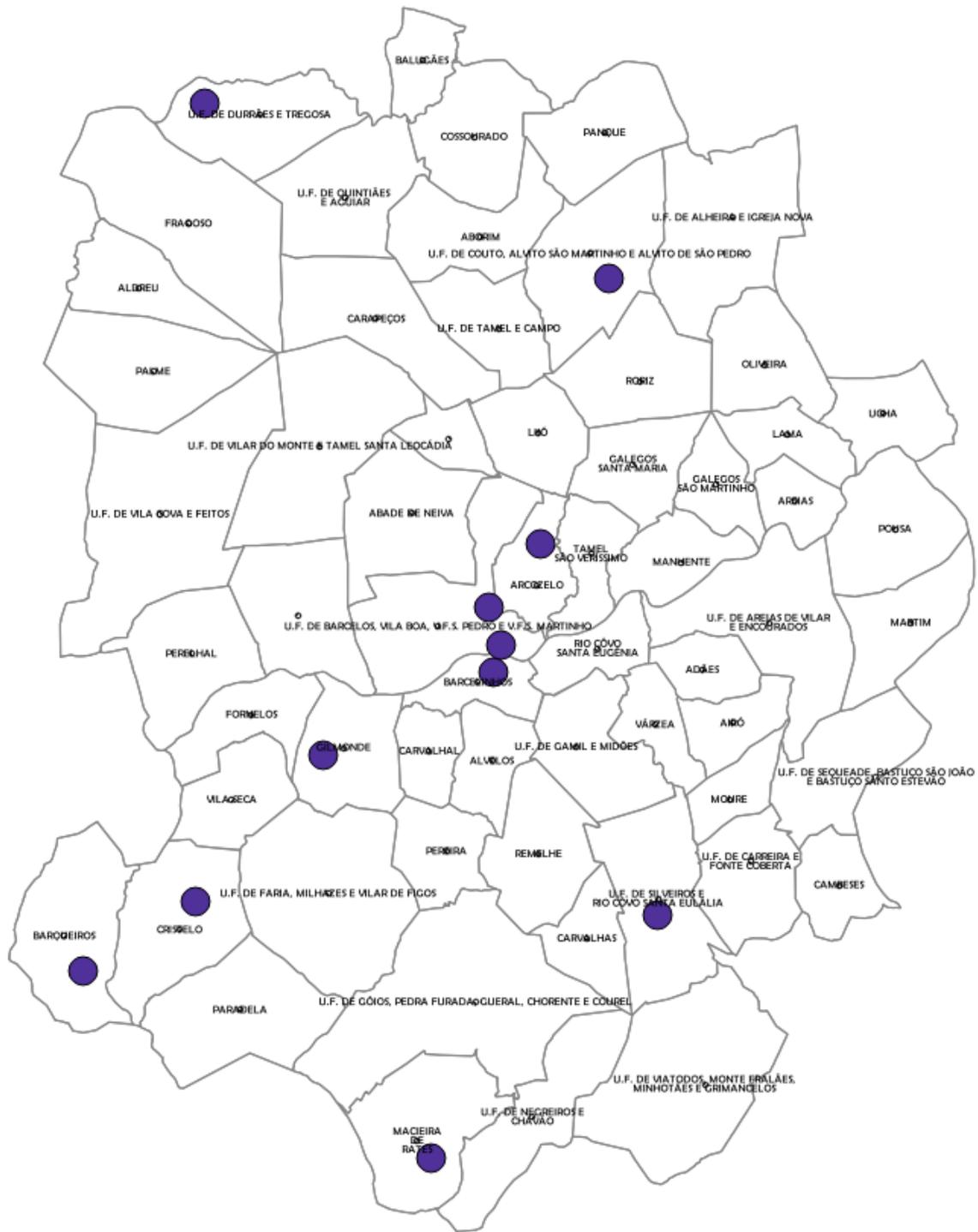
Jardim de Infância, Creche e EB1



Legenda:

- Centro Escolar, JI + EB1
- Jardim de Infância
- EB1
- Creche

Pré-escolar

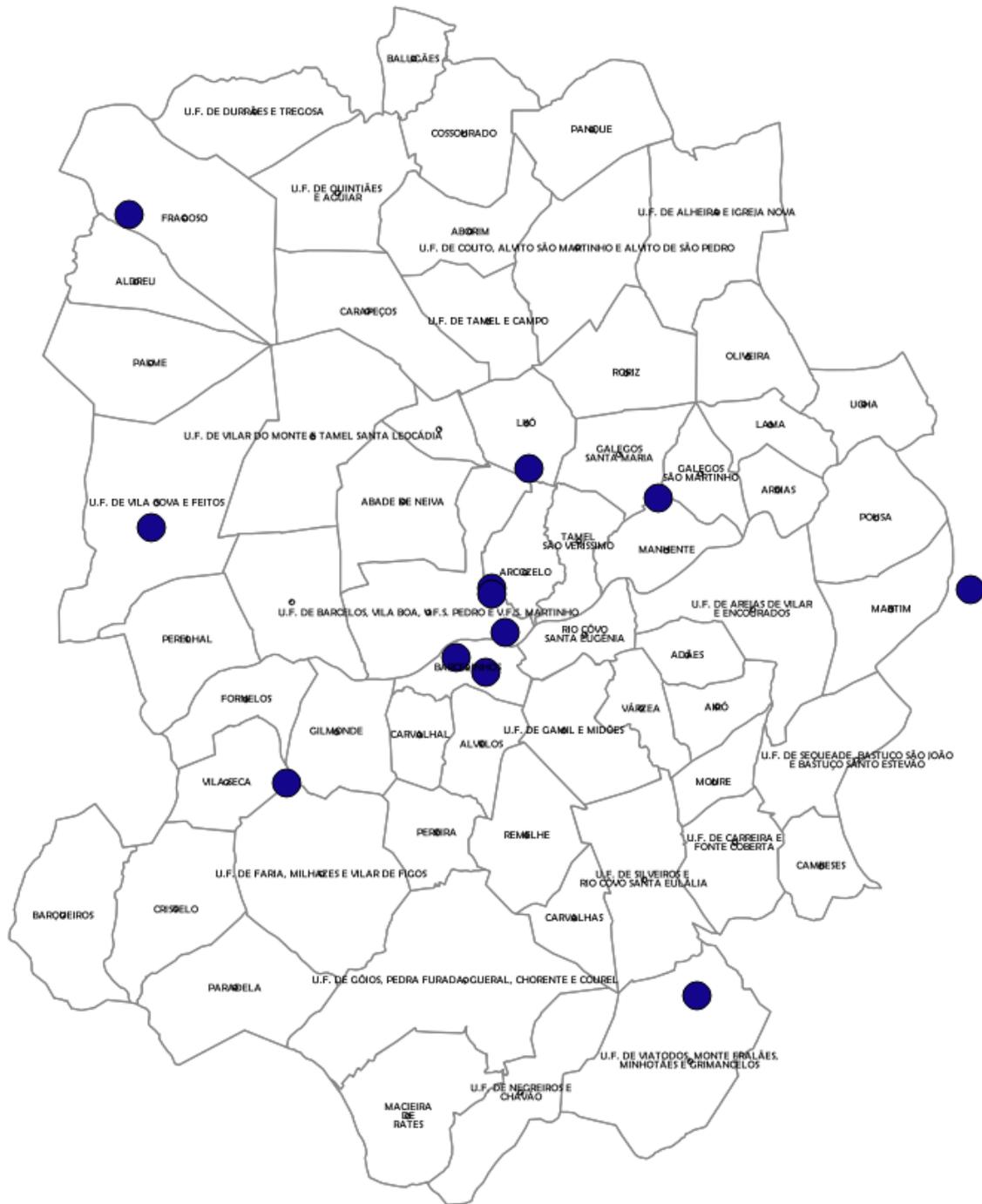


Creche Familiar

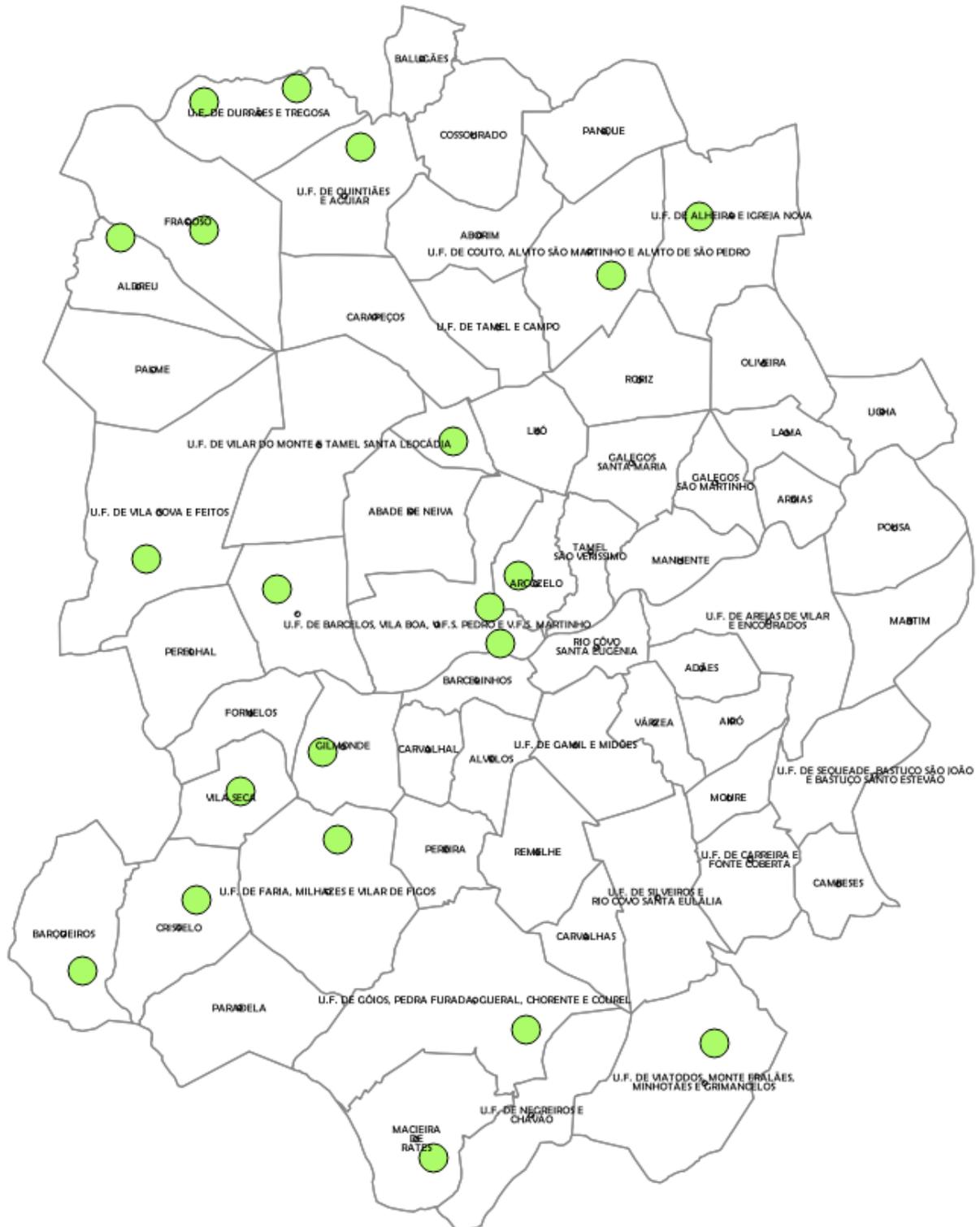


Nota: A Santa Casa da Misericórdia de Barcelos é a instituição responsável pela resposta social Creche Familiar. Mais se acrescenta, que as diversas Creches estão distribuídas pelas freguesias do concelho de Barcelos.

Escolas Básicas 2º e 3º Ciclos

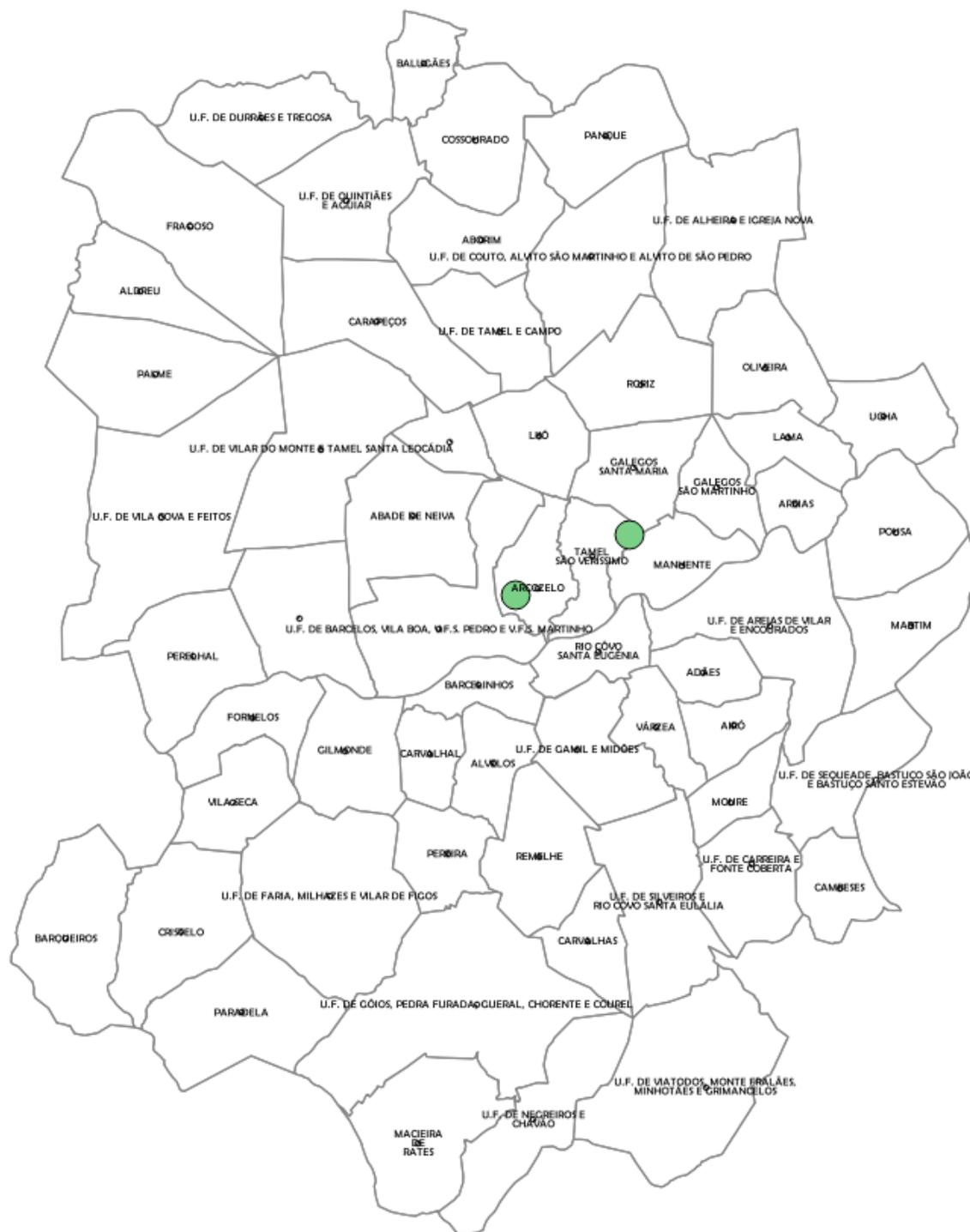


ATL



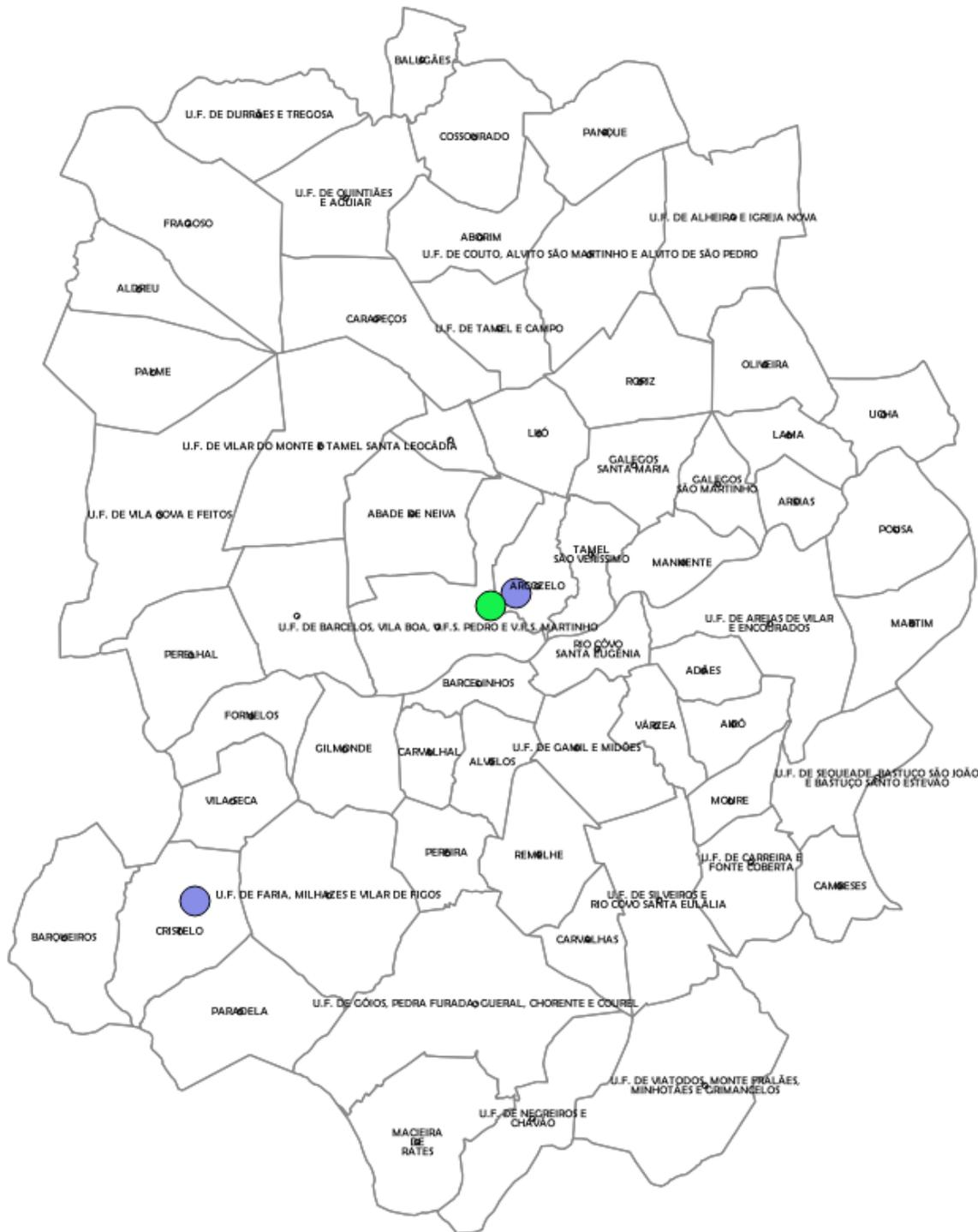
Instituições	Freguesia
Centro Social da Paróquia de Tregosa	U.F. Durrães e Tregosa
Centro Social de Durrães	U.F. Durrães e Tregosa
Centro Social de Aguiar	U.F. Aguiar e Quintiães
Associação Social, Cultural e Recreativa de Alheira	U.F. Alheira e Igreja Nova
Centro Social e Paroquial de Fragoso	Fragoso
CVP Aldreu	Aldreu
Casa do Povo de Alvito	U.F. Couto e Alvito (S.Pedro e S.Martinho)
Centro Social, Cultural e Recreativo da Silva	Silva
Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria	U.F. Vila Cova e Feitos
Centro Social da Paróquia de Arcozelo	Arcozelo
SCMB	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)
Venerável Ordem Terceira – Casa do Menino Deus	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)
Centro Social e Paroquial de Areias de Vilar	U.F. Areias de Vilar e Encourados
Centro Social e Paroquial de Gilmonde	Gilmonde
Casa do Povo Vila Seca	Vila Seca
Casa do Povo de Milhazes	U.F. Faria, Milhazes e Vilar de Figos
Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim	Cristelo
Centro Bem-Estar Social de Barqueiros	Barqueiros
Associação Social, Cultural e Recreativa de Chorente	U.F. Góios, Pedra Furada, Gual, Chorente e Courel
Associação Humanitária dos Bombeiros de Viatodos	U.F. Viatodos, Monte Fralães, Minhotães e Grimancelos
CVP Macieira de Rates	Macieira de Rates

Centro de Atividades Ocupacionais e Intervenção Precoce



Instituições	Freguesia
APAC	Arcozelo
APACI	Arcozelo

CAT E LIJ

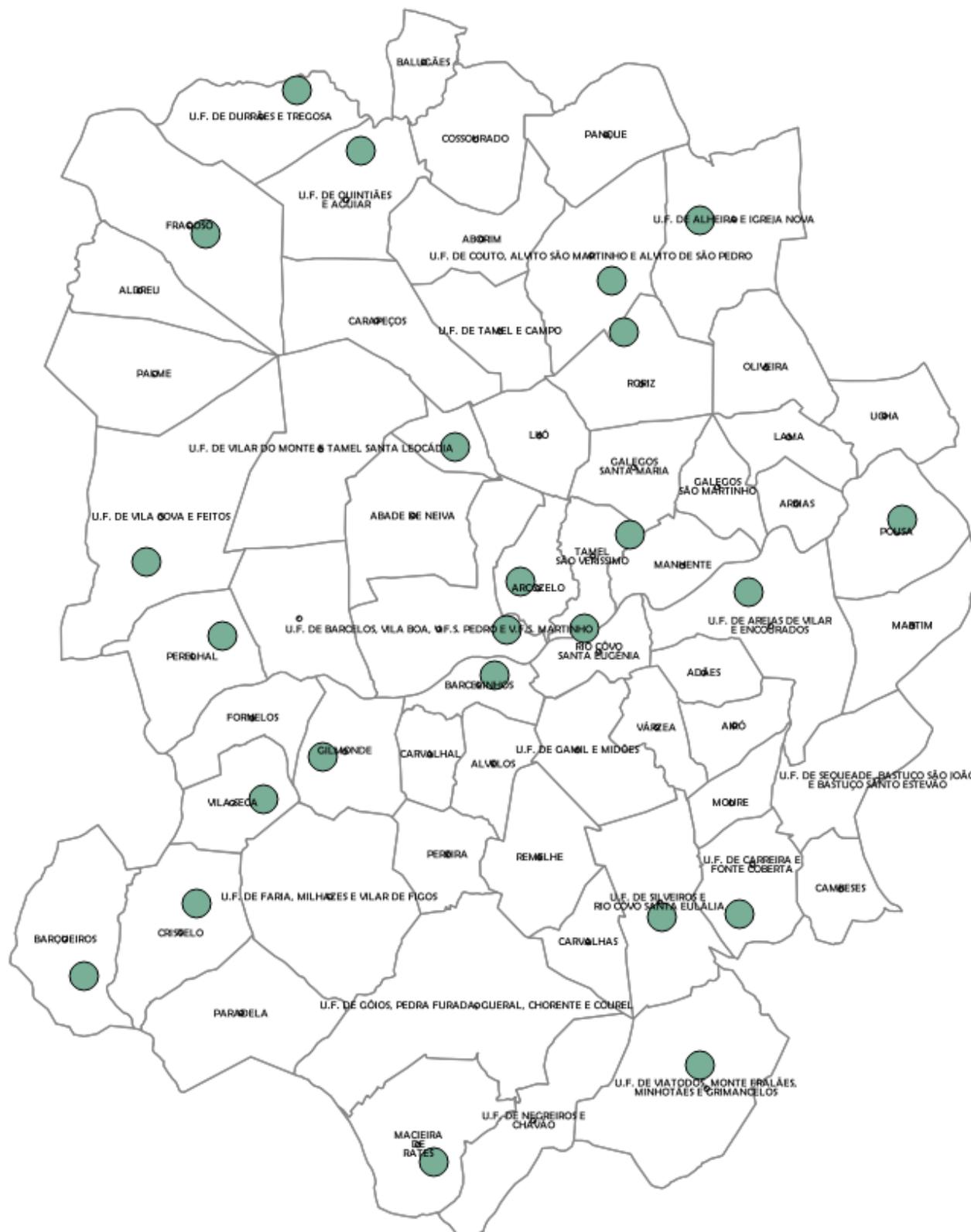


Legenda:

- CAT – Centro de Acolhimento Temporário
- LIJ – Lar de Infância e Juventude

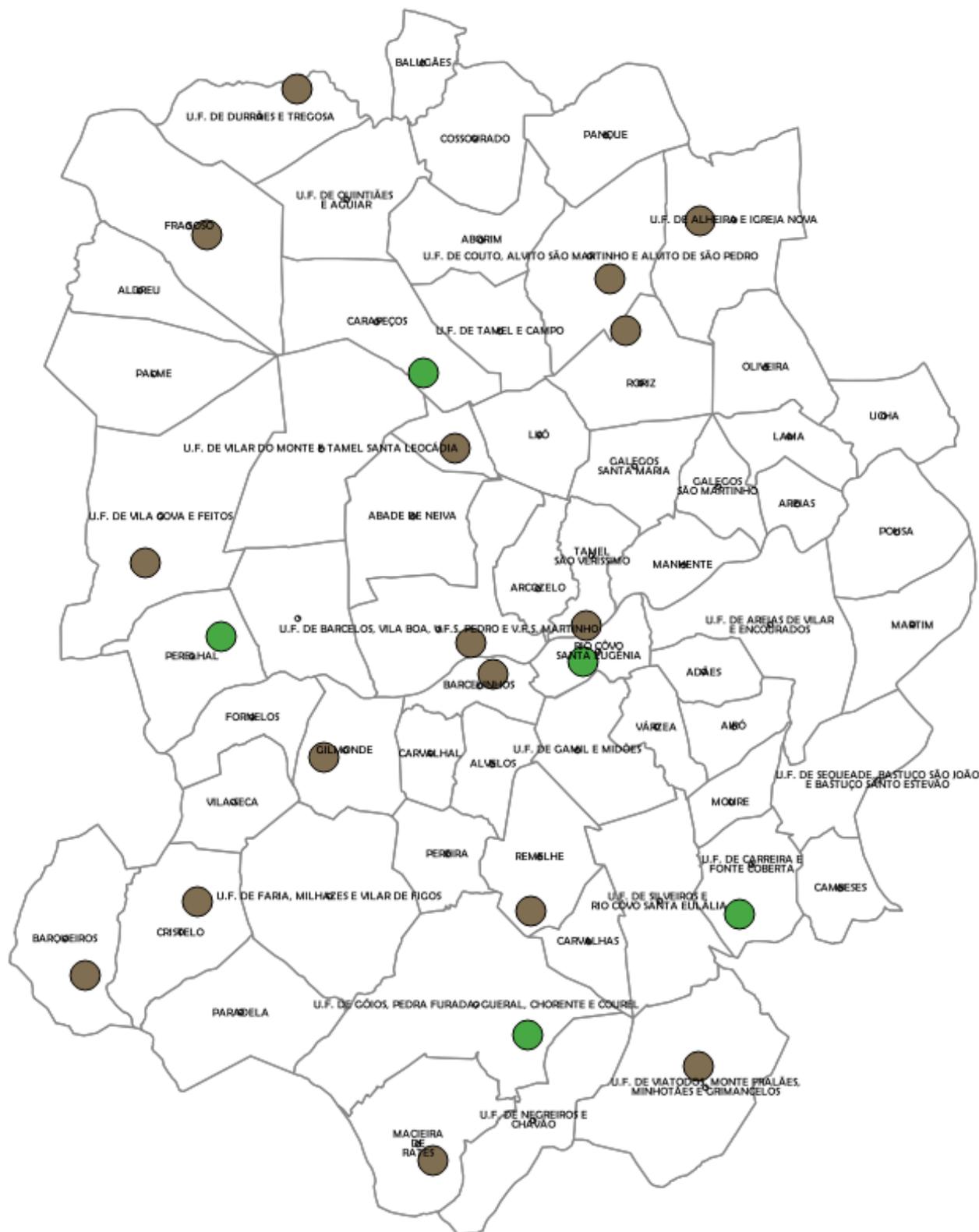
Instituições	Freguesia
APAC- Casa dos Sonhos	Arcozelo
Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim	Crístele
Venerável Ordem Terceira – Casa do Menino Deus	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)

Apoio Domiciliário



Instituições	Freguesia
Centro Social de Durrães	U.F. Durrães e Tregosa
Centro Social e Paroquial de Aguiar	U.F. Aguiar e Quintiães
Associação Social, Cultural e Recreativa de Alheira	U.F. Alheira e Igreja Nova
Centro Social e Paroquial de Fragoso	Fragoso
Casa do Povo de Alvito	U.F. Couto e Alvito (S.Pedro e S.Martinho)
Centro Zulmira Pereira Simões	Roriz
Centro Social, Cultural e Recreativo da Silva	Silva
Centro de Apoio e Solidariedade da Pousa	Pousa
Centro Solidariedade de S.Veríssimo	Tamel S.Veríssimo
Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria	U.F. Vila Cova e Feitos
Centro Social da Paróquia de Arcozelo	Arcozelo
Centro Social e Paroquial de Areias de Vilar	U.F. Areias de Vilar e Encourados
SCMB	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)
APACI	Tamel S.Veríssimo
Associação Perelhal Solidário	Perelhal
Centro Paroquial de Barcelinhos	Barcelinhos
Centro Social e Paroquial de Gilmonde	Gilmonde
Casa do Povo	Vila Seca
Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim	Cristelo
SCMB – Silveiros	U.F. Silveiros e Rio Covo St.ª Eulália
Centro Social da Paróquia de Carreira	U.F. Carreira e Fonte Coberta
Centro Bem-Estar Social de Barqueiros	Barqueiros
Associação Humanitária dos Bombeiros de Viatodos	U.F. Viatodos, Monte Fralães, Minhotães e Grimancelos
CVP Macieira de Rates	Macieira de Rates

Centro de Dia e Centro de Convívio

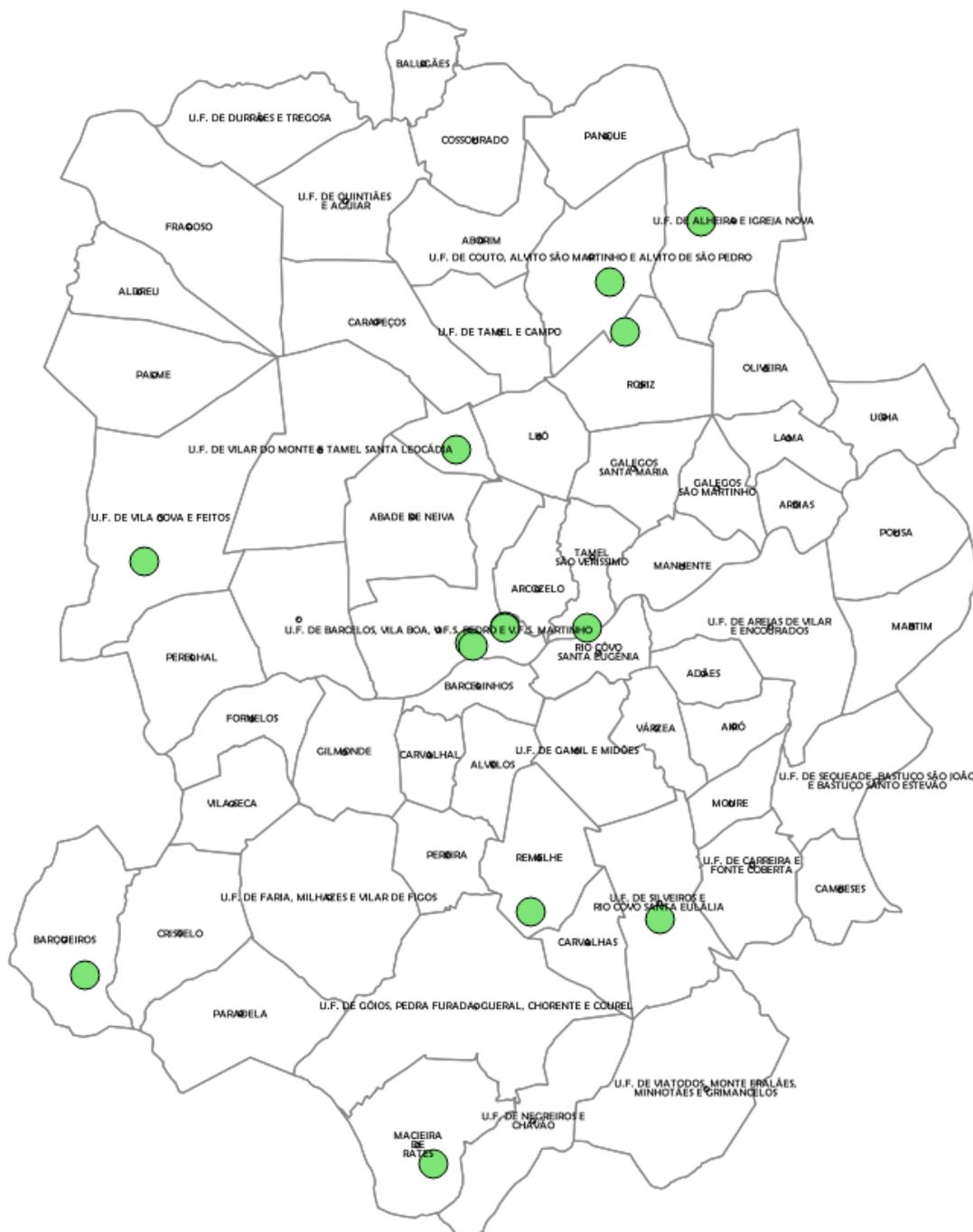


Legenda:

- Centro de Dia
- Centro de Convívio

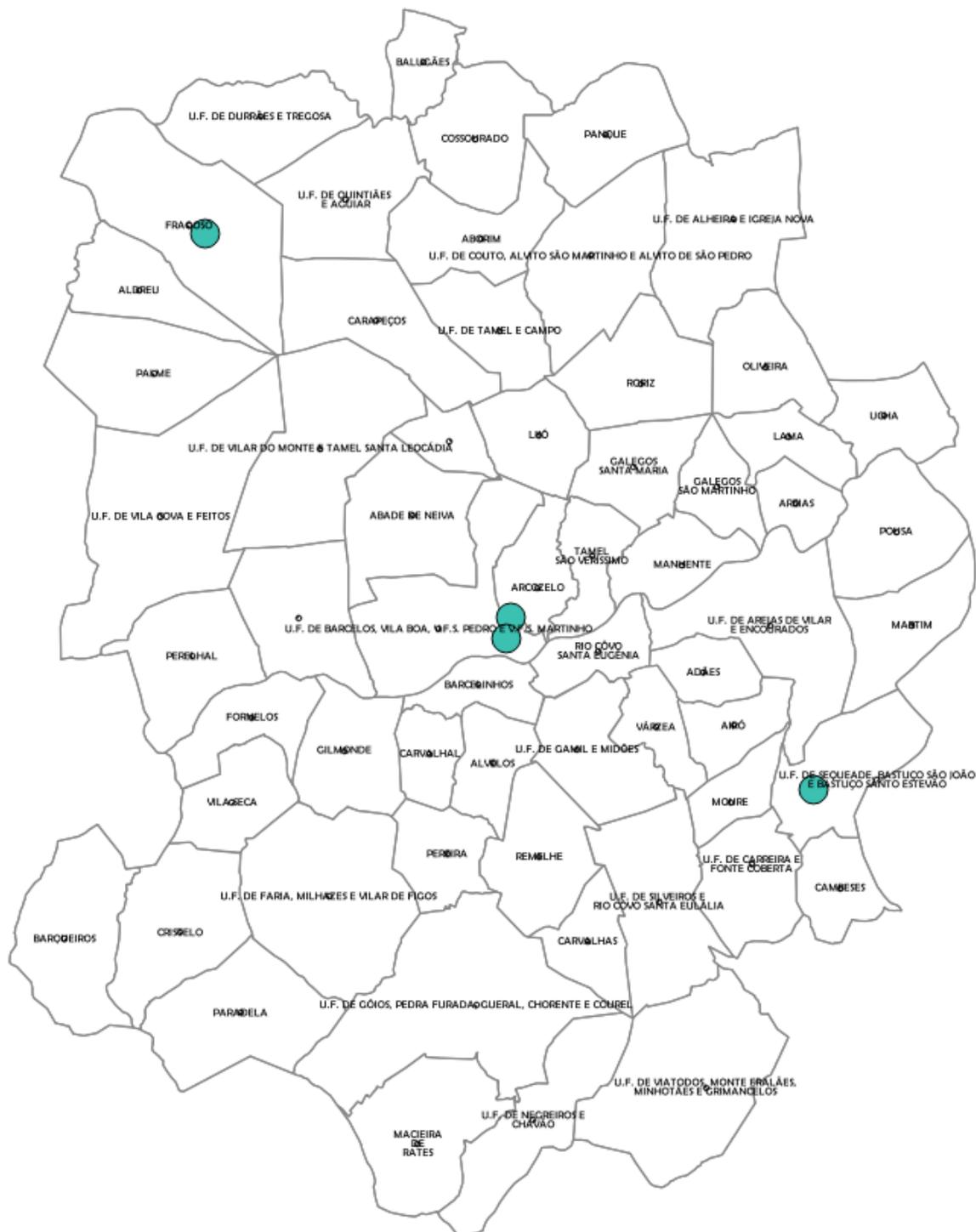
Instituições	Freguesia	Resposta
Centro Social de Durrães	U.F. Durrães e Tregosa	Centro de Dia
Centro Social e Paroquial de Fragoso	Fragoso	Centro de Dia
Associação Social, Cultural e Recreativa de Alheira	U.F. Alheira e Igreja Nova	Centro de Dia
Casa do Povo de Alvito	U.F. Couto e Alvito (S.Pedro e S.Martinho)	Centro de Dia
Centro Zulmira Pereira Simões	Roriz	Centro de Dia
Centro Social, Cultural e Recreativo da Silva	Silva	Centro de Dia
Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria	U.F. Vila Cova e Feitos	Centro de Dia
Centro Solidariedade de S.Veríssimo	Tamel S.Veríssimo	Centro de Dia
SCMB	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)	Centro de Dia
Centro Paroquial de Barcelinhos	Barcelinhos	Centro de Dia
Centro Social e Paroquial de Gilmonde	Gilmonde	Centro de Dia
Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim	Cristelo	Centro de Dia
Centro Social de Remelhe	Remelhe	Centro de Dia
Centro Bem-Estar Social de Barqueiros	Barqueiros	Centro de Dia
Associação Humanitária dos Bombeiros de Viatodos	U.F. Viatodos, Monte Fralães, Minhotães e Grimancelos	Centro de Dia
CVP Macieira de Rates	Macieira de Rates	Centro de Dia
Junta de Freguesia de Carapeços	Carapeços	Centro Convívio (não Protocolado SS)
Associação Perelhal Solidário	Perelhal	Centro Convívio
Associação Humanitária Rio Covo St.ª Eugénia	Rio Covo St.ª Eugénia	Centro Convívio (não Protocolado SS)
Centro Social da Paróquia de Carreira	U.F. Carreira e Fonte Coberta	Centro Convívio
Associação Social, Cultural e Recreativa de Chorente	U.F. Góios, Pedra Furada, Gual, Chorente e Courel	Centro Convívio (não Protocolado SS)

Lar de Idosos



Instituições	Freguesia
Associação Social, Cultural e Recreativa de Alheira	U.F. Alheira e Igreja Nova
Casa do Povo de Alvito	U.F. Couto e Alvito (S.Pedro e S.Martinho)
Centro Zulmira Pereira Simões	Roriz
Centro Social, Cultural e Recreativo da Silva	Silva
Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria	U.F. Vila Cova e Feitos
Centro Solidariedade de S.Veríssimo	Tamel S.Veríssimo
SCMB - Lar Rainha D. Leonor	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)
SCMBs - Lar N Srª Misericórdia	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)
SCMB - Lar Grandes Dependentes	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)
SCMB - Lar Santo André	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)
Centro Social de Remelhe	Remelhe
SCMB – Silveiros	U.F. Silveiros e Rio Covo St.ª Eulália
Centro Bem-Estar Social de Barqueiros	Barqueiros
CVP Macieira de Rates	Macieira de Rates

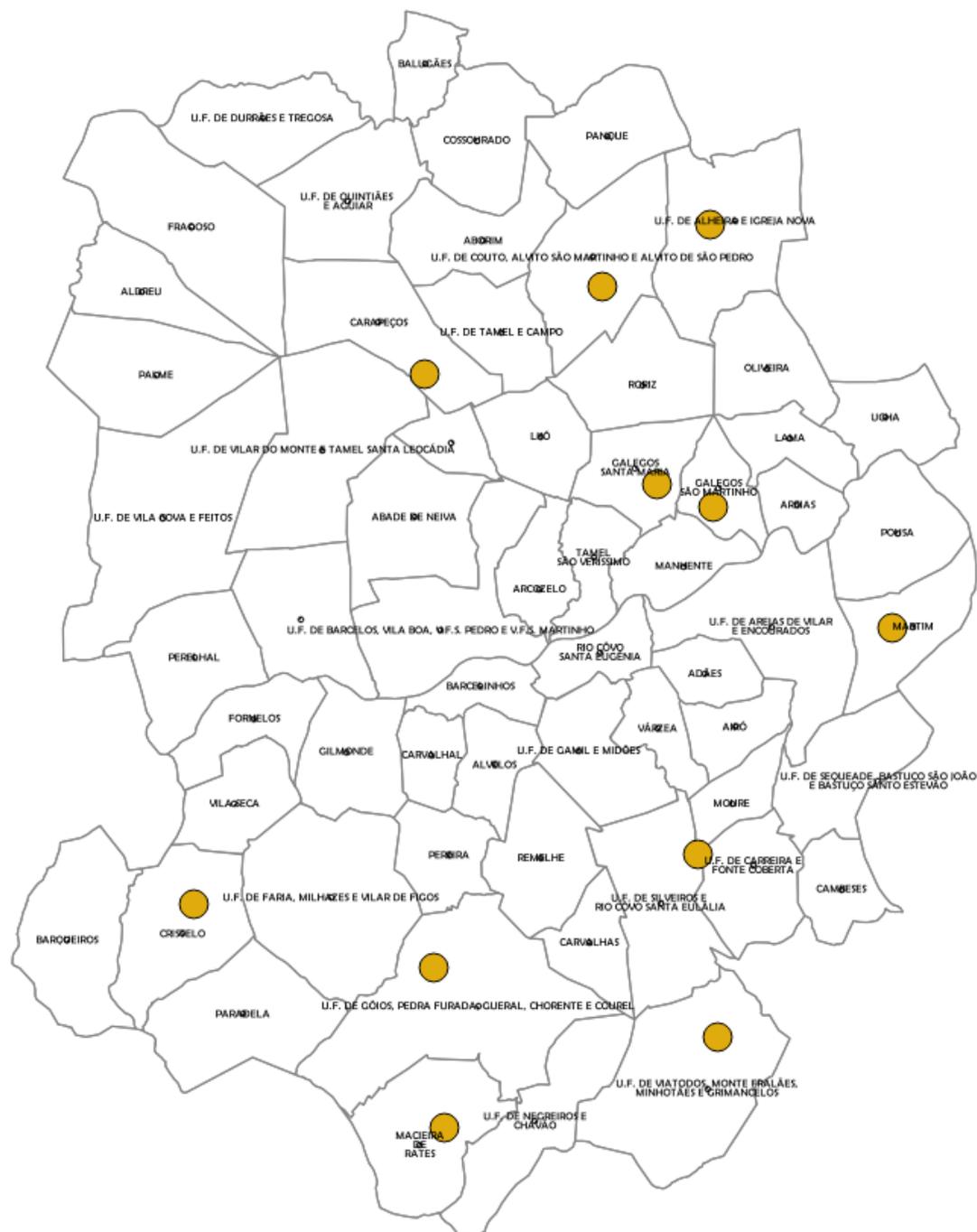
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social



Instituições	Serviço	Freguesia
Associação Pais e Amigos de Crianças	Protocolo RSI	Arcozelo
Centro Comunitário Moinhos de Vento	SAAS	U.F. Sequeade, Bastuço (S. João e St. Estevão)
Centro Social Paroquial de Fragoso	SAAS	Fragoso
Grupo de Ação Social Cristã	SAAS	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S. Pedro e S. Martinho)

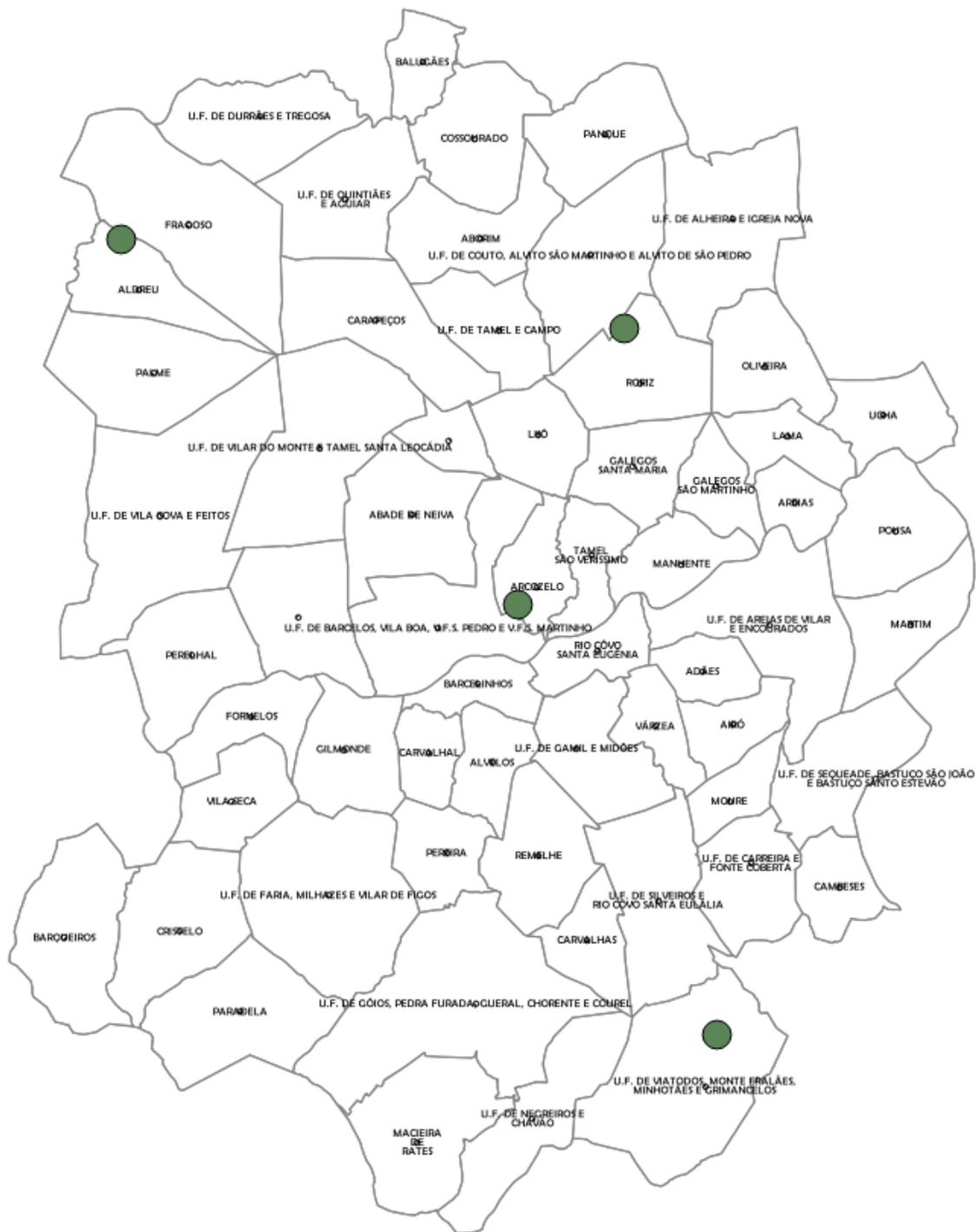
Fonte: Centro Distrital de Braga / 2015

Espaços Cidadão



Instituições	Freguesia
Junta de Freguesia de Alheira	U.F. Alheira e Igreja Nova
Junta de Freguesia de Alvito S.Pedro	U.F. Couto e Alvito (S.Pedro e S.Martinho)
Junta de Freguesia	Carapeços
Junta de Freguesia	Galegos St.ª Maria
Junta de Freguesia	Galegos S.Martinho
Junta de Freguesia	Martim
Junta de Freguesia de Silveiros	U.F. Silveiros e Rio Covo St.ª Eulália
Junta de Freguesia	Cristelo
Casa do Povo de Pedra Furada	U.F. Góios, Pedra Furada, Gual, Chorenta e Courel
Junta de Freguesia de Viatodos	U.F. Viatodos, Monte Fralães, Minhotães e Grimancelos
Junta de Freguesia	Macieira de Rates

Gabinete de Inserção Profissional



Instituições	Freguesia
Junta de Freguesia de Aldreu	Aldreu
Centro Zulmira Pereira Simões	Roriz
Kerigma	Arcozelo
Junta de Freguesia de Viatodos	U.F. Viatodos, Monte Fralães, Minhotães e Grimancelos

Produtos de Apoio

Instituições	Freguesia
Centro Social de Durrães	U.F. Durrães e Tregosa
Centro Social e Paroquial de Fragoso	Fragoso
Casa do Povo de Alvito	U.F. Couto e Alvito (S.Pedro e S.Martinho)
CVP de Campo	U.F. de Tamel e Campo
Centro Social, Cultural e Recreativo da Silva	Silva
Centro de Apoio e Solidariedade da Pousa	Pousa
Centro Social e Paroquial Imaculado Coração de Maria	U.F. Vila Cova e Feitos
Associação AVC	Arcozelo
APAC	Arcozelo
APACI	Arcozelo
Hospital SMM	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)
Centro de Solidariedade Social de S.Veríssimo	Tamel S.Veríssimo
Centro Social e Paroquial de Barcelinhos	Barcelinhos
Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim	Cristelo
Centro Social e Paroquial de Fonte Coberta	U.F. Carreira e Fonte Coberta
Associação Humanitária dos Bombeiros de Viatodos	U.F. Viatodos, Monte Fralães, Minhotães e Grimancelos
CVP Macieira de Rates	Macieira de Rates

Banco de Alimentos

Instituições	Freguesia
Centro Zulmira Pereira Simões	Roriz
GASC	Arcozelo
Centro Social, Cultural e Recreativo Abel Varzim	Cristelo
Associação Humanitária dos Bombeiros de Viatodos	U.F. Viatodos, Monte Fralães, Minhotães e Grimancelos

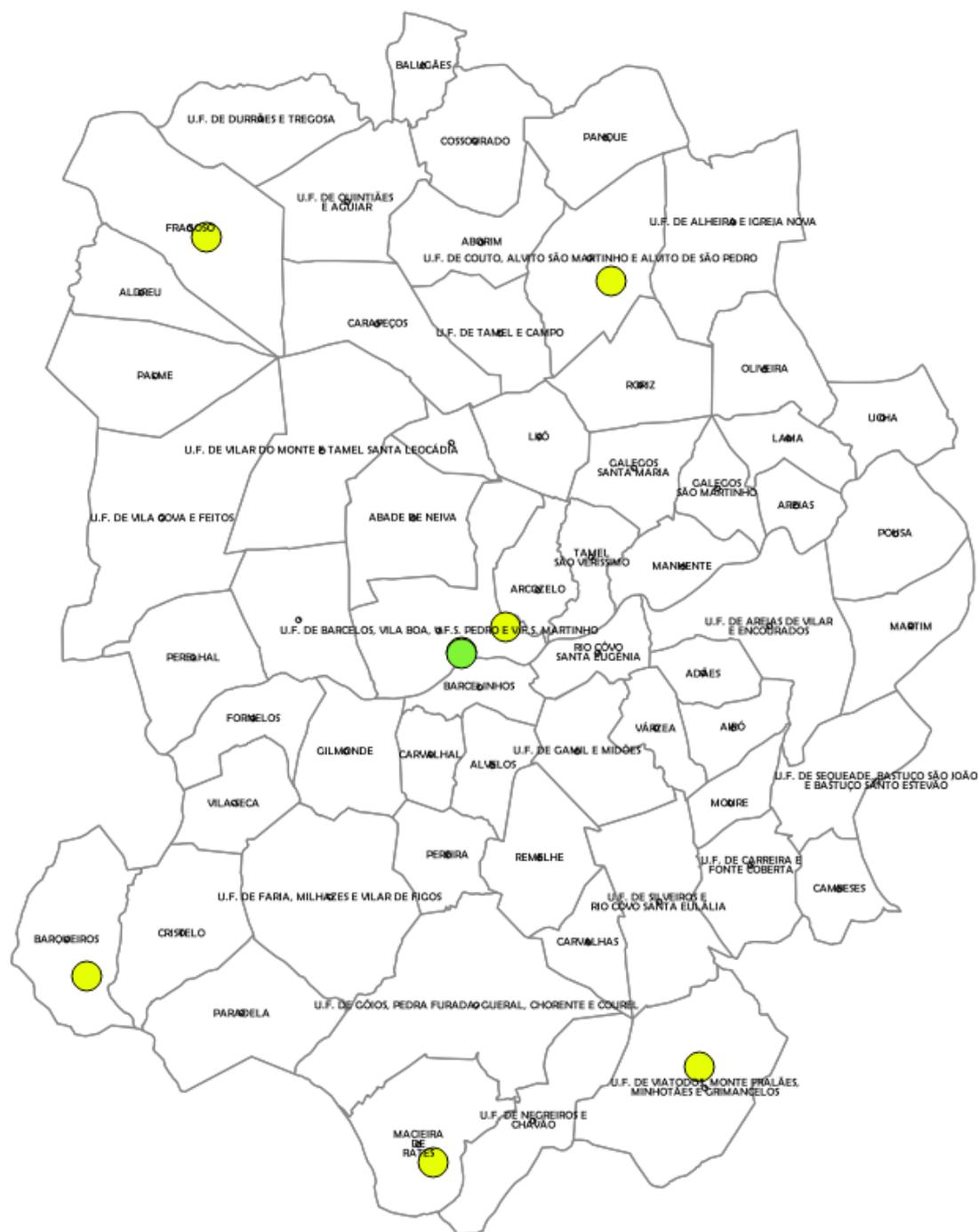
Banco de Roupas, Calçado e Brinquedos

Instituições	Freguesia
Ultripto	Cabreiros

Banco de Material Escolar

Instituições	Freguesia
SOPRO	Barcelinhos

Cantina Social e Refeitório Social



Legenda:

- Cantina Social
- Refeitório Escolar

Instituições	Freguesia
Centro Social Paroquial de Fragoso	Fragoso
Casa do Povo de S. Pedro Alvito	U.F. Couto e Alvito (S.Pedro e S.Martinho)
GASC	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)
Santa Casa da Misericórdia de Barcelos	U.F. Barcelos, Vila Boa e V.F. (S.Pedro e S.Martinho)
Centro Bem-Estar Social de Barqueiros	Barqueiros
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Viatodos	U.F. Viatodos, Monte Fralães, Minhotães e Grimancelos
CVP Macieira Rates	Macieira de Rates

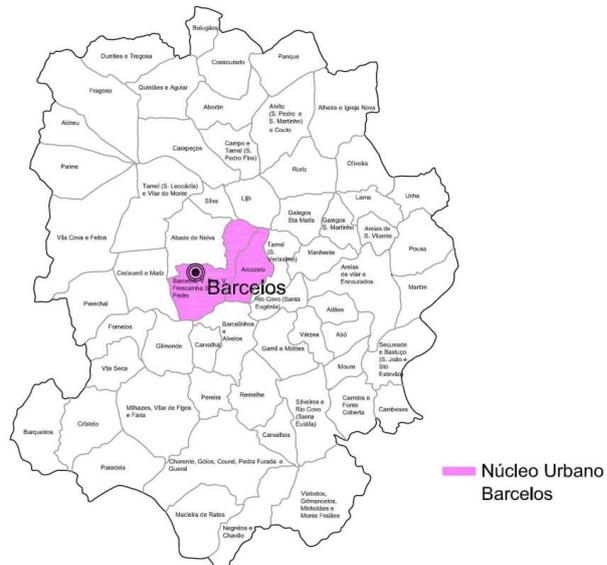
Contrato Local de Desenvolvimento Social – 3G



Eixos de intervenção

Eixo	Objetivos	Atividades
Eixo 1: Emprego, formação e qualificação	<p>a) Estabelecer uma estreita parceria com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), no sentido de favorecer os processos de integração profissional, social e pessoal, dos desempregados, designadamente:</p> <p>i) Capacitar e ajudar a desenvolver atitudes de procura ativa de emprego;</p> <p>ii) Informar sobre o conteúdo e abrangência das medidas ativas de emprego e oportunidades de inserção em instituições do território; 3926-(4) Diário da República, 1.ª série — N.º 116 — 17 de junho de 2015</p> <p>iii) Apoiar o enquadramento de projetos de autoemprego e de empreendedorismo nos diferentes programas e instrumentos de apoio, promovendo o encaminhamento dos interessados para o apoio técnico;</p> <p>iv) Informar e encaminhar para oportunidades de qualificação desenvolvidas pelas autoridades públicas e privadas;</p> <p>b) Sensibilizar os empresários, as instituições e as entidades empregadoras locais para uma participação ativa na concretização de medidas ativas de emprego e em processos de inserção profissional e social;</p> <p>c) Contribuir para a sinalização, encaminhamento e orientação de alunos que abandonam ou concluem o sistema educativo, no sentido de desenvolver ações de favorecimento da integração profissional;</p> <p>d) Desenvolver ações que estimulem as capacidades empreendedoras dos alunos do ensino secundário, numa perspetiva de reforço da iniciativa, da inovação, da criatividade, do gosto pelo risco e que constituam uma primeira abordagem à atividade empresarial;</p> <p>e) Promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e ou regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Emprego+ (TPE; +Capaz -Ações de desenvolvimento de competências sociais e pessoais; Atendimento individual); - Fórum de discussão local; - Receção/Encaminhamento para ofertas de emprego; - Sessões de divulgação sobre as medidas ativas de emprego e oportunidades de inserção; - Agente de inserção; - Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo; – GAE: sessões de esclarecimento, balanço de competências, capacitação em competências empreendedoras, check-ups de Negócio, planos de negócio e estudos de viabilidade; - Fórum de Emprego e Empreendedorismo; - Sessões de divulgação das oportunidades de qualificação; - Diagnóstico de necessidades de qualificação da comunidade; - Orientação para formação profissional/qualificação escolar e/ou profissional; - Criação de uma Bolsa de oportunidades; - Elaboração de uma base de dados relativa ao tecido empresarial do concelho; - Sessões de sensibilização/esclarecimento Contrato à medida; - Formação para empresários/dirigentes e entidades empregadoras locais; - Plano de ação junto dos Agrupamentos de Escolas; - Promove-Te; - Promove-Te para o Trabalho; - Acompanhamento na integração profissional; - Concurso de Ideias/Gestão do Orçamento Participativo Jovem (a definir em Regulamento Municipal); - Grupos Temáticos; - Bootcamp; - Networking; - TDex 3G; - Férias em estágio; - Montra Social; - Mercado para Todos;
Eixo 2: Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil	<p>b) Estratégias direcionadas para as crianças e jovens, promovendo estilos de vida saudáveis e de integração social, numa perspetiva holística e de envolvimento comunitário, nomeadamente ao nível da promoção: da saúde, do desporto, da cultura e da educação para uma cidadania plena;</p> <p>c) Estratégias direcionadas para a mediação dos conflitos familiares, particularmente no caso de famílias com crianças, em articulação com as equipas que intervêm com as famílias e/ou as suas crianças, promovendo a capacitação das famílias e a proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sessões de Sensibilização/Informação - Educação para a Saúde, Desporto, Cultura e Cidadania; - Espaço Talento; - Ações de formação dirigidas a profissionais de intervenção social; - Ações de sensibilização e/ou informação dirigidas às famílias;
Eixo 3: Capacitação da comunidade e das instituições	<p>a) Desenvolvimento de ações de apoio técnico à auto-organização dos habitantes;</p> <p>b) Apoio à criação/revitalização de associações, designadamente de moradores, temáticas ou juvenis, através de estímulo dos grupos alvo, de acompanhamento de técnicos facilitadores das iniciativas, e da disponibilização de espaços para guarda de material de desgaste e de apoio;</p> <p>c) Desenvolvimento de instrumentos facilitadores tendo em vista a mobilidade de pessoas a serviços públicos de utilidade pública, a nível local, reduzindo o isolamento e a exclusão social;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação/Revitalização institucional; - Guia de Boas Práticas; - Ponto I – Informação, Internet e facilitação de recursos; - SIM-PD – Serviço de informação e mediação para pessoas com deficiência ou incapacidade; - Mapeamento de Oportunidades Jornal de Economia Local;

ÁREA DE INTERVENÇÃO CLDS 3G - OPEN B



União das freguesias de Barcelos, Vila Boa, Vila Frescaíña (S. Pedro e S. Martinho) e freguesia de Arcozelo

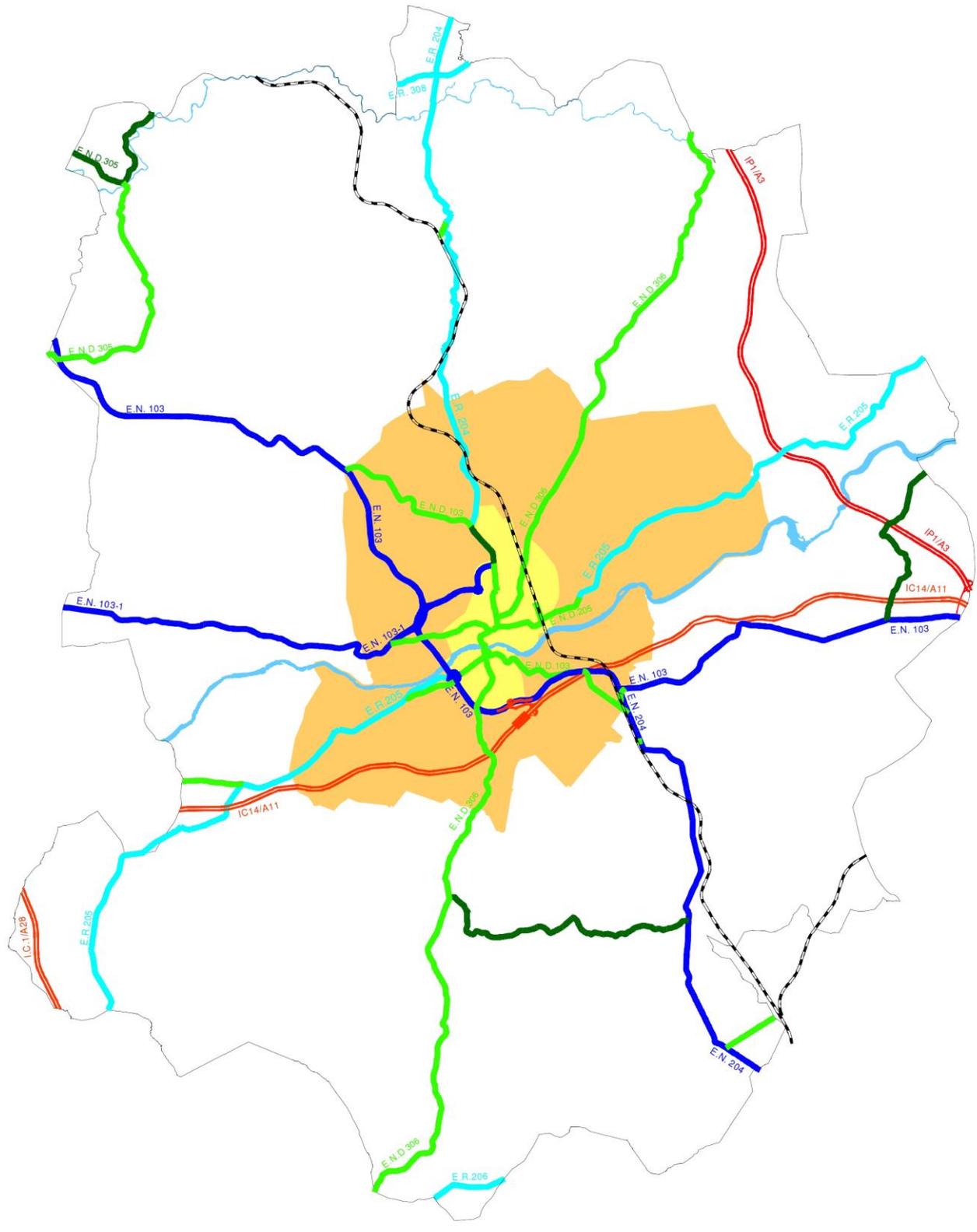
Local / Sede :

Avenida João Duarte, Bairro Barcelos II, Bloco A4

4750-175 Arcozelo BCL

Coordenadas GPS: 41°32'18.35"N 8°36'54.12"W

Rede Viária - Plano Rodoviário Nacional e Rede Municipal Classificada



REDE NACIONAL			
REDE NACIONAL FUNDAMENTAL		Existente	REDE NACIONAL DESCLASSIFICADA
Itinerário Principal - IP (D.L. 222/98 DE 17/07/98)			Estrada Desclassificada - ED (D.L. 222/98 DE 17/07/98) - Posse IEP
REDE NACIONAL COMPLEMENTAR - PRN 2000			Estrada Desclassificada - ED (D.L. 222/98 DE 17/07/98) - Posse CMB
Itinerário Complementar - IC (D.L. 222/98 DE 17/07/98)			
Estradas Nacionais - EN (D.L. 222/98 DE 17/07/98)			
REDE REGIONAL			Existente
Estradas Regionais - ER (D.L. 222/98 DE 17/07/98)			

Zona de Interesse Turístico

